



Ao longo dos seus 16 anos de existência, o Programa Mediação de Conflitos tem respondido ao desafio de modificar uma cultura que reforça a violência como resposta possível frente a conflitos, com posturas contínuas de inovação, refletindo sobre as nuances de seu próprio basilar, aprimorando suas práticas de intervenção, a partir dos saberes construídos junto ao público atendido.

Neste processo, o Programa desenvolveu arranjos institucionais que aperfeiçoaram sua prática, contribuindo para a construção de estratégias que pautam a atuação do Estado na construção de uma Segurança Pública Cidadã.

Além disso, o PMC tem buscado consolidar, cada vez mais, a mediação comunitária como estratégia no enfrentamento às diversas violências, destacando a importância da participação social e construção coletiva em suas práticas. Segue se aperfeiçoando, buscando acompanhar a dinamicidade das relações, vivências e contextos onde se insere.

Esta publicação não esgota as possibilidades de atuação do Programa, pelo contrário: abre espaço para novos desafios e construções.

Programa
Mediação de
Conflitos

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Programa Mediação de Conflitos:

uma política de Segurança
Cidadã, Prevenção e
Enfrentamento às Violências.

2021

Programa Mediação de Conflitos

Uma Política de Segurança Cidadã, Prevenção e Enfrentamento às Violências

Programa Mediação de Conflitos: Uma Política de Segurança Cidadã, Prevenção e Enfrentamento às Violências – 2021

Capa: Victor Matheus Gonçalves Amaral

Diagramação: Rodrigo Lobenwein

Revisão: Comissão Metodológica do Programa Mediação de Conflitos

Programa Mediação de Conflitos

Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher

Subsecretaria De Prevenção À Criminalidade- SUPEC

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Cidade Administrativa de Minas Gerais

Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N Edifício Minas – 3º Andar

Bairro Serra Verde BH/MG – CEP: 31.630-900

Telefones: (31) 3915-5422/3915-5448

E-mail: mediacaodeconflitos.sejusp@gmail.com

tatiane.maia@seguranca.mg.gov.br

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Paulo Eduardo Rocha Brant

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS**

Rogério Greco

SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Andreza Rafaela Abreu Gomes Meneghin

**SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO
À CRIMINALIDADE**

Flávia Cristina Silva Mendes

**DIRETORIA DE PREVENÇÃO COMUNITÁRIA E
PROTEÇÃO À MULHER**

Tatiane Carvalho Maia Lobenwein

Gabriella Gomes Pinto

Maressa de Cássia Gonçalves Aguiar

Nayanne Stephanie Gonçalves Amaral

Poliana de Oliveira Pinto

**SUPERVISÃO METODOLÓGICA DO PROGRAMA
MEDIÇÃO DE CONFLITOS**

Daniele Trindade Mesquita

Daniel Carvalho Ferreira

Poliana Cristina dos Santos

**COMISSÃO METODOLÓGICA DO PROGRAMA
MEDIÇÃO DE CONFLITOS (2019-2021)**

Celso Nunes de Sousa

Dalila Aparecida Almeida Salgueiro

José Jerónimo Argollo Migliari

Lorena Silva Anunciação Lazarino

Lucas Matias de Almeida

Maíra Ferreira Bastos Ribeiro

Sabrina Celeste Silva

Sheila Pereira Gonçalves

AGRADECIMENTOS

*Este livro é o resultado de uma construção realizada por várias mãos.
Mãos essas que se entrelaçam firmes e caminham constantemente,
lado a lado.*

Mãos que lutam por igualdade e equidade.

*Este livro retrata o trabalho que o Programa Mediação de Conflitos
vem desenvolvendo ao longo de seus 16 anos.*

*Retrata o companheirismo e as intervenções conjuntas com a comuni-
dade em cada território que o programa atua; retrata que não conse-
guimos atuar de forma estratégica sem a rede proteção, seja ela for-
mal ou informal.*

*Hoje materializamos, nesta publicação, um pouco deste nosso traba-
lho e das transformações que vivenciamos nos últimos anos, fruto
desta construção conjunta.*

*Fica, assim, registrado, para que possa fomentar novas reflexões para
os mais diversos segmentos das políticas públicas e afins.*

Mapear! Construir em conjunto!

Atuar! Fortalecer!

E como nada disso foi possível sozinhos, agradecemos:

*a cada Analista social, Estagiária(o), Técnico(a) Administrativo, Ges-
tor(a) Social;*

*a todas as Referências Comunitárias que vêm atuando conjuntamente
com o PMC ao longo desses 16 anos;*

*a todas as Agentes Comunitárias de Cidadania que têm realizado in-
tervenções estratégicas dentro do projeto ComAgente;*

*aos Supervisores Metodológicos e ao corpo de Gerência que com-
põem a Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher;*

*a cada integrante da Comissão Metodológica do Programa Mediação
de Conflitos;*

*A Organização Social Instituto Elo, que tem sido um grande parceiro
para execução dessa política pública;*

A todos os Atores que compõem a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade.

A toda Rede de Proteção Social.

Aos nossos Atendidos e Atendidas.

E a Você, que está lendo esse livro!

Porque aqui, ninguém faz nada sozinho!

Tatiane Carvalho Maia Lobenwein

Diretora de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

APRESENTAÇÃO

Andreza Rafaela Abreu Gomes Meneghin¹

O Livro “*Programa Mediação de Conflitos - Uma Política De Segurança Cidadã, Prevenção E Enfrentamento Às Violências*” é uma obra que se acomoda perfeitamente ao momento vivenciado no Brasil, onde as desigualdades sociais se agravaram pós-pandemia e a segurança pública, os conflitos e o acesso à justiça permeiam as discussões travadas no país.

Essa política pública visa promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade. O Programa ainda busca contribuir para a redução de homicídios oriundos de violência contra a mulher, de conflitos entre vizinhos, de violência doméstica e familiar e da violação de direitos.

É a partir dessa perspectiva que o Programa Mediação de Conflitos se propõe a construir uma política de segurança pública cidadã capaz de prevenir situações de violência e criminalidade.

Segundo Crawford (1998) a prevenção à criminalidade comunitária é um processo de desenvolvimento de instituições e estruturas de capacitação e empoderamento local, e, nesse sentido, envolve intervenções e políticas que precisam ir além da avaliação e financiamento de curto prazo e envolver os residentes em efeitos de monitoramento em uma ação mais contínua.

Na pesquisa de mestrado intitulada “O olhar comunitário sobre as ações da Política de Prevenção Social à Criminalidade nos territórios: estudo de caso nas comunidades Jardim Felicidade e Morro Alto” realizada em 2017, entrevistei diversos moradores sobre suas percepções acerca da atuação dos Programas de Prevenção nesses territórios. Sobre o olhar do público acerca do Programa Mediação de Conflitos, muitos entrevistados apontaram o programa como uma possibilidade para a

¹ Subsecretária de Prevenção à Criminalidade.

comunidade resolver de forma não violenta seus conflitos (individuais e/ou comunitários). Os mesmos também destacaram que o Mediação de Conflitos permite o público atendido acessar direitos, o que, no caso dos moradores desses territórios, é ainda mais relevante pela dificuldade de acesso a outras instituições

Nesse sentido, um dos entrevistados, líder comunitário do Morro Alto, menciona que o Programa Mediação de Conflitos é uma política muito necessária dentro da comunidade, especialmente pelo fato de favorecer que o público "acesse seus direitos" e seja orientado:

“Com a Mediação eu continuei mexendo, porque eu acho que a Mediação é um órgão muito necessário dentro da comunidade. Eu acho que é muito importante, porque tem muitas pessoas que não conhecem o direito deles, às vezes sabem os deveres, mas não conhecem os direitos e precisa de alguém para orientar. Como a gente às vezes não tem acesso direto ao judiciário, e a pessoas do órgão (Programa) tem acesso, a gente encaminha e fica mais fácil. Eles veem o que precisa ser feito e coloca as pessoas no caminho certo [sic].”

Vários entrevistados falaram da diferença que o Programa Mediação de Conflitos causou na dinâmica e na segurança desses aglomerados e na importância que é ter esse Programa como referência de atuação em segurança para os moradores.

Percebe-se também algumas falas relevantes sobre a atuação do Programa no enfrentamento dos casos de violência doméstica e de gênero. Alguns entrevistados dizem dessa referência do programa para muitas mulheres que se encontram inseridas nesse contexto de violência.

Crawford (1998) contempla sobre o risco de se ter políticas de segurança pública que foquem suas intervenções apenas no âmbito público, e não se preocupem com o âmbito privado. Ele chama esse fenômeno de "perigo do silêncio particular", quando se supõe que o perigo habita espaços públicos, e não domínios privados. O mesmo explica que pode existir uma conexão perdida entre o crime público e o perigo particular. Consequentemente, as arenas privadas e as relações de poder "privadas" que residem nele, muitas vezes, são ignoradas nas agendas de segurança da comunidade. Essa forma de intervenção do Programa

Mediação em casos de violência contra mulher atua no sentido contrário ao destacado por Crawford, especialmente porque propõe intervenções junto a mulheres que são vítimas de violência, principalmente dentro de suas residências. Essa atuação está prevista na metodologia do Programa e vem responder a uma das causas delimitadas na árvore de problemas do Mediação de Conflitos, qual seja: ausência de políticas públicas especializadas no território que atendam mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar.

A palavra confiança foi citada diversas vezes nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa. Confiança na Unidade de Prevenção à Criminalidade, nas equipes e no trabalho desenvolvido pelos programas no território. Os entrevistados demonstram ter nessa política um apoio para levar questões de segurança, conflitos, dinâmica criminal e outros.

Por fim, o livro do Programa Mediação de Conflitos é mais do que um registro metodológico, é uma obra crucial para a compreensão da atuação e evolução do Programa ao longo dos anos, das intervenções qualificadas que vem sendo implementadas pelo Mediação e da forma como o Programa constrói essa “confiança” tão relevante para o público e fundamental nos resultados alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRAWFORD, Adam. Crime Prevention and Community Safety. New York: Longman, 1998.

GOMES, Andreza Rafaela Abreu. O olhar comunitário sobre as ações da Política de Prevenção Social à Criminalidade nos territórios: estudo de caso nas comunidades Jardim Felicidade e Morro Alto / Andreza Rafaela Abreu Gomes – Belo Horizonte, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Portfólio da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais. Documento interno da Secretaria. Belo Horizonte, 2014.

PREFÁCIO

PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: O QUE DIZER SOBRE VÍNCULOS

Flávia Cristina Silva Mendes²

É possível que a maioria dos profissionais que atuam ou atuaram no Programa Mediação de Conflitos (PMC) já fizeram em algum momento de sua trajetória inúmeras referências sobre a importância do vínculo com o público atendido para a efetividade da proposta de trabalho apresentado.

Sabe-se que essa não é uma especificidade ou prioridade apenas do Programa em questão, mas da maioria das políticas públicas que possuem serviços de atendimento ou intervenção com um público específico. Um exemplo disso é a política nacional de saúde na qual a relação entre os profissionais e as pessoas que usam os serviços é um tema importante no âmbito do SUS e adquire uma linguagem especial na atenção básica pelo uso da palavra vínculo. (BRASIL, 2012). Já na Assistência Social, para a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), vínculo “consiste na construção de relações de afetividade e confiança entre o usuário e o trabalhador da saúde, permitindo o aprofundamento do processo de corresponsabilização pela saúde, construído ao longo do tempo, além de carregar, em si, um potencial terapêutico” (BRASIL, 2012, p. 21). A política enquadra o vínculo como condicionante de sua efetivação, uma vez que o apresenta como viabilizador da corresponsabilidade, continuidade e longitudinalidade do cuidado. (Barbosa e Bosi 2017).

Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, vínculo é “aquilo que ata, liga, vincula (duas ou mais coisas); liame”. Partindo dessa simples definição e do caminho percorrido pela saúde e assistência no esforço de conceituar “vínculo”, pode-se refletir porque para o PMC ele também tem tão grande valor.

² Superintendente de Políticas de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

O Programa Mediação de Conflitos possui uma proposta de trabalho que se desenvolve a partir de uma importante ferramenta que é o diálogo, pois se constitui em um espaço no qual se pratica prioritariamente a escuta dos conflitos e demandas apresentadas pelo público. Demandas que dizem de acesso a direitos, de superação de violências e muitas vezes da luta pela liberdade e pela vida. Daí pode-se entender porque o vínculo é algo tão importante.

Nesse sentido, é preciso que haja conexão entre um programa que se estabelece tão profundamente a partir do abstrato, pois se materializa na fala, com as pessoas que são tão absolutamente concretas. É uma atadura entre esses dois lados que se faz a partir de um enorme esforço de encontros e falas, ou seja, da comunicação. Isso mesmo, o filósofo alemão Jürgen Habermas, por meio da sua teoria da ação comunicativa, trata a linguagem como um instrumento para a compreensão dos homens em suas relações sociais. Partindo da perspectiva de que nós seres humanos fazemos coisas com as palavras e que a linguagem constitui uma importante ferramenta de transformação, Habermas argumenta que, por meio da ação comunicativa, podemos transformar os aspectos objetivos, subjetivos e sociais do mundo (REPA,2012).

Portanto, é no uso da fala que o diálogo se materializa e a comunicação capaz de proporcionar mudanças, crescimento, superação e valorização se concretiza.

Uma parte desafiadora experimentada pelas políticas públicas e claro pelo PMC, foi se deparar com esse momento sombrio da história na qual as relações humanas e sociais tiveram que encontrar formas novas para se estabelecer. Nesse período em que o mundo vivenciou a pandemia do Coronavírus e o contato físico, tão importante para as políticas territoriais, tornou-se risco para a vida de todos, o PMC, assim como os demais programas da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, precisou encontrar possibilidades de manutenção e estabelecimento de novos vínculos a partir de estratégias inovadoras. Nesse contexto, os profissionais do Programa foram desafiados a pensar no vínculo com o público atendido e nas formas em que ele se estabelece. Se ele se materializa a partir da fala e da maneira que se estabelece a comunicação, e que esta não se limita ao encontro físico dos sujeitos,

mas tão somente ao encontro, foi preciso apostar em novas formas de se conectar ainda que na distância física entre os sujeitos, com a ajuda de ferramentas e tecnologias.

Para que essa possibilidade de contato à distância com o público atendido acontecesse, foi necessário um esforço de olhar para estratégias que anteriormente não faziam parte do hall prioritário do Programa, talvez por estarmos pautados em velhos paradigmas que carregamos sobre os sujeitos que vivem as mais diversas vulnerabilidades sociais. As pessoas se conectam, mesmo com as limitações e diferenças sociais estabelecidas, e nas comunidades atendidas pelo PMC não é diferente. As equipes foram aprendendo e entendendo o uso que as pessoas fazem das ferramentas virtuais de comunicação e foram desenhando junto com essas as novas estratégias possíveis de serem estabelecidas ou o fortalecimento daquelas que já se faziam presente, mas não com tanta frequência. Muito se aprendeu e muito se construiu e avanços foram percebidos, e também muita inovação que chegou para ficar.

O Programa Mediação de Conflitos, nos seus 16 anos de trajetória, tem se esforçado muito para pensar e definir estratégias e metodologias que contribuam para melhor atender as demandas apresentadas pelo seu público.

Por isso, o aprendizado adquirido no caminho, a teoria experimentada e forjada na prática, ou mesmo construída a partir dessa, se concretiza em mais essa obra que é um esforço coletivo de vários profissionais que se unem para registrar esses avanços e modificações. Uma certeza fica de todo o processo, que o sentido se faz no desejo de abrir caminhos e possibilidades para as modificações necessárias na vida e nas relações do público atendido. E não se faz isso sem que essas pessoas tenham protagonismo nessa história, sem que haja conexão, respeito e confiança destas com os profissionais que no PMC estão. Portanto, não se constrói ou se modifica ou se fortalece aquilo já existente sem estabelecimento de vínculo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Idalice Silva; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde).

REPA, Luiz. Habermas clássico sai no Brasil. **Resenha da Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas**. Revista Cult, nº170, julho de 2012.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
APRESENTAÇÃO	4
PREFÁCIO	8
INTRODUÇÃO	14
PARTE I	20
1 SEGURANÇA CIDADÃ	22
1.1 DO HISTÓRICO E CONCEITO	22
1.2 SEGURANÇA CIDADÃ.....	24
2 MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA	26
2.1 COMUNIDADE E TERRITÓRIO.....	26
2.2 MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	28
2.3 PRÁTICAS NA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA.....	29
2.4 ACOLHIMENTO E ESCUTA ATIVA	30
2.5 MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	31
2.6 ARTICULAÇÃO DE REDE.....	32
3 ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS	33
3.1 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS	33
3.2 ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIAL DAS VIOLÊNCIAS E CRIMINALIDADE.....	35
3.3 VIOLÊNCIAS	39
3.4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	42
3.5 VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA NEGRA.....	44
3.6 VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+.....	46
3.7 VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE	48
3.8 VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	49
4 ACIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
PARTE II	60
1	62
ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS E SEGURANÇA CIDADÃ	62
O LUGAR NÃO TE DEFINE: PROJETO TEMÁTICO NA COMUNIDADE CIDADE CRISTO REI	65
“FALA ALTEROSAS!” CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	71
ARTICULANDO PRÁTICAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE ATENDIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DO PMC OLAVO COSTA	74

“PRA REINAR A PAZ”: JOGOS E BRINCADEIRAS COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTOS DE SOCIABILIDADE VIOLENTA.....	79
A MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA ADMINISTRAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE MORADORES DA OCUPAÇÃO PAULO FREIRE, GEPAR E SETOR PRIVADO	84
“VILAS SOLIDÁRIAS”: UM EXEMPLO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	91
MULHERES EM FOCO: EXPERIÊNCIA DE CONQUISTA POPULAR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SANTA LUZIA/MG	97
PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS MINAS CAIXA - PROJETO TEMÁTICO “MULHERES IN FOCO”	103
ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO MULHERES DO IPÊ	110
2.....	116
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E MASCULINIDADES	116
QUEM DISSE QUE A HISTÓRIA TEM QUE SE REPETIR?!	117
NOSSA MALDITA MASCULINIDADE	120
INTERVENÇÕES COM VIOLENTÔMETRO NO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	122
TARDE COM ELAS: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS PARA O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	129
VULNERABILIDADES COMO FATOR DE RISCO PARA A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	134
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SENSIBILIZAÇÕES E ENFRENTAMENTOS	143
POTENCIALIDADES DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	148
“E QUEM IRÁ DIZER QUE NÃO EXISTE RAZÃO?.....	154
O TRABALHO DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	159
PERSPECTIVAS DO ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DO PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	163
PARTE III.....	170
PROJETO COMAGENTE: PROTAGONISMO COMUNITÁRIO NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ.....	172

INTRODUÇÃO

*Tatiane Carvalho Maia Lobenwein*³

Diante dos dezesseis anos de histórias colecionadas pelo Programa Mediação de Conflitos construiu-se este livro com base nas ricas experiências vivenciadas nos últimos anos. A proposta da obra é transmitir a essência do resultado entregue por cada pessoa envolvida no crescimento e consolidação dessa política pública. Dentre os avanços significativos que ocorreram, registra-se a publicação da Lei Estadual nº 23.450 de 24/10/2019, que dispõe sobre a política estadual de prevenção social à criminalidade, trazendo uma ampliação de ações, possibilidades e mudanças metodológicas para o alcance comunitário.

O conteúdo do livro foi dividido em três partes, cada uma com subtemas inseridos. A primeira contempla três temas que são os basilares na atuação do Programa Mediação de Conflitos: Segurança Cidadã, Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências. O conteúdo foi desenvolvido pela Comissão Metodológica do Programa Mediação de Conflitos, composta por atores distintos como Analistas Sociais, Gestores, Supervisores e a Diretoria do PMC que de forma geniosa demonstram que a construção desta política pública se faz levando em consideração a participação de várias pessoas com múltiplos saberes.

A primeira parte do livro diz sobre “A Segurança Cidadã”. O tema é abordado a partir de uma perspectiva histórica, com momentos determinantes para a ressignificação da construção de uma Segurança Pública participativa. Em um contexto amplo, traz uma visão internacional que diz de uma “Segurança Humana”, tendo em vista ser ineficaz não agregar a segurança com outros dispositivos indispensáveis à construção da dignidade de uma pessoa.

Nessa perspectiva, o Programa Mediação de Conflitos tem como norteador em suas ações a base de que a dignidade da pessoa está atrelada a uma série de fatores que contribuem para uma vida mais justa,

³ Diretora de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

igualitária, com práticas que buscam a paz e encaram a violência como um fenômeno passível de ser vencido.

Somado a isso, o livro segue com a temática da Mediação Comunitária como um importante recurso ao enfrentamento das violências, já que em seu conceito, comunidade e território caminham juntos. As Unidades de Prevenção à Criminalidade, espalhadas por vários territórios de grandes vulnerabilidades sociais e altos índices de violência no Estado de Minas Gerais, recebem cotidianamente pessoas que compõem diversas comunidades. São moradores e moradoras que possuem coisas em comum, sejam as vivências, experiências e mesmo que cada um leve consigo a sua individualidade enquanto sujeito, é perceptível como que em cada território essas comunidades se atravessam e se complementam.

Nesse sentido, o Programa visa a aproximação e a construção de vínculos não só com as pessoas que ocupam os espaços nos aglomerados onde atua, mas com o que elas representam nas comunidades. A Mediação Comunitária tem em suas práticas a capacidade de fomentar a potência que os moradores têm de se organizarem e somarem esforços para que as adversidades que confrontam a realidade social do lugar em que vivem, sejam modificadas por meio de ações pacíficas que contribuem de forma criativa com a busca de soluções para os conflitos vivenciados.

Sendo assim, com base no que já foi dito sobre a Segurança Cidadã e Mediação Comunitária, tem-se o convite para conhecer algumas práticas exercidas pelo Programa como a escuta ativa, a mobilização comunitária e a participação social, além da articulação de rede.

Entrando no subtema intitulado como “O Enfrentamento às violências” inicia-se com a abordagem do conflito como um potencial a ser trabalhado já que é oriundo das relações e dependendo da forma com que é gerenciado, pode sim se desdobrar em situações de violência e criminalidade. Assim, devem ser pensados para além disso, nos fenômenos sociais que contribuem para que estes conflitos que nascem nas comunidades sejam foco de atenção diante da realidade com a qual eles podem se desenvolver.

Contempla-se ainda a respeito das relações das pessoas que vivem nos territórios onde o Programa está presente. É preciso refletir sobre a dinâmica social das violências e criminalidades, fazendo uma leitura que considere as formas com as quais estes lugares se movimentam. Isso porque a equipe técnica do Programa, composta por Analistas Sociais deve conhecer bem a área de abrangência alcançada, a fim de que consiga criar laços com a comunidade e assim, desempenhar ações que em conjunto, efetivamente contribuam para o enfrentamento dos conflitos que podem se desdobrar em situações de violência e letalidades.

Para tanto, abordar o tema das “violências” nesse contexto, mostra como o Programa Mediação de Conflitos está atento aos diversos fenômenos que podem ocorrer dentro dos territórios. O livro mostra que cada caso levado à equipe do Programa deve ser avaliado com cautela pois muitas vezes a violência a ser enfrentada não está explícita na fala da pessoa atendida, mas, sim, embutida nos relatos do conflito que a levaram até a Unidade de Prevenção. Com isso, essa temática contribuiu para que se explore discussões e reflexões que versassem sobre vários outros tipos de violências, quais sejam: violência contra a mulher, violência contra pessoas negras, violência contra a população LGBTQIA+, violência contra a juventude e por fim, violência contra a pessoa idosa.

Diante de importantes questões abordadas, como fechamento do conteúdo apresentado pela Comissão Metodológica, tem-se como objeto a rede de proteção. A mesma é acionada a partir da identificação dessas ocorrências de violência compartilhadas nos espaços de atendimentos, e muitas vezes pelas referências comunitárias, parceiras das equipes atuantes no território. Entende-se que deve ser construída junto à pessoa atendida todas as alternativas e possibilidades de enfrentamento às violências, considerando o encaminhamento para uma rede, seja ela formal ou informal resultando no acolhimento da pessoa e o seu alcance na efetivação dos direitos necessários.

Na segunda parte do livro apresenta-se o fazer qualitativo das equipes técnicas do Programa onde pode-se ver a construção de vários textos e artigos, escritos com base nas diversas experiências

vivenciadas junto às comunidades nos territórios. Este rico conteúdo foi literalmente uma tradução de ações efetivas que ocorreram e está subdividido em dois temas: “Segurança Cidadã e Enfrentamento às Violências” e “Violência Contra à Mulher e Masculinidades”.

Na primeira subdivisão faz-se menção de um projeto temático realizado na comunidade da Cidade de Cristo Rei; um artigo sobre mobilização comunitária e participação social com o nome de “Fala Alte-rosas!”; tem-se também articulações de práticas individuais e coletivas com base nas experiências da implantação do PMC Olavo Costa. Também são mostrados textos que contemplam estratégias de intervenção em contextos de sociabilidade violenta, além da Mediação Comunitária como alternativa para administração pacífica de conflitos.

Em seguida, foram descritos trabalhos onde explora-se intervenções realizadas com mulheres sobre o enfrentamento à violência. Tem-se destaques como grupos temáticos, rodas de conversas, atividades com o uso do violentômetro para intervir nas discussões sobre o fenômeno da violência doméstica, além de experiências descritas com homens, autores de violência. São textos construídos a partir da aproximação das equipes com os atendimentos e a troca mútua que gera conexão e ocorre nos espaços em que o diálogo é uma das principais chaves de transmissão entre as pessoas.

Importante ressaltar que na apresentação de cada tema é possível contar com a contribuição especial de algumas das várias referências comunitárias que estão presentes no território junto com o Programa Mediação de Conflitos. Foram trabalhos compartilhados ricamente por pessoas que fazem suas histórias nas comunidades, apoiam o trabalho realizado pelas equipes técnicas e caminham lado a lado dessa política pública por acreditar que ela é legítima e essencial no enfrentamento às violências, na busca pela paz e na efetivação do acesso aos direitos.

Por fim, a terceira parte foi elaborada pela Supervisão Metodológica do Programa Mediação de Conflitos, onde contempla-se a fase de diagnóstico, implementação e desdobramentos do projeto-piloto *ComAgente*. A proposta dessa escrita é compartilhar como as pautas

inerentes à metodologia do Programa podem ser pensadas e executadas por mulheres que moram nas comunidades, denominadas como ACCs - Agentes Comunitárias de Cidadania. Essas Agentes contam com o apoio das Equipes Técnicas do Programa, mas são as construtoras e executoras das “oficinas” que ocorrem por meio de encontros gerados a partir da mobilização de pessoas da comunidade para discussões amplas relacionadas à violência, segurança pública cidadã, direitos humanos, dentre outros.

Esta obra não é concluída com algo que se inicia em vão. O Projeto *ComAgente* tem muito a evoluir e mesmo tendo tão pouco tempo de vida, já gera impactos bastantes significativos. A expectativa é que se tenham mais notícias sobre os alcances que têm sido possíveis por meio das Agentes Comunitárias na execução dessa política pública que só cresce. Pensar no Programa Mediação de Conflitos é estar junto das comunidades do Estado de Minas Gerais sabendo que são nestes lugares de grandes vulnerabilidades sociais que as políticas públicas fazem diferença e podem ser alcançadas por pessoas que verdadeiramente acreditam em seu potencial.

PARTE I

1 SEGURANÇA CIDADÃ

1.1 Do Histórico e Conceito

A segurança cidadã no Brasil parte de importantes momentos históricos aos quais foram determinantes para a denominação de segurança diante de um contexto sócio-político.

Desde as primeiras constituições o Brasil já referenciava o contexto de segurança, mas foi na Constituição de 1946, titulada como “Constituição dos Estados Unidos do Brasil” em que foi citada pela primeira vez a Segurança Individual como direito e garantia assegurada a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

No ano de 1964, período do golpe militar, criou-se a Segurança Nacional, que tinha como principal eixo norteador o Estado como único e soberano, considerando-se crime tudo que fosse em desconformidade com seus próprios interesses e opiniões. Esse conceito ofuscou o anterior referente a Segurança Individual e perdurou até o ano de 1985, momento em que a ditadura foi destituída do país para ser criada uma nova constituição democrática.

No ano de 1988, após o golpe militar e o período de redemocratização, foi criada a Constituição Federal Brasileira (CF 88), que contempla a segurança em seu preâmbulo, além de mencioná-la no artigo 5º enquanto garantia fundamental, no artigo 6º enquanto direito social e no artigo 144 quando por fim faz menção a Segurança Pública, afirmando que se trata de um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Importante ressaltar que a CF 88 manteve a Segurança Nacional em seu texto, porém com uma nova regulamentação onde somente as forças armadas (exército) seriam responsáveis pela sua manutenção, ou seja, pela soberania, defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais; já as polícias (federal, militar, civil e bombeiros) seriam responsáveis pela segurança pública do país, prezando também pela prevenção.

Na década de 1990 o conceito de Segurança Pública se desdobra nos países da América do Sul, tendo como pontapé inicial a Colômbia

que o integra em âmbito local a partir de políticas públicas. Em seguida, os demais países compreenderam que o envolvimento de instituições públicas e sociedade civil na implantação de ações planejadas, a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência nos territórios, são de suma importância para englobar iniciativas em diversas áreas, como educação, saúde, lazer, esportes, cultura, cidadania, dentre outros.

Nessa mesma perspectiva, em 1994 surge um novo conceito de segurança enquanto “Segurança Humana” introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴. Nessa proposta a segurança é vista como uma garantia universal onde o Estado e outras instituições somam esforços para promover a cada pessoa humana uma sobrevivência digna, independente do território em que elas vivem. Entende-se que a Segurança Humana está atrelada ao desenvolvimento humano pois para indivíduo viver seguro são necessários recursos básicos que promovam a sua saúde, renda e educação, resultando numa interdependência.

Não mais tardar, no ano de 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública fez uma cooperação técnica com a Colômbia para implantação da Segurança Cidadã no Brasil, determinando que: 1) os Estados seriam autônomos para tratar da sua segurança; 2) foco no cidadão para mediar o diálogo entre a segurança e a sociedade; 3) foco na prevenção; 4) responsabilização do Estado para implantação de políticas públicas e sociais; e 5) fomentar a participação cidadã diante de todos os processos citados.

Apesar das diversas denominações e atualizações referenciadas a segurança propriamente dita, percebe-se que ao decorrer dos anos este

⁴ “A Redução da Vulnerabilidade e a Promoção da Segurança Cidadã formam um dos pilares da atuação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. São claras as evidências de que os altos índices de criminalidade e de insegurança nos países da América Latina e Caribe têm imposto entraves significativos para o pleno desenvolvimento econômico e social da região, mesmo face às recentes melhorias na governança e na qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Neste sentido, o PNUD Brasil compartilha da prioridade brasileira de promover melhorias na segurança pública como caminho necessário ao que chamamos de desenvolvimento humano sustentável”. Guia do marco conceitual da convivência e segurança cidadã. -- 2.ed. – Brasília : PNUD, Conviva, 2016.

conceito tem se apropriado cada vez mais do que é coletivo, que atende aos interesses de uma comunidade e não mais de um Estado ou de indivíduos de forma isolada. O natural passou a ser mais importante que o material. A segurança voltada para um contexto de vida digna é mais importante do que a segurança representada pelas armas, muros ou escoltas de bens que não são vitais.

1.2 Segurança Cidadã

Para o desenvolvimento da Segurança Pública Cidadã se faz necessário que os indivíduos com direitos e obrigações estejam inseridos neste processo (FILHA, 2016). Nesse sentido, o engajamento entre Estado e Sociedade Civil é indispensável para que ações práticas sejam pensadas, construídas e executadas. Além disso, a compreensão do fator tempo para os resultados das intervenções na temática da segurança e dos direitos humanos também é tido como um grande desafio.

A Segurança Cidadã propõe que todos os estados e municípios, precisam exercer as políticas econômicas e sociais com foco na convivência social, segura e sustentável. Efetivar a Segurança Cidadã é garantir os Direitos Humanos, num desafio de reconstrução cultural pautada na valorização das relações democráticas, por meio do diálogo e das mediações como formas de resoluções pacíficas de conflitos. Com isso, fazendo que o sujeito envolvido no conflito consiga romper com a naturalização das diversas formas de manifestações das violências (ALBERGARIA; LEONELLI, 2016).

Pensar a segurança humana é ter a Segurança Cidadã como parte fundamental no contexto social dos indivíduos, pois se refere a uma ordem cidadã democrática que favorece a convivência segura e pacífica entre as pessoas (PEDRA, 2016).

Dessa forma, a abordagem da Convivência e Segurança Cidadã inclui a dimensão interdisciplinar em todas as suas ações, pois a interdisciplinaridade oferece novas possibilidades de enfrentar os aspectos multicausais da violência; demanda um trabalho intersetorial integrado que envolve diferentes atores sociais para o desenvolvimento de ações conjuntas e com foco tanto na prevenção quanto no enfrentamento à

violência; potencializa a governança democrática local mediante o desenvolvimento das capacidades dos atores locais (governamentais e não governamentais) para promover a segurança e a cultura cidadãs; estimula a participação comunitária em todo o processo de discussão e implantação de ações, por meio de relações horizontais e da criação de instâncias deliberativas e consultivas, o que potencializa o empoderamento das pessoas (PNUD, 2016).

Sendo assim, a segurança cidadã é complementar à segurança pública e ambos os conceitos se reforçam mutuamente. Refletir sobre estes conceitos pressupõe considerar que o centro [dela] é o cidadão, assim como o ser humano é o protagonista quando falamos de Segurança Humana, ou seja, a Segurança Cidadã é uma parte vital da segurança humana que visa uma ordem cidadã democrática e elimina as ameaças de violência na população, permitindo uma convivência segura e pacífica. (VELÁSQUEZ, 2007).

Tendo o conceito de Segurança Pública Cidadã como norteador de suas ações que propiciam o envolvimento dos cidadãos na resolução dos conflitos vivenciados, o Programa Mediação de Conflitos (PMC), surge nessa perspectiva de possibilitar outras construções para o enfrentamento dos fenômenos multicausais da violência.

Ao longo dos seus 15 (quinze) anos de existência, o PMC tem respondido ao desafio de modificar uma cultura que reforça a violência como resposta possível frente a conflitos, com posturas contínuas de inovação, refletindo sobre as nuances de seu próprio basilar, aprimorando suas práticas de intervenção, a partir dos saberes construídos junto ao público atendido. Neste processo, o Programa desenvolveu arranjos institucionais que aperfeiçoaram sua prática, contribuindo para a construção de estratégias que pautam a atuação do Estado na construção de uma Segurança Pública Cidadã (Manual de Orientação metodológica e de Gestão da informação, 2021)

Para as equipes do PMC, o princípio de Segurança Pública Cidadã está presente em todas as práticas de atendimento, sustentando toda a sua atuação.

2 MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

2.1 Comunidade e Território

O Programa Mediação de Conflitos lida em sua prática cotidiana, com os conceitos de comunidade e território, em referência aos espaços de análise e intervenção onde atua. Esses conceitos também se entrelaçam com o conceito de localidade e/ou área de abrangência, que fazem parte do repertório conceitual do Programa. A partir das reflexões construídas ao longo dos seus 16 anos, entende-se ser importante retomar tais conceitos, com o objetivo de destacar especificidades da atuação no âmbito da Mediação Comunitária.

O conceito de comunidade, amplamente discutido por diversos autores e campos do saber, como a Sociologia, Psicologia e História, se mostra dinâmico e permeado por vários sentidos, de caráter sócio-histórico e em constante transformação. A prática do Programa Mediação de Conflitos levou à compreensão de que a comunidade se circunscreve enquanto conjunto de identidades que expressam, ao mesmo tempo, individualidades e a multiplicidade. Como Domingues e Franco (2014) trazem:

A comunidade, considerada por sua capacidade de produção do comum, seu processo de construção permanente, feito de singularidades quaisquer, faz de sua permanência e mutabilidade elementos essenciais às subjetividades contemporâneas que almejam outras formas de viver junto, mais libertárias, mais potencializadoras, mais possíveis. (p.32)

Assim, nota-se que o conceito de comunidade para o Programa Mediação de Conflitos tem sido utilizado para estabelecer leitura de contextos, identificando pessoas que, juntas, possuem elementos identitários e de interesse comum, que estabelecem relações diversas. Reforça-se que vários autores, ao dizerem sobre comunidades, intercalam o conceito com palavras que expressam: solidariedade, identidade, proximidade, entre outras. (SANTOS e BECKER, 2011; SANTOS, 2006).

Já a noção de território ou configuração territorial não se restringe ao espaço geográfico e adentra à dimensão complexa e relacional do contexto. Assim, corroboramos com Santos (2006), quando ele afirma que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (p.38)

Sendo assim, entendemos território como espaço que incorpora um conjunto de relações e processos sociais, de forma fluída, permeada por movimento e conexões. (SANTOS e BECKER, 2011). Nesse sentido, a “configuração territorial” ocupada e abrangida pelo Programa leva em consideração a necessidade de compreender as comunidades que ali se apresentam e que possuem interações com os espaços sociais, norteando a compreensão do *onde*, *como* e *por que* as comunidades coexistem nestes territórios.

Demarca-se, então, a diferença entre território e comunidades, reafirmando a importância de ambos em nossa atuação, pois são correlacionáveis quando utilizados como norte, quer seja pela dimensão geográfica, territorial, identitária e/ou relacional. Isso se mostra bastante claro no fazer do Programa ao destacar, recorrentemente, a importância de se considerar os mais diversos elementos do contexto para uma compreensão de como os conflitos, violências e vulnerabilidades se apresentam nas localidades ⁵ onde atua.

Para a construção de intervenções, sejam elas individuais ou coletivas, deve-se levar em consideração a complexidade dessas comunidades, seus vínculos internos e externos, a participação social e demais aspectos sociais, estabelecendo posteriormente, estratégias de

⁵ Localidades aqui compreendidas a partir de um recorte geográfico/territorial, definido com base na maior incidência de violências e criminalidade. O termo “área de abrangência” também reflete esse sentido e delimita um certo *locus* da atuação da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais.

prevenção às violências, junto à(s) pessoa(s) que faz(em) parte daquele contexto. A partir desses elementos, o Programa busca mobilizar o potencial dessas comunidades, lançando luz sobre possibilidades e facilitando encontros e construções que fortaleçam conexões.

2.2 Mediação Comunitária no Programa Mediação de Conflitos

A Mediação como método não-adversarial de resolução de conflitos pode ser aplicada em diversas áreas, tendo ganhado destaque nos últimos anos especialmente no âmbito judicial. Em sua vertente comunitária, basilar para o desenvolvimento do Programa Mediação de Conflitos, tem como proposta criar meios para que pessoas, grupos e comunidades possam autogerir seus conflitos de forma participativa e cooperativa.

Como parte da Política Pública de Prevenção à Criminalidade, o Programa tem desenvolvido uma metodologia própria pautada na construção de estratégias de Segurança Pública Cidadã. Inserido em localidades com altos índices de criminalidade e vulnerabilidades sociais, a Mediação Comunitária proposta pelo PMC difere-se de outros programas, principalmente daqueles oriundos do Sistema de Justiça no que tange a sua finalidade essencial de enfrentamento e prevenção às violências e à criminalidade.

A partir dos princípios e técnicas da Mediação são realizadas intervenções individuais, coletivas e institucionais que contribuam para que o público atendido possa construir formas de resolução dos conflitos de maneira dialógica, cooperativa e emancipatória. Destaca-se que para além da mediação procedimental, a atuação do PMC desdobra-se em atendimentos para acesso a direitos, bem como para organização comunitária e articulação de redes intersetoriais.

Nos contextos em que a violência muitas vezes é tratada como resposta para resolução de conflitos de diferentes naturezas, as práticas da Mediação Comunitária podem contribuir na construção coletiva de soluções pacíficas de conflitos. Assim, ao reconhecer o protagonismo comunitário e fomentar a participação social em torno da pauta da

Segurança Pública, são construídas ações que buscam compreender e ressignificar a forma como os moradores lidam com os fenômenos de violência e criminalidade. Apesar do PMC atuar de maneira transversal em situações de acesso a direitos, inclusive o acesso à justiça, o olhar das equipes técnicas é norteado para identificação de fatores de risco e de proteção que atravessam o contexto vivenciado pelas pessoas atendidas.

Propor a transformação social, no sentido de abarcar uma mudança de uma lógica marcada pela violência, pela opressão e pela competição para alternativas que fomentem a cultura da paz, laços de solidariedade e cooperação social é desafiador. Mas, o trabalho desenvolvido através da Mediação Comunitária tem guiado a atuação do Programa Mediação de Conflitos, sem perder de vista as múltiplas identidades e realidades das comunidades atendidas.

2.3 Práticas na Mediação Comunitária

Em seu histórico, o Programa Mediação de Conflitos desenvolveu intervenções que incorporaram diversos métodos e técnicas criativas e inovadoras, para além do seu basilar que é a mediação. Ademais, atravessam e norteiam todas as práticas e intervenções do Programa as estratégias de acolhimento e escuta ativa e empática, que possibilitam a construção e fortalecimento de vínculos entre equipes e o público atendido.

Destaca-se que na atuação do PMC a mediação procedimental é oferecida como proposta de resolução consensual de conflitos. Tal método é norteado por princípios e técnicas que tem permeado o trabalho do Programa Mediação de Conflitos, orientando não apenas a mediação enquanto procedimento, mas constituindo aparato técnico às diversas formas de intervenção do Programa, seja no âmbito individual ou coletivo. Também é composto por fases, que não acontecem de modo linear, mas que apontam caminhos para a construção do diálogo e da resolução do conflito apresentado a partir da narrativa das pessoas atendidas.

Além disso, tendo em vista sua atuação baseada na lógica da segurança cidadã, o Programa se propõe a construir estratégias de

mobilização/participação social, bem como dialogar e articular junto à rede social mista visando possibilidades de fortalecimento do capital social e construção conjunta de meios para o enfrentamento às violências e criminalidades.

2.4 Acolhimento e Escuta Ativa

Não é possível falar nas práticas de atendimento sem citar e considerar o “Acolhimento”. Para acolher, não há local nem hora certa para acontecer, nem um profissional específico para fazer. O acolhimento implica na escuta do público em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo na condição de conflito, e na responsabilização pela resolução. Acolher seria, portanto, um compromisso de resposta humana às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços ofertados. As possibilidades de acolhimento são muitas e devem se dar com criatividade, compreendendo a realidade do público, local ou condição, o importante é que sejam feitas com sinceridade superando as expectativas do acolhido.

Nas práticas de atendimentos para o Programa Mediação de Conflitos, temos inicialmente por base princípios e técnicas ⁶ de mediação, onde o público, de forma voluntária, busca atendimento nas condições individuais, coletivas, em organização comunitária e através de projetos. De forma geral, os indivíduos chegam encaminhados pela rede parceira, lideranças comunitárias, indicação de outros atendidos, vizinhos, conhecidos ou por iniciativa própria e até mesmo identificados pela equipe técnica para parcerias e trabalho conjunto. A proposta é auxiliar as pessoas na busca da melhor solução ou administração da demanda e/ou conflito apresentado, fomentando o empoderamento e a autonomia das pessoas envolvidas.

⁶ Ver MEDIAÇÃO E CIDADANIA: Programa Mediação de Conflitos. Comissão Técnicas de Conceitos (org.). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2010, p. 23; p. 37-40; 44-60.

2.5 Mobilização comunitária e participação social

Para que a Mediação seja efetivamente comunitária e não se limite a operar como meio de resolução de conflitos, entende-se que a prática da mediação deve estar articulada à educação para direitos e à articulação de redes sociais. A educação para direitos tem por objetivo democratizar o acesso à informação sobre os direitos dos cidadãos e decodificar a complexa linguagem legal, por meio da reflexão crítica sobre a criação do direito a partir das necessidades da comunidade. A articulação de redes sociais, por sua vez, democratiza a própria gestão da comunidade ao transformar o conflito – por vezes restrito, aparentemente, no campo individual – em oportunidade de mobilização popular e criação de redes solidárias para o mapeamento e o reconhecimento não somente das dificuldades, mas dos recursos que a comunidade dispõe⁷.

A Mediação Comunitária está inserida em um ciclo virtuoso que ostenta os seguintes componentes: a) conhecimento da comunidade e da rede social (por meio do mapeamento e da educação para os direitos); b) criação de novas conexões na comunidade entre si e com as instituições (por meio da articulação de redes sociais); c) transformação das relações individuais, sociais e institucionais (por meio do desenvolvimento de novas habilidades e técnicas de comunicação: a mediação comunitária); d) desenvolvimento comunitário com coesão, autonomia e emancipação social (resultado de todo o processo de construção da mediação comunitária).

A prática da Mediação Comunitária vai provocando transformações em busca de uma comunidade autônoma e participativa. Por meio da escuta ativa, com intervenções pontuais e resumos, o mediador colabora na organização do que foi dito sobre os problemas e as formas possíveis de enfrentá-los a partir das diversas características dos territórios.

⁷ Ver HERRAMIENTAS EUROSOCIAL - No 34/2020 - Guia de Formação em Mediação Comunitária - segunda edição atualizada e ampliada. Gláucia Foley e Célia Passos. Madrid, 2020, p 20.

Destaca-se que as intervenções de mobilização comunitária propostas pelo Programa Mediação de Conflitos propõem-se a fomentar a participação social pautado na prevenção social às violências e à criminalidade. Ou seja, que as comunidades atendidas possam identificar e discutir fatores de risco e proteção que atravessam a pasta da Segurança Pública.

Mobilizar indivíduos em torno de um interesse comum constitui-se como um imenso desafio e só pode ser pensado por meio de uma atuação em rede, contando com a participação das lideranças, grupos e entidades locais para trabalhar o envolvimento dos moradores da região na resolução conjunta das questões que afetam a coletividade⁸.

2.6 Articulação de Rede

A Mediação Comunitária investe nos processos de animação e constituição de redes sociais, ou seja, as organizações de atuação se dão por território e não por serviços, e seu objetivo é potencializar a participação cidadã de determinados segmentos sociais estimulando as interfaces entre os diferentes atores sociais comunitários locais, grupos populares, entidades variadas e os diversos órgãos públicos.

Como forma de atuação e articulação de rede, a promoção de reuniões, encontros conjuntos, debates, rodas de conversa, reflexões diversificadas e outros, compõem o fazer na Mediação Comunitária. Tais ações estimulam processos de conscientização de pessoas, grupos e comunidades em contexto de exclusão social, sendo possível o empoderamento de suas organizações e redes sociais para a viabilização, fomento e incremento de capital social e humano.

Nessa perspectiva o Programa Mediação de Conflitos se insere enquanto o ator imparcial que favorece espaços democráticos de diálogo e que desperte responsabilidade e participação dos envolvidos neste contexto nas comunidades onde residem ou atuam enquanto rede. O programa, portanto, apresenta uma importância considerável para o

⁸ Ver MEDIAÇÃO E CIDADANIA: Programa Mediação de Conflitos. Comissão Técnicas de Conceitos (org.). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2010, p. 29.

fortalecimento do trabalho em rede, oferecendo propostas bem delimitadas buscando desenvolver ações e articulações comunitárias através do envolvimento dos indivíduos, famílias e instituições locais.

Como exemplos práticos: A equipe do Programa Mediação de Conflitos é procurada pela Associação de Moradores do bairro “Espera Feliz” para que, juntos, busquem as referências comunitárias do bairro, o CRAS, a Polícia Militar, a Secretaria de Assistência Social para reuniões conjuntas sobre um prédio abandonado no bairro, de propriedade do município e que tem favorecido desdobramentos violentos relacionados ao tráfico de drogas, furtos e roubos no local. Ou como outro exemplo, a equipe busca o Conselho dos direitos da Mulher, as referências comunitárias e Associação de Moradores dos bairros, a PPVD – Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica, para diálogo sobre o aumento dos casos de violência contra a Mulher que chegaram até o programa em um determinado espaço de tempo.

Percebe-se então, que articular em rede diz respeito ao envolvimento em espaços nos quais se compartilha leituras abrangentes sobre fenômenos de violência e de criminalidade que tocam as comunidades. Tais leituras são construídas a partir de experiências conjuntas e da percepção de todos sobre os desafios da rede, de fato articulada, nas intervenções que se propõe a realizar nos territórios.

Nesse sentido, todas as técnicas e práticas ora apresentadas podem e devem contribuir no processo de diálogo, interação e construções junto à rede, uma vez que a articulação pressupõe também uma relação dialógica.

3 ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

3.1 Prevenção e Enfrentamento às Violências

Para atuar na prevenção e enfrentamento às violências a partir do Programa Mediação de Conflitos, enquanto política de segurança cidadã, é fundamental entender as causas das violências presentes no território, como se estruturam e se reproduzem nas práticas cotidianas. Iremos abordar essas questões a seguir.

O conflito ⁹é inerente às relações sociais. A vida em sociedade impõe a convivência com a diferença – seja de valores, ideias, ideologias etc. – o que pode gerar contraposição de interesses e, por conseguinte, o tensionamento das relações. Contudo, ressalta-se que o conflito não é, em si, algo positivo ou negativo. Ele pode ser um mecanismo de troca de opiniões, de aprendizado e de ampliação das perspectivas quando administrado de forma pacífica – por meio do diálogo, por exemplo –, mas pode ter também a violência como uma das suas formas de resposta.

Vários são os fatores que podem levar um conflito a se desdobrar em violência e criminalidade. Desse modo, a violência e o crime constituem fenômenos complexos e que possuem origem multifatorial, nesse sentido, muitas teorias nos ajudam a entender melhor esses fenômenos.

De acordo com a Teoria Ecológica do Crime, a complexidade destes fenômenos impossibilita que se credite a uma ou a poucas variáveis os determinantes da criminalidade, numa relação de causa e efeito. Assim, a combinação de diferentes variáveis possibilita um melhor entendimento desses fenômenos em uma compreensão sistêmica. Na Teoria Ecológica do Crime tais variáveis estão organizadas em quatro níveis: estrutural, institucional, interpessoal e individual. Apesar de sistêmicos, cada nível apresenta pontos específicos de análise e intervenção.

A partir da leitura e identificação dos conflitos e violências existentes no território, o Programa Mediação de Conflitos atua sobre estas variáveis, de modo a propiciar intervenções que transformem as relações de conflito administradas de forma violenta. Além da transformação individual, a atuação do Programa possibilita efeitos ampliados, impactando a realidade da comunidade em que o Programa se insere, tendo em vista que os efeitos das intervenções realizadas com cada

⁹ O conflito faz parte da condição humana, pois é inerente à diversidade das relações. Deve ser entendido como parte da vida das pessoas. Ele se manifesta quando as necessidades de um indivíduo não são satisfeitas. No entanto, quando sua administração passa pelo diálogo, possibilitando a ampliação de perspectivas, o reposicionamento do indivíduo frente ao conflito e a construção criativa de soluções, suas consequências podem se tornar positivas. (Manual de Orientação Metodológica e gestão da Informação, pág 12)

indivíduo refletirão de forma abrangente no convívio social local, sendo o inverso também verdadeiro.

As intervenções do programa ocorrem através das seguintes práticas de atendimentos: individuais, coletivos, ações de organização comunitária, e projetos. Também incluem ações desenvolvidas com a rede social mista, trabalhando a prevenção e o enfrentamento às violências com objetivo de reduzir a violência letal.

3.2 Análise da Dinâmica Social das Violências e Criminalidade

O Programa Mediação de Conflitos sustenta suas intervenções a partir da concepção sócio-histórica do crime e da violência em uma perspectiva sistêmica. Nesse sentido, a realidade não é dada a priori, mas é construída e evidenciada nas relações cotidianas, exigindo das equipes técnicas do Programa uma disposição para a troca de conhecimentos e uma escuta qualificada para compreensão dos múltiplos olhares. Logo, trata-se de uma realidade passível de transformação a partir de intervenções capazes de alterar condições sistêmicas. Em resumo, como os crimes e as situações violentas refletem uma série de relações sócio históricas, as intervenções propostas pelo PMC assumem a finalidade de promover transformações na dinâmica local e, assim, favorecer a prevenção social à violência e à criminalidade. Por isso, busca-se agregar valores ao capital social preexistente e promover a cultura de paz, baseada no exercício da cidadania e na garantia dos direitos humanos.

Para tanto, a todo o momento em que se encontra no território, a equipe técnica do PMC estabelece relações de proximidade e confiança com moradores, referências comunitárias, comerciantes e instituições locais, construindo uma política de segurança pública participativa. São essas relações que possibilitam a leitura qualificada a respeito das dinâmicas estabelecidas no território, bem como a formulação conjunta de estratégias de enfrentamento a estes fenômenos.

Além disso, o fato de o Programa ser uma das instituições que compõem a dinâmica social do território já possibilita a observação e vivência de muitos desses aspectos, tais como:

- Histórico de constituição da comunidade;
- Existência de praças, terrenos e espaços públicos abandonados;
- Acúmulo de lixo e entulho em determinados lugares;
- Impactos advindos da implantação de programas e projetos sociais;
- Dificuldade de encaminhamentos para a rede de proteção social;
- Não atuação de serviço público necessário para o acesso a direitos (inclusive aqueles em que há proibição e/ou restrição de atuação pelo tráfico);
- Pessoas em cumprimento de medidas de penas alternativas, egressos do sistema prisional;
- Situação de desemprego e intensidade da evasão escolar;
- Impactos de intervenções urbanas;
- Dificuldade de circulação dos moradores por determinados locais no território;
- Rivalidades entre pessoas e grupos;
- Potenciais e/ou concretas violências e crimes mais recorrentes;
- Locais e horários das violências e crimes recorrentes;
- Forma de organização da comunidade para prevenir ou enfrentar violências e crimes;
- Circulação de armas;
- Toque de recolher e diversos outros fenômenos sociais;
- Relações entre a comunidade e as forças de segurança pública

Estes aspectos podem atuar como fatores de proteção ou risco, a depender do contexto comunitário em que estão inseridos. A observação deles contribui para a análise da dinâmica social das violências e criminalidade do território, possibilitando compreender as formas pelas quais a comunidade lida com as situações no cotidiano. É a partir dessas análises que a equipe vai traçar estratégias de intervenção que possam produzir impacto no enfrentamento às violências.

De maneira a ilustrar como esses aspectos podem ser analisados pela equipe, serão apresentados alguns exemplos a seguir. O histórico de constituição da comunidade pode auxiliar na compreensão de seu funcionamento atual, dizer sobre como aquele território vem se desenvolvendo ao longo do tempo, qual o repertório que a comunidade construiu para lidar com as situações de violência e quais as identidades que as pessoas atribuem a si como moradoras desse local.

A existência de praças, terrenos e espaços públicos abandonados, e o acúmulo de lixo e entulho em determinados lugares potencialmente sinalizam pouco sentimento de pertencimento dos moradores àquele território, já que não existe um cuidado com o espaço público, fomentando o entendimento de que ali se pode fazer de tudo, já que não “pertence a ninguém”. Além disso, evidencia a ausência do poder público no que se refere à limpeza urbana e asseio com a comunidade, localizada geralmente em região periférica, distante do centro da cidade e, portanto, vista de maneira marginalizada. Essa lógica de funcionamento promove o medo, que por sua vez, causa nos moradores comportamentos de distanciamento do espaço público e da vida em comunidade, favorecendo a ocupação desses locais com atividades violentas e/ou criminosas.

Algumas comunidades também sofrem os impactos de intervenções urbanas em sua estruturação física e conseqüente forma de sociabilidade. Um exemplo disso, são as construções cada vez mais frequentes de conjuntos habitacionais, direcionando antigos moradores de aglomerados, com casas geralmente precárias (barracos) para esses novos apartamentos. Geralmente, os moradores são de diversas regiões, por vezes rivais do ponto de vista da dinâmica criminal e com baixo capital social. Dessa forma, algumas intervenções urbanas podem ser potencializadoras de conflitos comunitários, se realizadas sem o devido planejamento.

Outro ponto importante a ser analisado é a forma de organização da comunidade para prevenir ou enfrentar violências e crimes, que se dá através da coesão entre os moradores e os serviços disponíveis no território, produzindo uma rede de enfrentamento potente, caso essa coesão seja forte; caso ela seja fraca, a comunidade será mais suscetível a

situações de violência. Outros pontos como a forma com que o tráfico administra suas ações diante determinados tipos de crime e a sociabilidade (violenta ou não) são maneiras de organização que impactam os fenômenos de violência. A rivalidade entre pessoas e grupos que vivem numa mesma localidade, seja por conta de disputas territoriais do tráfico, vinganças ou brigas entre vizinhos, é um aspecto a ser considerado na dinâmica, pois potencializa conflitos, promove violências e enfraquece o tecido social daquele lugar. A leitura dessas rivalidades permite pensar ações preventivas direcionadas a determinados grupos, a fim de romper o histórico de violências.

Diversas comunidades apresentam dificuldade de circulação dos moradores por determinados locais do território, em função da dinâmica criminal, o que limita e dificulta o acesso a direitos básicos, como o de ir e vir, por exemplo. Esse entendimento por parte da equipe é fundamental para propor ações e atendimentos, sempre considerando as limitações e segurança dos moradores. Outros elementos como a dificuldade de encaminhamento para a rede de proteção social ou a não atuação de serviço público necessário para o acesso a direitos naquele local, também podem evidenciar como seus moradores estão sendo privados de possibilidades de enfrentamento às suas vulnerabilidades, o que pode ocorrer, dentre outros motivos, devido a uma dinâmica criminal existente que impossibilita as pessoas de acessarem serviços por proibição e/ou restrição de atuação pelo tráfico.

Para além disso, a relação entre a comunidade e as forças de segurança pública são um elemento importante a se analisar, pois se essa relação se dá de forma violenta e frágil é bem provável que os moradores não tenham confiança nos serviços e deixem de acessá-los. A existência de um “toque de recolher” e diversos outros fenômenos sociais como os já referidos, revelam a interferência da criminalidade e da violência na vida das pessoas e na forma como irão se relacionar com seus vizinhos e serviços, dificultando o fortalecimento do capital social e sendo um fator de controle e silenciamento.

A observação de potenciais e/ou concretas violências, locais e horários das violências e crimes recorrentes, viabiliza entender como a criminalidade se dá naquele território, quais violências são permitidas

ou reguladas, como o espaço público é utilizado nesse processo e se existem períodos do dia mais propícios para a ocorrência dos fenômenos.

O processo dinâmico de leitura e análise do território implica articulações comunitárias assertivas, incluindo a rede social mista¹⁰, frisando os atores estratégicos de segurança pública, como a Polícia Civil e a Polícia Militar de Minas Gerais¹¹. Enfatiza-se que o Programa Mediação de Conflitos intervém tanto em violências e crimes potenciais (ou seja, nas situações em que as pessoas já estão em conflito sem que este ainda tenha se desdobrado em atos de violência e criminalidade), quanto em situações de violências e criminalidade em curso. Em qualquer uma das duas situações, a articulação com a rede social mista é fundamental, pois possibilita, além da análise da dinâmica apresentada, a construção de intervenções qualificadas.

3.3 Violências

O Programa Mediação de Conflitos atua em territórios que apresentam diversos fenômenos de violência e criminalidade e público heterogêneo. Por essa razão, ao analisar a dinâmica social das violências e criminalidade deve-se levar em conta as múltiplas identidades do público atendido, construídas a partir da intersecção entre os marcadores

¹⁰ A rede social mista é concebida pelo PMC como uma importante maneira de intervir junto às comunidades, apresentando as formas de associar e agir entre pessoas, grupos e entidades. A ideia de rede pode ser definida, dado o seu aspecto formal, como um conjunto de pontos interligados. [...] O conceito de rede é de suma importância na construção de uma democracia participativa, garantindo espaço para que as decisões sejam tomadas a partir do consenso entre atores políticos de um Estado – sendo de suma importância nesse processo o diálogo entre moradores e rede/serviços. O PMC desenvolve sua atuação de fomento à articulação entre as entidades e à consolidação de parcerias, seja por meio de espaços regulares já constituídos ou mesmo na consolidação de novos espaços de rede. A entrada do Programa nas comunidades só é viabilizada por meio das lideranças e entidades já atuantes na região, pois são estes, como explicitado, que ajudam a legitimar o trabalho junto à comunidade. (PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, 2011, 26-27).

¹¹ O Grupamento Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR – atua enquanto polícia comunitária e operacionaliza um policiamento de proximidade, favorável ao diálogo com moradores e representantes das instituições locais (Resolução n° 160, Instrução Conjunta n° 3.03.20/2016-CG).

de gênero, classe, raça, sexualidade, idade, território, entre outros. Por isso, é importante compreender o conceito de interseccionalidade¹², uma vez que em um mesmo território os sujeitos vivenciam diversas violências, tendo em vista que as estruturas podem se sobrepor, potencializando para que diversas violações ocorram simultaneamente. Quanto mais assertiva for a leitura sobre o território e o público, mais eficaz serão as intervenções realizadas, sendo extremamente importante compreender as peculiaridades de cada caso e que as violências ocorrem de forma distintas diante das estruturas sociais que atravessam os sujeitos.

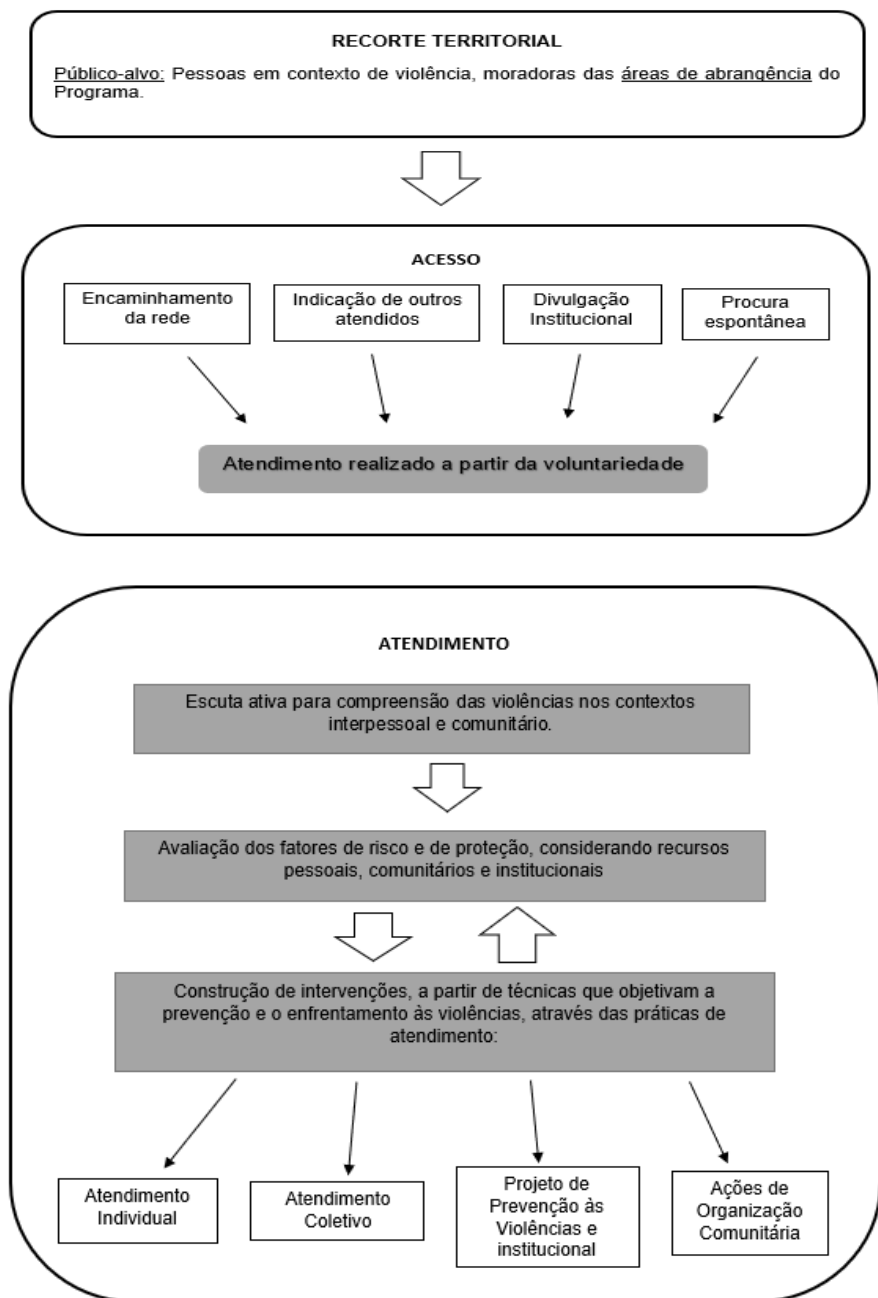
Ao acolher um caso de violência, a equipe deverá estar atenta as questões norteadoras para conduzir a situação e entender se é possível ter desdobramentos violentos daquela demanda como, por exemplo: Essa violência é silenciada? Existe possibilidade de retaliação popular? Existe Rede de apoio? Como funcionam os equipamentos públicos de proteção? Como é a organização comunitária? Há intervenção do tráfico?

A seguir, é apresentado o fluxograma para atendimentos de pessoas em situação de violência:

¹² A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70). Bilge, Sirma. (2009), "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". *Diogène*, 1 (225): 70-88.

Programa Mediação de Conflitos

Fluxograma de Atendimento a Pessoas em situação de Violência





A seguir, apresentamos as especificidades em relação às violências contra públicos específicos, bem como as possibilidades de intervenção a partir do Programa Mediação de Conflitos:

3.4 Violência Contra a Mulher

Entre os diversos temas de violência que o Programa Mediação de Conflitos intervém, a violência contra a mulher é a mais demandada, correspondendo a 52% das violências atendidas no ano de 2020. Entre os fatores que justificam a elevada demanda, está o fato do público atendido ser majoritariamente feminino (72%), conforme dados do ano de 2020. Outra questão é que muitas vezes, embora não apareça como demanda principal do atendimento, a violência é identificada durante os relatos de demandas referentes a conflitos intrafamiliares, divórcio, pensão alimentícia, guarda, entre outros, favorecendo assim, a identificação de muitas violências domésticas. As intervenções são realizadas através de atendimento individual e/ou coletivo, considerando a

importância de ser construída junto aos atendidos o melhor formato para sua condução.

Apesar da violência contra a mulher ser a mais recorrente no programa, o manejo por parte da equipe é complexo, devido aos múltiplos fatores envolvidos. Como foi introduzido acima, as violências ocorrem de formas distintas diante das múltiplas estruturas que o atendido se encontra. Dessa forma, o atendimento à mulher em situação de violência deve levar em consideração as opressões de gênero produzidas pelo sistema patriarcal, mas também outros marcadores sociais que se entrecruzam, potencializando formas de opressão, como raça, território, orientação sexual, classe social, geração e outros.

As violências vivenciadas, bem como a rede de apoio de mulheres negras periféricas são muito destoantes daquelas vivenciadas por mulheres brancas de classe média que residem nos centros urbanos, por exemplo. Para demonstrar essa questão, pode-se utilizar os dados apresentados no Atlas da Violência 2020, segundo os quais no período entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7% e a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4% (IPEA, 2020).

Quando se fala em violência contra a mulher, é importante destacar a violência doméstica, que segundo o art. 5º da Lei nº 11.340/06 é “(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Apesar de ao passar dos anos ter aumentado a divulgação da lei de forma mais ampla nos veículos de comunicação visando conscientizar e estimular a denúncia, ainda existem diversos receios. Alguns dificultadores para que a mulher denuncie e/ou saia do ciclo de violência são: sensação de impunidade; medo de retaliação; vergonha; medo da culpabilização; o fato de sua ocorrência ser no ambiente privado/doméstico; relação de poder entre autor e vítima: as múltiplas formas em que essas violências ocorrem (moral, psicológica, patrimonial, sexual e física) dificultando sua identificação, entre outros.

Conforme informação no site do IPEA:

“A questão de gênero é determinante no mercado de trabalho. De uma forma geral, as mulheres brasileiras ganham, em média, 76% da remuneração masculina,

segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Mulheres negras recebem ainda menos: 43% dos salários dos homens brancos.” (Portal do Governo Brasileiro, 2019)

Para além da violência doméstica, as mulheres vivenciam outras violações/discriminações de gênero, seja no mercado de trabalho, não paridade salarial, recusa de contratação decorrente a maternidade e assédios, ou em ambientes públicos e suas diversas formas de violência. Dessa forma podemos compreender que fazer o acolhimento dos casos de violência pensando em outros fatores que estão atrelados a vida dessa mulher é extremamente necessário.

3.5 Violência Contra a Pessoa Negra

Conforme dados do ano de 2020 do Programa Mediação de Conflitos, 63% dos atendidos na modalidade individual se auto classificam como pardos e pretos. Diante do retrato de desigualdades raciais do Brasil, este é o público que mais tem sofrido violências letais, quando comparado com as pessoas brancas.

Conforme Atlas de violência 2020:

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (IEPA, 2020, p.47)

O racismo pode ser facilmente identificando quando há crime de ódio ou discriminação racial direta, entretanto, quando o racismo se dá de forma institucional e estrutural há uma maior dificuldade de se identificar e muitas vezes passam despercebidos. Assim como ocorre

na violência contra a mulher, a violência racial nem sempre é apresentada pelo atendido como a violência principal, cabendo à equipe a escuta ativa para identificação e sensibilização em relação a essas questões.

Compreender sobre o racismo e os efeitos dessa estrutura se torna muito importante na atuação de uma política pública, principalmente quando esta tem como recorte público de maior vulnerabilidade social. Dentre as pessoas atendidas pelo Programa onde a maioria se classifica como pessoa preta ou parda, importante ressaltar que parte considerável deste público é composto por mulheres. Historicamente o racismo criou estruturas e sistemas de desigualdades, hoje ainda essa desigualdade se mantém, seja no aspecto da baixa reparação histórica para acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico, lazer, garantias de trabalhos formais, acesso a transportes públicos de qualidade, infraestrutura urbanas, ascensão profissional, dentre tantas outras, se mantendo pela discriminação indireta ou direta. Conforme Almeida (2018):

“A consequência de práticas de discriminação *direta e indireta* ao longo do tempo leva à *estratificação social*, um fenômeno *integeracional*, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social - o que inclui as chances de ascensão social, de conhecimento e de sustento material é afetado” (ALMEIDA, 2018, pág 26)

Avaliar uma demanda é inserir nela também todo o contexto apresentado por esse sujeito, compreendendo que muitas vezes não estará explícito o racismo, mas sim permeado em diversas outras violências. Sendo assim, justamente pela prática do racismo acontecer de forma velada é um grande desafio até para as próprias vítimas se reconhecerem como tais, demandando todo um trabalho em conjunto já que na maioria das vezes essas causas tendem a ser diminuídas ou vistas como “menos complexas” por quem não está vivenciando a situação.

3.6 Violência Contra a População LGBTQIA+

No ano de 2020, o Programa Mediação de Conflitos incluiu entre os dados colhidos nos atendimentos relacionados à violência o Tema “Violências contra a pessoa LGBTQIA+” de forma a qualificar e quantificar essa violência. No questionário sociodemográfico houve a inclusão da opção de intersexualidade na pergunta sobre “Sexo”, que antes apresentava apenas as opções masculino e feminino. Também foi adicionada a pergunta sobre “Gênero” e as opções cisgênero, transgênero e fluído¹³. A importância de colher esses dados para além de não invisibilizar essa população, é também favorecer a leitura das equipes nas especificidades do seu público, favorecendo assim intervenções para fortalecimento do vínculo quando já existente ou apontar a necessidade de aproximação.

No final do ano de 2020 foi possível observar no resultado dos indicadores o efeito positivo da alteração, uma vez que mesmo sendo um ano atípico diante das circunstâncias da pandemia, o tema de

¹³ Cisgênero = termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-”. Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com “gênero atribuído ao nascer”, ou seja, consiste na concordância do sexo biológico com a identificação deste indivíduo com as características socialmente atribuídas a este gênero. Transgênero = terminologia utilizada para descrever pessoas que não se identificam com o sexo biológico com o qual nasceu. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais relacionadas ao sexo. Segundo Leticia Lanz (2015), não faz sentido escrever “travestis, transexuais e transgêneros”, ou usar TTT na sigla LGBTI+, uma vez que travestis e transexuais são transgênero por definição. Ou escreva-se travestis e transexuais, ou escreva-se transgêneros, ou, de preferência, pessoas trans. No entanto, cabe destacar que o termo Travesti adquiriu um teor político de ressignificação de uma expressão de gênero historicamente marcada pela marginalização social desse grupo. Marcar essa dimensão política do corpo através da linguagem e do discurso contribui para a inclusão social e enfrentamento da violência cometida contra as travestis. Fluído = Gênero fluído (gender-fluid) é a pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino e que transita entre os gêneros, são pessoas que deslizam ao longo de um espectro de gênero sem binarismo, tecendo sua própria expressão ao longo desse espectro. A fluidez de gênero é a capacidade de se tornar livre e conscientemente um ou muitos de um número ilimitado de gêneros, por qualquer período de tempo, a qualquer taxa de mudança. (MANUAL DE ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, p. 29, 2020).

“Violências contra a pessoa LGBTQIA+” correspondeu a 1% dos atendimentos. Entre os atendimentos realizados pelo Programa, podem ser exemplificadas duas intervenções coletivas que ocorreram nos territórios, como a ação realizada pela equipe da Unidade de Prevenção do Ribeiro de Abreu/Belo Horizonte que construiu juntamente com alguns jovens o grupo “Dá ideia”, que trabalhou a temática LGBTQI+ e da equipe da Unidade de Nova Contagem/Contagem que realizou um Projeto de Prevenção no formato virtual no ano de 2020 com o objetivo de proporcionar o acesso à informação, à direitos e/ou serviços, visando o diálogo e a construção de possibilidades de enfrentamento e prevenção à violência contra LGBTQIA+.

A violência contra as pessoas LGBTQIA+ é produto de um complexo emaranhado de práticas e crenças que avalizam a discriminação e convertem essa parcela da população em alvo de ataques desde a primeira infância até a velhice. Não há dúvidas de que os que mais sofrem com a violência são aqueles que, além de se identificarem como LGBTQIA+, encontram-se em situação de vulnerabilidade por outros fatores, como por exemplo, a pobreza, a origem étnica, a falta de acesso à educação, dentre outros. Dizer dessa vulnerabilidade, é também compreender que em muitos casos quando “não aceitos” por seus familiares devido sua orientação sexual ou identidade de gênero, adolescentes e jovens são expulsos de suas moradias ou permanecem em um ambiente repleto de conflitos.

Diversas organizações da sociedade civil como o GGB¹⁴ (Grupo Gay da Bahia) e a ANTRA¹⁵ (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) têm chamado a atenção para a crueldade crescente com a qual é praticada violência contra as pessoas LGBTQIA+ Mas ainda é um desafio discutir essas violências devido a subnotificação dos registros desses casos e a dificuldade de quantificá-los/identificá-los. Só em 2019

¹⁴ Segundo informações no próprio site o Grupo Gay da Bahia se identifica como “a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. (<https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>)

¹⁵ A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) se coloca enquanto uma rede nacional que soma 127 instituições em todo o Brasil que articula e promove cidadania para a população de travestis e transexuais, desde o ano 2000 na cidade de Porto Alegre (<https://antrabrasil.org/sobre/>).

o Atlas da Violência inovou trazendo à tona a invisibilização da violência contra a população LGBTQIA+ em sua análise. É um dificultador, por exemplo, a inexistência de campos que especifiquem a orientação sexual e a identidade de gênero no Boletim de Ocorrência.

Nesse sentido, precisamos qualificar nossas intervenções nos âmbitos individuais, coletivos e institucionais. O Acolhimento e a escuta ativa, já praticados pelas equipes, se mostram como importante ferramenta para consideração desta demanda, que por vezes, pode chegar ao atendimento como plano de fundo de outros conflitos. Para além das violências letais, físicas, morais, patrimoniais, institucionais e outras vivenciadas por esse público, a invisibilização por parte das políticas públicas no âmbito da segurança pública, educação, saúde, assistência e outras, reforçam a marginalização que muitos se encontram e a necessidade de se construir políticas reparadoras.

3.7 Violência Contra a Juventude

O Programa Mediação de Conflitos, apesar de não apresentar um recorte nas fichas de atendimento específico direcionado às violências contra a juventude, no ano de 2020 realizou 20% dos atendimentos individuais com o público na faixa etária de 18 a 29 anos. É importante enfatizar que essas violências são apresentadas e analisadas pelo Programa, seja através da demanda direta desse público, por familiares ou através de provocações e leitura da comunidade. Para além dos atendimentos realizados, é importante compreender que enquanto uma Política de Segurança Cidadã e que tem como objetivo atuar na prevenção comunitária e no enfrentamento às violências, visando reduzir a violência letal, a análise das violências cometidas e sofridas por esse público se mostra de extrema importância para a atuação do Programa, visto que são os jovens que mais são autores e vítimas de homicídios no cenário nacional, não sendo diferente nos territórios de atuação do Programa.

Conforme podemos observar no Atlas de violência 2020:

No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29

anos. Esse fato mostra o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, na medida em que mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria. (p.20)

Embora a idade seja um fator de análise importante para pensar políticas públicas efetivas para a juventude, que possam contribuir para a prevenção desses fenômenos, os marcadores de gênero, raça e território também são fundamentais, pois grande parte das violências letais atinge jovens do gênero masculino, negros e moradores de periferia, evidenciando novamente como o entrecruzamento desses marcadores produz desigualdades e violências. Dessa forma, é necessário que a equipe esteja atenta à leitura das dinâmicas criminais e sociais dos territórios, analisando como a juventude se expressa na comunidade, com quais atores se vincula, entre outros.

3.8 Violência Contra a Pessoa Idosa

No ano de 2020, a violência contra a pessoa idosa correspondeu a 9% (nove por cento) dos atendimentos com demanda de violência, sendo a terceira maior demanda apresentada pelo Programa Mediação de Conflitos, ficando atrás somente da violência “Contra a mulher” e da violência “Contra a Criança e o adolescente”. Apesar do Programa não atuar com um recorte etário de público, neste mesmo período, 15% (quinze por cento) dos atendimentos realizados, corresponderam a pessoas com 60 anos ou mais de idade, mostrando ser uma parcela significativa do público atendido pelo Programa.

De acordo com a Rede Internacional para Prevenção do Abuso ao Idoso a violência é tida como “um ato único ou repetido, ou a falta de uma ação apropriada, que ocorre no âmbito de qualquer relacionamento onde haja uma expectativa de confiança, que cause dano ou

angústia a uma pessoa mais velha”¹⁶. É uma questão social global que afeta a saúde e os direitos humanos de milhões de idosos em todo mundo. Em muitos desses casos essa violência acontece no ambiente doméstico com emprego de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, ou inclusive por instituições públicas ou privadas. Em estudo realizado pela UFMG (2021) esses dados ficam ainda mais em evidência, vejamos:

“No componente SINAN foram notificados 17.311 casos ou suspeitas de violência contra o idoso. Do total, 50,4% são de raça/cor da pele branca, 42,3% são casadas e 17,2% possuíam deficiência/transtorno. A maioria (76,9%) das ocorrências foi na residência e a violência física foi o tipo principal, responsável por 62,8% das notificações e a violência de repetição foi informada por 49,5%. Em relação ao agressor, 62,0% são homens e 62,8% das violências foram cometidas por dois ou mais agressores.

Os resultados mostram que entre as mulheres, as ocorrências foram principalmente na residência, cometidas por agressor familiar ou companheiro, enquanto as ocorrências entre os homens foram, principalmente, na via pública, cometidas por pessoa desconhecida e com suspeita de consumo de álcool para ambos os componentes. Contudo, conforme a pesquisa, o número de idosas vítimas de violência pode ser mais elevado, pois elas podem ter mais dificuldades para procurar ajuda, devido, sobretudo, às condições de saúde e dependência do agressor...”

Assim como outras violências que ocorrem no âmbito doméstico, nem sempre a demanda da violência contra a pessoa idosa é explícita nos atendimentos do PMC, muitas vezes por motivo da naturalização, do medo, da vergonha e até mesmo receio em verbalizar situações que podem implicar consequências as pessoas de sua relação afetiva. Por isso, se faz importante ao mediador se atentar a escuta e perguntas a fim de compreender se os relatos de conflitos existentes entre membros familiares, vizinhos e amigos não dizem de alguma violência que

¹⁶ World Health Organization - Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Panamericana da Saúde, 2005. 60p.: il.

o atendido ou terceiro poderia estar sofrendo. Para além da sensibilização na escuta é preciso o cuidado para não hierarquizar os tipos de violência quando existente mais de um tipo, compreendendo e trabalhando o direito e as violações de cada uma delas, como é o caso por exemplo de uma mulher de 66 anos que vivencia em seu domicílio violência pelo seu filho. Neste caso é importante que seja trabalhado e sensibilizado junto à atendida as duas violências, assim como também ser construído encaminhamentos e discussão de caso com as redes de proteção.

A violência contra a pessoa idosa está se tornando cada vez mais frequente nos dias atuais diante do crescente índice de envelhecimento populacional. Esse crescimento reforça a importância e a necessidade de trabalhar a conscientização da sociedade sobre o enfrentamento deste tipo de violência, a manutenção de políticas públicas de garantia de direitos desse público, bem como a atuação dos conselhos do idoso, das delegacias de atendimento especializado, dentre outros.

4 ACIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO

A partir da identificação da existência e tipologia da violência durante o atendimento é fundamental entender quais alternativas a pessoa atendida já utilizou para lidar com a situação. Compreendendo a violência como um fenômeno complexo e sob a ótica da Segurança Cidadã, a equipe deve explorar junto à pessoa atendida todas as possibilidades de enfrentamento à violência que já foram realizadas, englobando alternativas formais e/ou informais, de modo a construir novos repertórios para o manejo do problema. Dessa forma, enquanto “Acionamento da rede informal de apoio”, pode-se pensar em apoios e mediações realizados por amigos, familiares e referências comunitárias, por exemplo, relacionados à demanda de violência. Como “Acionamento da rede institucional”, estão inclusos os atendimentos em instituições da rede formal, como CRAS, CREAS, Centros de Saúde, Delegacias, Polícia, entre outros, desde que com o objetivo de trabalhar a violência em questão.

No instrumento “Observacional de violências” existem os dois campos referentes tanto à rede informal, quanto à rede institucional,

contemplando o acionamento ou não dessas redes no momento em que a pessoa atendida relata a violência e após o atendimento do PMC. Esse acompanhamento tem o objetivo de compreender quais as movimentações que foram realizadas pela pessoa atendida a partir das intervenções do programa, se foram pensadas alternativas informais, formais ou ambas para o enfrentamento da violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1990, pesquisas relevantes sobre prevenção comunitária à criminalidade têm investigado a correlação entre coesão social e redução da incidência de crimes violentos (SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997; DAMMERT, 2005). A capacidade e a disposição comunitária em protagonizar a gestão não-violenta dos conflitos interpessoais e coletivos, combinada a processos de mobilização comunitária frente cenários de desorganização socioespacial (infraestrutura pública e privada precárias, degradação ambiental, baixa densidade da rede de proteção social etc.), estariam associadas à diminuição do sentimento de insegurança e à diminuição das ocorrências criminais violentas. Essa capacidade e disposição comunitária - denominada *eficácia coletiva* - decorreria do senso de pertencimento à comunidade, das relações de reciprocidade, dos laços de solidariedade e das redes de auxílio mútuo, emergindo principalmente em localidades ocupadas há muito tempo pelas mesmas famílias, quando há uma relativa estabilidade no estatuto de posse e propriedade das moradias (SAMPSON, RAUDENBUSH & EARLS, 1997; PAZ CIUDADANA, 1998; RUIZ PÉREZ, 2010).

A possível conexão entre *prevenção às violências e capital social* - entendido aqui em sua dimensão individual e coletiva, como um recurso mobilizável de maneira pragmática para a realização do bem comum - inspirou a criação de políticas públicas de segurança cidadã na América Latina, com a ampliação de parcerias entre sociedade civil e Estado no enfrentamento às dinâmicas criminais. Na década de 2000, foi implementado no Chile o *Comuna Segura*, que oferecia financiamento público a projetos comunitários de prevenção às violências e

estimulava a criação de *Conselhos de Segurança Cidadã Comunal*, espaço de deliberação destinado a traçar linhas prioritárias de atuação do programa. Em Córdoba, na Argentina, a formação de *Juntas Vecinais de Segurança Cidadã* também reflete a relevância atribuída ao protagonismo comunitário nas políticas de enfrentamento à criminalidade violenta. (BLANCO & VARGAS, 2006; DAMMERT, 2005) A participação comunitária em todo ciclo da política pública de segurança - elaboração, implementação, monitoramento e avaliação - passou a ser considerado um índice de efetividade dos programas e projetos, na medida em que denotava o ajuste das ações planejadas às necessidades dos beneficiários e a corresponsabilização pelo alcance dos resultados almejados (DAMMERT, 2005).

Desde 2006 o Programa Mediação de Conflitos tem apostado no engajamento comunitário como aspecto central das estratégias de prevenção à violência, aprimoramento da cidadania e fortalecimento da democracia. Para o PMC, essa fusão entre capital social e cultura cívica opera como um parâmetro de diferenciação entre participação democrática e práticas associativas autoritárias ilícitas (ganges e milícias) ou clientelistas (grupos sociais aglutinados em torno de interesses político-partidários, troca de favores e ganhos individuais). Embora essas práticas associativas possam gerar alguma capacidade de mobilização social e de ação coletiva coordenada, não se orientam em torno do bem comum e prejudicam o fortalecimento de instituições democráticas:

Quando muito, tais redes são o que se denomina capital social negativo, que pesa sobre a organização vicinal e destrói de modo violento as demais redes horizontais existentes localmente, tanto as que ligam os iguais (*bonding*), como as que reúnem os heterogêneos (*bridging*) ou ambas simultaneamente (ZALUAR e RIBEIRO, 2009:178).

A adoção de uma metodologia de mediação comunitária pelo PMC não decorre apenas da aspiração democrática inscrita na participação social. Na maioria das localidades atendidas pelo programa é possível identificar a existência de coesão social e de senso de solidariedade, derivados de experiências compartilhadas de lutas coletivas por

direitos e do agenciamento de redes comunitárias de auxílio mútuo e trocas recíprocas, como forma de suporte frente a vulnerabilidades socioeconômicas (SILVA & BEATO, 2013). Essa malha densa de relações sociais enlaça a esfera privada e a coletiva, estabelecendo uma correlação necessária entre as dimensões interpessoais e comunitárias na configuração dos conflitos. Pressupondo o caráter coetâneo da ação individual e da estrutura social, a metodologia da mediação comunitária se apresenta como condição de possibilidade para a gestão não-violenta de conflitos em comunidades periféricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de O. *que é racismo estrutural?* - Belo Horizonte(MG): Letramento, 2018

Coletânea Convivência e Segurança Cidadã : Guias de Gestão Territorial Participativa .

2 ed - Brasília : PNUD , Conviva,2016. 36p.

Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança

pública. -- Brasília : PNUD, Conviva, 2016.152 p.

FREIRE, Moema Dutra Freire. **Paradigmas de Segurança no Brasil**: da Ditadura aos nossos dias.

Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de Gestão Territorial Participativa

IPEA - Mulheres ganham 76% da remuneração dos homens Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34627 . Acesso 02 de julho de 2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-rdh.html>. Acesso em 03 de maio de 2021.

SERRATO, H. R. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina**: Marco conceitual de interpretação-ação, PNUD. Projeto Regional de Governabilidade Local para a América Latina Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2007.

DOMINGUES, A.R.; FRANCO, E.M. **Reflexões teóricas sobre sujeitos coletivos e experiências comunitárias**. Em STELA, C. (Org). Psicologia Comunitária. Contribuições teóricas, encontros experiências. Petrópolis: Vozes, 2014. Pg. 15-44.

MOURÃO, Barbara M. e NAIDIN, Silvia (orgs.). **Mediação comunitária no Brasil: Diálogo entre conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: CESeC/Mediare, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. BECKER, Bertha (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3.^a ed. 2011.

FOLEY. Gláucia; PASSOS, Célia. **Guia de formação em Mediação Comunitária**. 2ed./[S.l.]: Programa Eurosocial, 2020.

MINAS GERAIS. Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. Superintendência de Políticas de Prevenção à Criminalidade Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher Programa Mediação de Conflitos **Manual de Orientação Metodológica e Gestão da Informação**. Minas Gerais, MG: Secretaria de Justiça e Segurança Pública, 2021,

WARAT, Luis Alberto. **Em nome do acordo: a mediação no Direito**. Florianópolis: EModara, 2018.

(parte participação social, articulação de rede e mediação comunitária e enfrentamento às violências)

FOLEY. Gláucia; PASSOS, Célia. **Guia de formação em Mediação Comunitária**. 2ed./[S.l.]: Programa Eurosocial, 2020.

MINAS GERAIS. Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. Superintendência de Políticas de Prevenção à Criminalidade Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher Programa Mediação de Conflitos **Manual de Orientação Metodológica e Gestão da Informação**. Minas Gerais, MG: Secretaria de Justiça e Segurança Pública, 2021,

Comissão Técnica de Conceitos. **Mediação e Cidadania: programa mediação de conflitos**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2010.

Comissão Técnica de Conceitos do Programa Mediação de Conflitos. **Programa Mediação de Conflitos: uma experiência de mediação comunitária no contexto das políticas públicas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

BLANCO, Javiera; VARGAS, Gonzalo. Participación en políticas de seguridad ciudadana. En Foco, n. 85. May. 2006. Disponível em: <https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/2980/politicasseguridadciudadana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

DAMMERT. Lucia. (2005). Prevención comunitaria del delito en América Latina: desafíos y oportunidades. Desafíos, Bogotá (Colombia), (13): 124-156, semestre II de 2005.

PAZ CIUDADANA. “Eficacia colectiva” en el vecindario y reducción de la violencia. Conceptos, n. 17, out. 1998.

RUIZ PEREZ, José Ignacio. Eficacia colectiva, cultura ciudadana y victimización: un análisis exploratorio sobre sus relaciones con diversas medidas del miedo al crimen. Acta Colombiana de Psicología, vol. 13, núm. 1, 2010, pp. 103-114. Universidad Católica de Colombia

SILVA, Bráulio F. A, BEATO, Cláudio. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 30, jan. 2013, pp. 155-170.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. Science. Vol. 277, Aug. 1997, pp. 918-924.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. Novos Estudos, n. 84, jul. 2009, pp. 175-196.

Coletânea Convivência e Segurança Cidadã : Guias de Gestão Territorial Participativa. 2 ed - Brasília : PNUD , Conviva,2016. 36p.

Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública. -- Brasília : PNUD, Conviva, 2016.152 p.

FREIRE, Moema Dutra Freire. **Paradigmas de Segurança no Brasil:** da Ditadura aos nossos dias.

Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: Guias de Gestão Territorial Participativa

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-rdh.html>. Acesso em 03 de maio de 2021.

SERRATO, H. R. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina:** Marco conceitual de interpretação-ação, PNUD. Projeto Regional de Governabilidade Local para a América Latina Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2007.

Guia do marco conceitual da convivência e segurança cidadã. -- 2.ed. -- Brasília : PNUD, Conviva, 2016. 36 p. – (Coletânea convivência e segurança cidadã : guias de gestão territorial participativa)

Estudo da UFMG constata que a principal violência contra idosos do Brasil é a física. Assessoria de Imprensa UFMG, 2021. Disponível em <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/estudo-da-ufmg-constata-que-a-principal-violencia-contraidosos-do-brasil-e-a-fisica> Acesso em 20/09/2021.

Portal do Governo Brasileiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34627 Acesso em 20 de Setembro de 2021.

PARTE II

1

ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS E SEGURANÇA CIDADÃ

Maria Cristina Silva¹⁷

Caracterizar os diversos tipos de violências, considerando aquilo que as define como tal, de forma conceitual, muita das vezes foge do padrão daquilo que é visto como violências dentro das comunidades. Observa-se no território de maior vulnerabilidade social a naturalização das violências como algo comum e não como uma violência.

Diante disso, torna-se difícil enfrentar algo da qual a população não percebe como violência, isso no dia-a-dia é o que deve ser combatido, afinal, desconstruir algo arraigado de modo cultural é um trabalho árduo e bastante penoso, pois demanda esforço para persistir, perseverar e romper com as diversas formas de violências até então naturalizadas.

Trago como exemplos de desconsideração de violências existentes no território os xingamentos com palavras de baixo calão, a destruição de objetos pessoais, o uso do nome das mulheres que acabam ficando com enormes dívidas sem poder honrar com os compromissos assumidos (o que acaba gerando a violência psicológica), o uso da maconha debaixo das janelas daqueles que não utilizam tal substância, além da vida sexual ativa de adolescentes ser iniciada muito cedo.

Reconhecer que viver violências, sem reconhecer essas violências de acordo com comportamentos abusivos dentro dos territórios, deve ser um desafio para aqueles que implementam políticas públicas realizar, de fato, o enfrentamento às violências por meio de projetos e programas que trabalhem questões de cunho cultural e educacional não somente com as crianças, os adolescentes e a mulher, mas trazendo para perto o contexto familiar de modo integral, afinal qualquer tipo de violência tem a sua raiz e, a família é a base de quase todas, inclusive, quando se trata de hábitos locais.

¹⁷ Referência Comunitária na comunidade do Taquaril em Belo Horizonte/MG.

Diante desse contexto, há diferentes formas de se enfrentar as violências, sendo a que mais leva em consideração as vivências e os modos de vidas daqueles que são envolvidos num cenário em que as violências são naturalizadas, é o ato de fala dos sujeitos que protagonizam as violências.

Não se enfrenta nada, se não houver, de modo efetivo, os pontos de vista dos sujeitos envolvidos e, isso só será possível se, de fato, ambos olhares sobre a mesma moeda tiver o seu significado considerado, o que implica incorporar as falas dos sujeitos dentro dos lugares em que se tomam as decisões sobre como enfrentar as violências.

Logo, o enfrentamento das violências perpassa não simplesmente, pela tomada de decisões e, implementações governamentais, mas com a participação de todos os envolvidos de forma em que a educação informal eleve sobre as diversas formas de violências, de modo gradativo, a desconstrução da naturalização das violências. Tudo isso demanda um novo olhar sobre os locais em que se pratica violências como se fosse algo banal e introjetado como natural. Afinal, o poder cultural é muito forte e, portanto, bastante poderoso sobre as formas de violências.

Contudo, pensarmos no conceito de segurança cidadã em que se deve combinar o desenvolvimento de políticas públicas preventivas com repressivas, considerando a implementação de políticas setoriais ao nível local estimulando uma parceria entre referências do território e o poder público, isso possibilita algo mais real e de encontro com perspectivas do local, vez que, toda essa articulação atenderá também aquilo que está posto na Constituição Cidadã, quando se trata da participação popular.

Ao fim e ao cabo de tudo isso, não desejamos que decidam “por nós, sem nós”, sendo o modo de construção coletiva o ideal de ser perseguido tanto pela população local quanto pelo poder público, sendo essa forma, o meio mais consistente de se integrar e ser integrada os dois lados da mesma moeda, um lado deseja combater de maneira preventiva e repressiva a criminalidade e, o outro lado ânsia por justiça, a partir do momento em que se percebe como vítima.

Sendo assim, com a junção de esforços de diferentes atores e instituições do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada, o que

se demanda trabalhar com a comunidade e, o que é violência para cada território, nos indica que ainda estamos engatinhando perante os tipos de violências, pois, não se elimina as violências de modo isolado e sem a participação da população local, de maneira efetiva só se consegue algo de positivo, se houver uma comunidade mobilizada e consciente sobre o que é violência vivida e vivenciada dentro do local em que mora.

Logo, a segurança cidadã deve ser, de fato, compreendida e alinhada por todos que direta ou indiretamente vivem as violências dentro de um contexto social, cultural e político, do contrário, continuaremos a prática do fazer de conta que as coisas estão caminhando conforme o desenho proposto por aqueles que desconhecem ou conhecem, apenas a partir das leituras acadêmicas.

Viver de fato as diversas violências, sem, sequer, perceber os tipos de violências das quais estão submetidos é algo quase que imperceptível pelas comunidades de maiores atos de violências, sendo assim, deve-se pôr em ação as diretrizes de uma segurança cidadã que aponta para elaboração e implementação de políticas públicas amparadas na prevenção e não na repressão, pois se há prevenção não se chega à repressão.

O Lugar Não Te Define: Projeto Temático na Comunidade Cidade Cristo Rei

*Lucas Matias de Almeida¹⁸
Sheila Pereira Gonçalves¹⁹*

O bairro Cidade Cristo Rei, na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, tem sua história demarcada por estigmas e identificações atreladas à criminalidade que são fortalecidas a partir de opiniões de senso comum que sempre reproduzem tal situação, como por exemplo: "bairro dominado pelo tráfico", "uma das regiões mais perigosas da cidade", dentre outras denominações. Por existir esse contexto de criminalização, a comunidade não possui acesso aos mesmos direitos e garantias que outros bairros e a maioria desses moradores têm os seus acessos aos espaços públicos cerceados. Por estes motivos, vários destes moradores relatam com frequência ao PMC, principalmente nos atendimentos individuais, diversas situações em que tiveram vivências preconceituosas e opressoras em vários espaços da cidade, inclusive em instituições públicas e privadas, somente por residirem no território do bairro Cidade Cristo Rei. Diante desses casos, é notório que ocorre uma generalização por parte da sociedade ao pensarem que de alguma maneira, só pelo fato de residirem no bairro Cidade Cristo Rei faz com que essas pessoas sejam envolvidas com a criminalidade, inibindo a condição de cidadãos e sujeitos de direitos.

Os analistas sociais da equipe do PMC CCR analisaram os fatos e perceberam que existia uma demanda recorrente nos atendimentos que era vivenciada por todos, e por este motivo sugeriram aos moradores a coleta desta demanda, criando um grupo para atendimento coletivo. A ideia seria de também alcançar outros moradores que vivenciavam as mesmas situações e que ainda não tinham chegado ao conhecimento da equipe. Sendo assim, ficou determinado que seria um grupo aberto, onde os próprios moradores ficariam responsáveis por convidar outras pessoas que teriam passado pela mesma situação, fomentando o capital social local. É

¹⁸ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Cristo Rei na cidade de Montes Claros/MG.

¹⁹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Cristo Rei na cidade de Montes Claros/MG.

importante ressaltar que neste contexto, o capital social diz da existência de relações de solidariedade e confiança entre indivíduos, grupos e coletivos, inclusive a capacidade de mobilização e organização comunitária, trazendo um senso de responsabilidade da própria população sobre seus rumos e sobre a inserção de cada um no todo.

Após a mobilização de alguns moradores em conjunto com as referências comunitárias e a equipe do PMC, foi marcada a primeira reunião coletiva na casa de uma moradora do CCR que é oficinaira do programa Fica Vivo. Logo no início da reunião, a equipe sugeriu uma temática para iniciar a conversa, que era descrever “como é ser morador do bairro Cidade Cristo Rei”. Foram vários relatos marcantes, cheios de muitos sentimentos e emoções.

A partir dessa primeira conversa foi possível levantar algumas temáticas baseadas em seus relatos que poderiam ser tratadas nas demais reuniões que seriam marcadas, dando início ao projeto temático. O projeto temático compõe um dos cinco tipos de atendimentos do PMC que trata de intervenções propostas a partir de uma leitura do território e seus fenômenos de violência e criminalidade, o qual objetiva coletivizar demandas. Essas intervenções são construídas junto aos moradores e buscam intervir no fenômeno identificado, que neste caso era o “estigma de ser morador(a) do bairro Cidade Cristo Rei”.

No início do projeto, umas das maiores dificuldades encontradas pela equipe foi o alinhamento das temáticas que seriam tratadas nos grupos de discussões, já que eram vários interesses diferentes e os moradores sempre priorizavam, em um primeiro momento, as suas angústias de forma individual. Porém, a equipe conseguiu intervir demonstrando aos moradores a importância da coletivização, já que os interesses eram diversos, mas no final a demanda era a mesma. Neste momento foi possível construir em conjunto uma lista organizada por temas que seriam tratados nos demais encontros com o grupo e com datas já pré-determinadas, pois a questão da desconstrução da imagem negativa era importante, mas seria possível trabalhar outros sentimentos e necessidades. Diante disso, as temáticas escolhidas foram: histórico do bairro, favela, negritude, racismo, gênero, centro da cidade, mercado de trabalho, referências comunitárias, princípios da mediação e potencialidades do bairro, respectivamente, que foram

distribuídas ao longo de onze encontros, durante seis meses (agosto de 2018 a janeiro de 2019).

Após o sétimo encontro, onde se discutia a temática “mercado de trabalho”, os moradores tiveram a ideia de levar algo positivo do bairro para o centro da cidade. Algo que tivesse a identidade dos moradores, pois desta forma eles acreditavam que poderiam ser descaracterizadas algumas das questões negativas que sempre eram relacionadas ao bairro, como por exemplo: “um local que só produz drogas e bandidos”. Desta maneira, o projeto temático foi caminhando para uma nova proposta, onde seria possível que os moradores pudessem demonstrar para a população de Montes Claros que o bairro possui potencialidades e que inclusive podem dialogar sobre essas e várias outras questões.

A ideia era mostrar que a comunidade não deve ser determinada apenas pela criminalidade e seus estigmas, e sim pelo que ela pode trazer de bom, como por exemplo, o artesanato. Tal escolha se deu diante de alguns participantes já possuírem habilidades artesanais e conhecerem outros moradores que poderiam contribuir da mesma forma, assim como, levar algo que seria de interesse das pessoas, chamando a atenção para o ponto principal do projeto: mostrar para toda a cidade que a periferia produz arte, beleza e cultura para além de seus estigmas.

Diante de toda essa mobilização, os moradores entenderam que o processo de discussão sobre os impactos negativos da estigmatização, criminalização da periferia e demais assuntos que perpassam essas temáticas, poderiam produzir uma reflexão acerca das possibilidades de superação desse cenário, e chegaram a uma conclusão que uma comunidade que só se reconhece como violenta e imersa na criminalidade não consegue destacar suas potencialidades e reconhecer seu próprio valor, por isso a importância do projeto temático ser desenvolvido não só dentro da comunidade, mas em outros espaços para alcançar esse reconhecimento e “desestigmatização” social.

Já caminhando para o décimo encontro dos grupos temáticos de discussão, foi possível iniciar a segunda parte do projeto e concretizar a ideia de levantar e catalogar potencialidades do bairro através do artesanato buscando moradores que exerciam esse ofício no CCR (algo que não ficou fechado apenas para os participantes do grupo, mas sim para toda a comunidade), e em seguida dessa catalogação, decidir quem toparia expor

seus produtos no centro da cidade. É importante ressaltar que mesmo aqueles moradores que não tinham habilidades artesanais participaram do projeto de outras formas, pois eles entendiam que levando o nome do bairro positivamente para outros espaços também estavam levando o nome desses moradores, por isso contribuíram com suas percepções nos grupos de discussões, auxiliaram nos bastidores das atividades, acompanhando seus familiares e amigos, participando dos eventos e construindo coletivamente cada detalhe do projeto que contou com um fluxo diversificado de participantes. Ficou determinado também, que o espaço para essa exposição dos artesanatos seria em uma feira dominical que é realizada na praça da igreja Matriz, no centro da cidade de Montes Claros, conhecida como “Barraquinhas da Matriz”. Esse local foi escolhido por se tratar de uma feira tradicional na cidade que fica próxima ao território e é conhecida pela maioria da população.

Após todo o levantamento e já com os nomes dos moradores que iriam para a feira, a equipe se esbarra com mais uma dificuldade: os sentimentos de inferioridade dos moradores. Eles não se sentiam seguros o suficiente para expor suas artes, não dando o devido valor aos produtos que eram produzidos por eles. Apesar de todo o trabalho e intervenções feitas em grupo, eles ainda acreditavam que não estavam bons o suficiente para o centro da cidade ou que ninguém iria se interessar por seus produtos. Diante desta desconfiança, a equipe trabalhou alguns princípios importantes para o fortalecimento de seus sentimentos, como por exemplo, os princípios do empoderamento, diálogo, autonomia, emancipação, dentre outros, e somente após esses moradores se sentirem seguros o suficiente para ocupar novos espaços da cidade com sua arte que foi tirada a data para a primeira exposição.

No dia de expor os artesanatos produzidos por eles na feira, que aconteceu no mês de março de 2019, os moradores se sentiram com mais visibilidade e valorizados pelo trabalho realizado, sentiram que aquele local também poderia ser frequentado por eles, desenvolvendo autoconfiança suficiente para dialogar com as pessoas que passavam por ali, inclusive convidando-as para se aproximarem de suas barracas e informando-os sobre seus produtos. Foi perceptível entre os frequentadores da feira que independente de suas convicções sobre o bairro Cidade Cristo Rei, os

moradores tinham muito mais a oferecer, desestigmatizando um 'pré-conceito' e possibilitando uma ampliação de visão.

O resultado final do primeiro dia de exposição de artesanatos dos moradores na feira do centro da cidade teve um saldo positivo. Eles se sentiram muito entusiasmados, demonstrando estar confortáveis e dispostos a retornarem em outros domingos de feira, já que nesse primeiro momento tiveram um retorno satisfatório dos compradores, inclusive financeiramente. Contudo, a equipe combinou de assistir os participantes da feira em mais um domingo, dando autonomia para que pudessem participar das próximas feiras por conta própria, porém colocando o PMC sempre a disposição.

Durante toda a construção do projeto, foram realizadas filmagens e fotografias, as quais seriam utilizadas para a produção do minidocumentário que contaria a história desses moradores e a construção do projeto temático. Foi um trabalho bem cuidadoso, uma vez que uma comunidade que a princípio se mostrava fechada, permitiu que a equipe, em conjunto com uma empresa de produção de vídeos pudessem registrar o seu cotidiano. Muitos moradores se disponibilizaram a contribuir com suas falas, e usaram do espaço das câmeras para expressarem tudo aquilo que nunca tiveram a oportunidade de dizer, pois por vários momentos foram silenciados. Em suas falas, trouxeram suas experiências de vida e reforçaram como é ser morador do território frente ao estigma que por vezes prevalece.

Na finalização das filmagens, foi construído em conjunto com a comunidade um dia para a apresentação do minidocumentário. Estes desejavam levar suas histórias para mais pessoas, e escolheram o centro histórico de Montes Claros como o melhor espaço para a apresentação, vislumbrando que toda a cidade poderia escutar o que eles tinham a dizer. Foi escolhido o Corredor Cultural, local de interação, arte e apresentações culturais.

Após uma grande divulgação e mobilização social realizada pelos moradores, equipe e rede parceira na cidade, no mês de maio de 2019 foi realizada a apresentação do minidocumentário “O lugar não te define”, que conta a história e todo o envolvimento da comunidade no projeto temático do PMC CCR. Neste dia, compareceram, além dos moradores do

bairro, uma grande parte da população montesclarenses de várias localidades da cidade e convidados da rede municipal.

Antes da exibição do minidocumentário, aconteceram apresentações de oficinas do Fica Vivo!, intercaladas por falas dos analistas dos dois programas, assim como, dos protagonistas do minidocumentário, os quais trouxeram a experiência de fazer parte da construção do projeto. O término da exibição do vídeo foi demarcado por muita emoção dos presentes.

Através do projeto temático foi possível demonstrar que a comunidade não é demarcada/determinada apenas pelos seus estigmas, que são reforçados constantemente, e sim por outras possibilidades de ir além de seus próprios condicionamentos, garantindo a efetiva participação social em uma política de segurança pública cidadã, e prevenindo

possíveis violências geradas pela estigmatização. Os moradores do bairro Cidade Cristo Rei exerceram seu papel de protagonistas no enfrentamento a violência simbólica que vivenciam, utilizando de meios pacíficos necessários.

O minidocumentário “O lugar não te define” está disponível no site YouTube através do link: <https://youtu.be/6L7xTdaZVwo>.

“Fala Alterosas!” Construindo Caminhos para a Mobilização Comunitária e a Participação Social

Claudia Eliza Ferreira dos Santos²⁰

Janaina da Silva Satler²¹

Lira Frade Souza²²

Tendo em vista o desafio de elaborar e executar políticas públicas com base no conceito de segurança pública cidadã no contexto brasileiro, os programas da política de prevenção à criminalidade têm-se dedicado a desenvolver ações nos territórios, que, em consonância com esse preceito, agenciem efeitos de organização comunitária com fortalecimento de vínculos de solidariedade. Isto com objetivo de promover protagonismo da comunidade no enfrentamento às violências, criminalidades e outros fatores de risco locais, além de fomento aos fatores de proteção.

Nesse intento, desde 2018 a equipe da Unidade de Prevenção à Criminalidade do Jardim das Alterosas lança mão do instrumento do “Fala Alterosas!” para a promoção de diálogos comunitários. A equipe nomeia através da expressão movimentos de contato, aproximação e articulação para o diálogo e a mobilização comunitária, de forma que o “Fala Alterosas!” se transformou numa ferramenta de trabalho, embora possa contar com diferentes estratégias e dinâmicas, a depender de cada situação ou caso e seu objetivo.

A ideia é que a ferramenta seja empregada com grupos diversos, a partir de leituras de demandas da comunidade que perpassem os objetos de trabalho dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo! Pretende-se através de dinâmicas de grupo promover espaços de fala no território. A partir disso, objetiva-se favorecer a socialização e promover a participação ativa de diferentes grupos da comunidade em discussões e ações que ampliem o entendimento sobre segurança pública cidadã e possam efetivamente realizá-la.

²⁰ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Jardim das Alterosas na cidade de Betim/MG

²¹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Jardim das Alterosas na cidade de Betim/MG

²² Estagiária do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Jardim das Alterosas na cidade de Betim/MG

Em um dos encontros do “Fala Alterosas!”, promovido ainda em 2018 a partir de convite a alguns moradores foi proposta uma dinâmica nomeada de “jogo de palavras”, na qual cada pessoa participante descreveu em uma palavra o Jardim das Alterosas 2ª Seção e o Industrial São Pedro (territórios da área de abrangência da UPC). Todas as palavras apontadas remeteram à sensação de insegurança na região. Em seguida, foi utilizado um mapa do território como ferramenta interativa para que os moradores representassem a realidade vivenciada com desenhos, escrita e colagens; ressaltando as fragilidades e potencialidades da comunidade. A partir dessas atividades foi possível um rico diálogo sobre a dinâmica social das violências e criminalidades no território, bem como sobre o capital social local que pode enfrentá-la.

Nas vivências com o “Fala Alterosas!” desdobrou-se para a equipe do Programa Mediação de Conflitos um projeto temático, que foi nomeado “Alterosas em ação! O protagonismo da comunidade”. Os encontros elucidaram que a comunidade não identificava no território espaços de organização comunitária ativos, mas identificava muitas instituições, como projetos sociais e escolas infantis, e cujos líderes, representantes políticos (vereadores), a comunidade recorria muitas vezes numa cultura assistencialista. Por outro lado, observava-se que isso dificultava o processo de organização das pessoas e coletivos para resolver suas demandas de forma autônoma, num exercício político emancipatório. Com isso, percebia-se de modo geral, pessoas com pouco conhecimento das políticas públicas e outros serviços locais existentes na rede.

Nesse sentido, a equipe pode observar a importância de estimular referências comunitárias que se despontavam nas ações do “Fala Alterosas!” para serem protagonistas no fortalecimento das relações interpessoais e institucionais (de rede) que poderiam fomentar o capital social local. Os moradores, nas ações de diálogos comunitários, também diziam sobre o desejo de engajamento nesse sentido, reconhecendo como importante as relações de solidariedade entre eles.

Assim, o projeto colheu bons frutos em termos de organização comunitária, disseminação do conhecimento sobre a atuação da rede local, fomento à identidade do PMC enquanto agente de segurança pública e parceiro para auxiliar a comunidade nesses processos.

Desde então a equipe vem estabelecendo vínculos importantes com as referências comunitárias, que convidam para ações conjuntas, identificam e encaminham casos ao PMC. Três recentes sementes dessa construção germinaram: (1) a elaboração de um mapa de rede dinâmico, feito em conjunto com as referências comunitárias, que localizou serviços de diversas políticas públicas e ONG's, para auxiliar a comunidade a conhecer e acessar esses serviços. Foi feito um banner com a arte do mapa, que circula itinerante pelo território. (2) A realização da primeira edição do "Fórum Comunitário Alterosas em Ação!", que abordou a temática do policiamento comunitário, seus desafios e possibilidades; ideia que nasceu a partir de reuniões com o Gepar, o Conselho Tutelar e a Regional da Prefeitura, onde planejamos promover um encontro de rede com participação de representantes da comunidade que servisse de lugar de fala e ação sobre as demandas territoriais no que diz respeito ao desenvolvimento da segurança pública cidadã, à prevenção e ao enfrentamento da violência. (3) A constituição do grupo "Mulheres Arteiras", iniciativa de algumas referências, fomentada pela equipe, que funciona semanalmente no espaço da UPC com o objetivo de reunir mulheres e promover convivência, fortalecimento de vínculos de solidariedade e prevenção social através da arte, envolvidas com ofícios como o crochê e o bordado, as mulheres conversaram sobre temas cotidianos como namoro, sexualidade, casamento, família, violência contra a mulher etc., de forma que é possível realizar intervenções sobre questões de gênero.

Vale ressaltar que em contato com a comunidade as ferramentas de intervenção coletivas são aprimoradas de forma constante, adquirindo caráter de permanente construção.

Articulando Práticas Individuais e Coletivas de Atendimento: A Experiência de Implantação do PMC

Olavo Costa

*Caroline Ferreira Rosa*²³

*Dalila Aparecida Almeida Salgueiro*²⁴

*Daniele Trindade Mesquita*²⁵

*Késia Mayara Rodrigues Ignácio*²⁶

*Sheila Mara Dianim Melo*²⁷

Introdução

Ao longo de seus 16 anos, o Programa Mediação de Conflitos tem refletido e transformado sua prática a partir de um aprendizado empírico, que permitiu que suas formas de intervenção fossem atualmente organizadas em quatro modalidades de atendimento: Individual, Coletivo, Projeto Temático ou Institucional e, a mais recente, Ações de Organização Comunitária.

Neste percurso, os Atendimentos Individuais tiveram proeminência na atuação do Programa, concentrando o trabalho das equipes, dada sua importância para a promoção do acesso a direitos e orientação para enfrentamento às violências. Todavia, a emergência da modalidade de atendimento em Ações de Organização Comunitária, no ano de 2017, tem fomentado a intervenção das equipes no campo coletivo e possibilitado formas criativas e participativas de enfrentamento às violências.

O PMC Olavo Costa é o mais recente na história de 16 anos do Programa, começando suas atividades no ano de 2018, quando o Programa passava por uma reformulação metodológica que deu ênfase às intervenções coletivas e enfoque sobre os fenômenos de violência e letalidade.

²³ Supervisora do Programa Mediação de Conflitos.

²⁴ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

²⁵ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

²⁶ Estagiária no Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

²⁷ Gestora Social do Programa Mediação de Conflitos.

Algo que se nota é que, desde a sua implantação, o PMC Olavo Costa tem apresentado uma distribuição balanceada dos atendimentos entre práticas individuais e coletivas, realizando no primeiro semestre de 2019 cerca de 43% de Atendimentos Individuais e 57% em modalidades coletivas de atendimento.

Assim, a questão norteadora para a realização deste trabalho veio de uma indagação da supervisão metodológica do Programa Mediação de Conflitos (PMC) sobre as práticas desenvolvidas pela equipe PMC Olavo Costa, na cidade de Juiz de Fora: “Como é possível equilibrar o trabalho da equipe entre as diferentes modalidades de atendimento?”.

O objetivo desse texto é, portanto, refletir e visibilizar possíveis fatores que propiciaram esse desempenho. Dessa forma, discutimos e elencamos possíveis justificativas para tal fenômeno que serão apresentadas a seguir, sendo o tom da escrita baseada no relato dos processos de trabalho cotidianos.

Implantação recente do PMC Olavo Costa

Por meio de um estudo do processo histórico de formação e consolidação do PMC, pudemos perceber que várias mudanças foram introduzidas nas práticas de atendimento ao público, como, por exemplo, a criação dos atendimentos de organização comunitária, envolvendo ações de mobilização, participação social, articulação com a rede e diagnósticos territoriais. Assim, o processo de implantação deixou evidente para a equipe a centralidade das práticas e ações de organização comunitária tanto em relação à metodologia, quanto em relação ao reconhecimento pelos atores do território do PMC como um serviço público com atuações diversas, que vão além da mediação entre duas partes e orientações individuais.

Aproximação com a rede formal e informal

A UPC Olavo Costa foi implantado em maio de 2018, mas as equipes realizaram uma intensa atividade de diagnóstico desde fevereiro do mesmo ano, contando com quase 60 reuniões com referências, associações comunitárias e instituições locais. Dessa forma, foi sendo criada uma rede

e, em cada encontro, pedíamos indicações de atores para apresentarmos o programa e, o mais importante, conhecermos a comunidade e o território.

Nesses encontros, algumas falas se repetiram e uma delas que marcou a equipe foi a descrença e desconfiança por parte dos moradores no que chamaram de “projetos sociais” que chegam à comunidade e não permanecem. Por mais de uma vez ouvimos que “o Olavo Costa é o maior laboratório da cidade. As faculdades vêm aqui, fazem pesquisa, perguntam um monte de coisa pra gente e não temos retorno nenhum”. A partir disso, fomos trabalhando que tínhamos chegado para ficar e por isso estávamos dando conhecimento a todos que já atuavam no território muito antes de nós.

Em conversa com uma das primeiras moradoras da Vila, foi relatada a história, as dores e delícias de morar em um bairro que chamam de favela e que a mídia apresenta

como pobre e perigoso. Conversamos com os moradores mais velhos e os mais novos e conseguimos perceber que, para eles, o fato de uma política pública vir se apresentar e ouvir o que eles tinham para falar, pedindo recomendações e opiniões, os colocava em outro lugar: o lugar de quem sabe e tem valor. Dito de outro modo, um serviço que tem o diálogo como ferramenta e se dispõe a construir ações a partir do que é pautado pelos moradores.

Através desses contatos iniciais conseguimos consolidar uma rede de proteção mista, constituída por atores formais e informais no território e mantivemos contato contínuo com eles para encaminhamentos, discussão de casos e ações conjuntas. Fazemos essas articulações de forma recorrente e isso possibilita a chegada de novos atendimentos.

Circulação no território

As circulações no território de abrangência são feitas com os seguintes objetivos: 1) conhecer a geografia, comércio e instituições locais; 2) perceber como se dão as relações entre os moradores e a movimentação das ruas; 3) aproximar da comunidade e reestabelecer contato com atendidos; 4) analisar a dinâmica das violências e criminalidade; 5) divulgar o PMC e ações realizadas pelo programa; 6) compreender os conflitos que são trazidos até o programa, principalmente entre vizinhos; 7) aproximar

das áreas “quentes” e grupos rivais. Com base nesses objetivos estabelecemos áreas prioritárias e desenvolvemos uma rotina de circulações com referências comunitárias e agentes de saúde, além de uma circulação mensal realizada apenas pela equipe do PMC. Esse contato com a comunidade tem proporcionado um fluxo maior de demandas e atendimentos.

Atuação direcionada para problemas específicos

Outro fator que facilita o equilíbrio entre as modalidades é a atuação pautada nas análises do território e em ações junto à comunidade para solução dos problemas. Dessa forma, não temos uma postura passiva e sim propositiva, trabalhando possibilidades de casos coletivos, organizações comunitárias e projetos temáticos, não nos restringindo à espera pelos casos individuais que chegam a Unidade de Prevenção. Para isso, contamos com as articulações com a rede e referências comunitárias, que são quem mais encaminham para o programa, criando um fluxo contínuo.

Na análise dos problemas do território tomamos como norteadoras as causas das violências colocadas no Marco Lógico do PMC: baixo acesso a direitos/serviços; sociabilidade violenta e baixo capital social. Identificamos a ocorrência desses problemas nos bairros e construímos ações com a comunidade, tentando abarcar todas as formas de atendimento. Durante os atendimentos tentamos clarificar e desnaturalizar essas causas da violência, engajando os moradores na reflexão sobre os fenômenos de violência e na organização coletiva para pensar intervenções sobre eles. Quando conseguimos trabalhar esses três problemas, utilizando o arcabouço da Mediação Comunitária, ampliamos o leque de atuações e não ficamos focados apenas nos atendimentos individuais. Assim, ações grupais têm um caráter preventivo para que novas demandas não cheguem apenas como casos individuais, como, por exemplo, a realização de grupos com mulheres com o objetivo de prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Exemplificando...

Um exemplo de trânsito entre as práticas de atendimento do programa pode ser ilustrado com o grupo comunitário Vilas Solidárias. Esse

grupo surgiu em junho de 2018 em uma atividade de diagnóstico do PMC na época da implantação, na qual foram convidadas várias referências comunitárias dos cinco bairros da área de abrangência para uma conversa sobre o território e apresentação do programa.

No final do primeiro encontro, os participantes mostraram interesse em continuar se reunindo para pensar os problemas levantados, dando início assim a uma ação de organização comunitária. Posteriormente, o grupo começou a fazer encontros mensais, votou a respeito do nome e continua até hoje com o objetivo de promover ações que fortaleçam este território, fomentando a participação e mobilização social dos moradores em torno de melhorias para a região. O grupo já fez ações voltadas para o dia das crianças, sobre consciência negra, combate à violência contra a mulher, entre outros. Alguns membros do grupo já foram atendidos individualmente com demandas relacionadas a situações de violência e conflitos intrafamiliares, além de indicarem o programa para demais moradores.

Outros participantes trouxeram demandas que se desdobraram em casos coletivos, como, por exemplo, uma mediação realizada entre os alunos de uma escola da região e um Curso Preparatório para Concursos, de forma que os adolescentes fizessem um cursinho gratuito para ingressar na Universidade e a mediação realizada entre jovens skatistas do território e a Associação Juiz-forana de Skatistas, que emprestou uma pista móvel para a região. Das reuniões do grupo também surgiu a ideia de um Projeto Temático sobre pertencimento, através da reciclagem e ocupação de espaços públicos, que será realizado no começo do ano de 2020. Com estes exemplos, é possível constatar as articulações e desdobramentos de diversas práticas presentes na metodologia do PMC.

“Pra Reinar a Paz”: Jogos e Brincadeiras como Possibilidade de Intervenção em Contextos de Sociabilidade Violenta

*Celso Nunes de Sousa*²⁸

*Luciana Maia Mesquita*²⁹

*Greeciele Vieira de Andrade*³⁰

*Ana Clara Gonçalves*³¹

O presente artigo tratará da experiência de atuação da equipe do PMC da unidade de prevenção Santos Reis em Montes Claros - MG. Refere-se à execução de um projeto temático, sobre o qual discorreremos mais adiante. Buscou-se trabalhar com jovens de uma área atendida formas pacíficas de enfrentamento a violência, desconstrução de padrões de comportamentos por eles naturalizados, bem como a disposição para a violência letal.

O Programa Mediação de Conflitos integra a política de prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais e atua em comunidades marcadas por diversas vulnerabilidades, baixo capital social e baixo acesso a direitos, empreendendo ações de prevenção à criminalidade e violência. Prevê em sua metodologia práticas de atendimento, dentre eles, o eixo projetos temáticos, do qual trata nossa construção.

A prática de atendimento em projeto temático, conforme dispõe o Portfólio da política de prevenção disponibilizado em 2019, diz de intervenções propostas pelas equipes técnicas a partir de uma leitura de fatores de risco e ou proteção, assim como dos fenômenos de violência e criminalidade no território, de forma a coletivizar demanda e realizar intervenções de maneira mais ampla. Após a elaboração da leitura pela equipe, constrói-se uma ou mais intervenções junto a referências comunitárias da área em

²⁸ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Santos Reis na cidade de Montes Claros/MG.

²⁹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Santos Reis na cidade de Montes Claros/MG.

³⁰ Estagiária do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Santos Reis na cidade de Montes Claros/MG.

³¹ Estagiária do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Santos Reis na cidade de Montes Claros/MG.

que o projeto será executado que terão como objetivo geral intervir no fenômeno identificado.

A nossa discussão se localiza na comunidade da Vila Castelo Branco em Montes Claros. Comunidade essa marcada por diversas vulnerabilidades e riscos sociais e ausência de equipamentos como escola, unidades de saúde, dentre outros. Nascido de uma ocupação, o bairro possui diversas famílias vivendo debaixo de fios de alta tensão, e o tráfico como principal alternativa para os jovens.

Em função da dinâmica social e criminal da Vila Castelo Branco, o PMC a algum tempo tem tratado essa comunidade como parte prioritária do território de abrangência. Desde então diversas construções foram possíveis a partir das interações da equipe com os moradores. Através dos diálogos com os jovens dessa comunidade, começamos a perceber a representação social desse público sobre a questão da violência e da criminalidade presente no bairro. Suas representações se dão seja por meio do discurso, seja por meio da disposição que esses jovens têm de resolver suas questões violentamente. Entendendo Sociabilidade Violenta como um componente qualitativo presente nas discussões sobre violência, e que tem a ver com as formas de interação, é que propomos trabalhar os fatores que a ela estão ligados, levando-se em consideração inclusive, o processo de socialização ao qual estes foram sujeitos.

O projeto

A discussão sobre o conceito de sociabilidade violenta é complexa e demanda conhecimento teórico e empírico. O que propomos é trabalhar os fatores que estão relacionados e suas representações sociais percebidas nessa comunidade. Recompôr o tecido social talvez seja uma visão romântica e utópica, mas acreditamos que intervenções pontuais em contextos como o da Vila Castelo Branco podem provocar profundas transformações sociais, bem como na forma como lidam com o fenômeno da violência.

O projeto foi construído em conjunto com alguns jovens moradores, que defendem que a violência deve ser debatida com o jovem, sobretudo quando se pensa nesse bairro em específico, em que os jovens são quem ditam a dinâmica. Desses diálogos iniciais, concebemos o projeto intitulado “Pra Reinara Paz”, já que naquele momento, o bairro acabava

de entrar em período em que os conflitos entre as lideranças do tráfico haviam cessado por meio de um acordo de paz. Assim, o projeto foi construído em três encontros, ambos com abordagens leves, de forma que os jovens gostem e demandem por esse espaço de discussão.

Desse modo, no primeiro encontro iniciamos o trabalho abordando a sociabilidade violenta de maneira geral e a comunicação, apontado pelas referências como um dos principais pontos potencializadores de violência. Após um momento de escuta desses moradores, em que cada um pôde dizer de sua percepção das manifestações da violência e de como percebem estes comportamentos na comunidade, é que foi apresentada a metodologia escolhida pela equipe e pelas referências para conduzir este, e os demais encontros. Pensando na possibilidade de discutir uma temática tão complexa de forma mais transparente e que de fato fosse interiorizada por tais jovens. Buscamos através de atividades lúdicas, ou seja, de jogos/brincadeiras transportar sobre sociabilidade violenta.

Para prosseguir, dividimos os participantes em dois grupos, que deveriam alcançar pontuações frente a cumprimento das provas propostas. Na primeira dinâmica solicitamos que os participantes enchessem balões e os prendessem ao corpo, posteriormente damos o comando para que cada equipe protegesse o seu grupo e tentasse estourar os balões da equipe adversária, venceria a equipe que ao final do tempo determinado, possuísse o maior número de balões cheios. Foi um momento de muita correria, gritos e gargalhadas pelo espaço do salão comunitário, já que tentavam a qualquer custo estourar o balão do adversário e manter o seu e de sua equipe cheios. Após a execução, refletimos sobre rivalidades e como essas pessoas a percebem no território e de que forma ela está presente nos conflitos do cotidiano da comunidade. Os jovens conseguiram se perceber nesse contexto e disseram a partir de suas vivências das experiências de no bairro, ilustrando com a dinâmica, uma série de conflitos em função do tráfico, onde os grupos se rivalizam e se protegem e da forma como isso é natural para os moradores, sendo esses os padrões de comportamentos almejados pelas crianças, por isso há de se falar em sociabilidade violenta.

A segunda proposta foi que as equipes montassem painéis com conceitos de violências, comportamentos violentos e formas violentas de comunicação. Para isso, os analistas colocaram à disposição cartazes com esses títulos e diversos exemplos de situações que ilustravam cada assunto

proposto. Frases como “você é burra e preguiçosa”, “essa comida está horrível”, eram exemplo de formas violentas de se comunicar, enquanto pequenas narrativas, como por exemplo, “Marcos disse a Ana que aquela roupa era muito curta para ir ao cinema, mas ela disse se sentir à vontade, ele com raiva, rasgou toda a roupa de Ana em seu corpo” exemplificavam a agressividade nas relações. Os participantes liam os exemplos e os fixavam no cartaz em que acreditavam melhor representar aquela situação. Nessa atividade, as intervenções foram feitas à medida em que os analistas faziam a correção dos painéis, a medida em que se lia cada exemplo, questionamentos eram feitos para que eles dissessem de como percebiam cada uma das situações. Momento importante para os atendidos se localizarem nos contextos de violências que permeiam o dia a dia, rico porque a cada intervenção dos analistas, criou-se alternativas para as situações apresentadas.

Por fim, ainda nesse primeiro espaço, realizamos um jogo de “torta na cara” com perguntas e respostas diversas, que perpassaram pelas duas atividades anteriores. Eram dados exemplos de frases não violentas e questionávamos se era uma forma correta de se comunicar eles respondiam com sim ou não. Intervir foi possível porque, a cada erro ou acerto, discutimos os posicionamentos e os possíveis pontos de atenção para qualificar as relações a nível pessoal e comunitário, além disso foi divertido, estavam atentos às situações apresentadas para se desviarem das tortas.

Para a segunda reunião, voltamos nosso debate para a violência letal. Questões como o porquê matar e o porquê morrer nortearam as atividades desse encontro, sendo assim, propomos um pequeno circuito de atividades a serem cumpridas. Cada pequena prova levava um nome simbólico, como paciência, respeito, comunicação, empatia. Para exercitar a paciência, a brincadeira era encher com água um vasilhame transportando a água numa esponja; trabalho a importância da comunicação através de jogo de mímica (para isso fizemos o uso de palavras chaves, como crime, morte, luto, conflito, paz, etc.), dentre outras. Assim ao término, conseguimos problematizar com os presentes, posicionamentos frente a situações conflituosas e as formas como lidavam com possíveis situações de violência nos âmbitos comunitários. Trabalhamos ainda a percepção dos jovens acerca da sociabilidade violenta, estimulando a construção de paródias, que dissessem de como enxergavam tais questões no contexto do bairro,

maneiras de enfrentá-la, bem como de que modo se localizavam nessa conjuntura. Cada grupo produziu uma música que foi apresentada aos demais fechando esse segundo encontro.

No terceiro encontro, o foco foram as formas pacíficas de lidar com os conflitos e rivalidades. Desse modo, trabalhamos a partir de situações que caracterizam uma cultura de paz, como formas de desconstruir estigmas, por vezes legitimados por eles, de que são violentos. Conforme proposto pelas referências, nessa reunião o formato foi de uma roda de conversa interativa. A ideia era que todos juntos produzissem o lanche de finalização do projeto. Desse modo, nos reunimos algumas vezes com as referências para pensarmos como isso se daria. Construímos que faríamos um biscoito, onde todos participassem, desde a produção da massa até o processo de cozimento. Assim, enquanto todos participavam dessa elaboração coletiva, conversamos sobre o que seria uma cultura de paz e de que modo podemos contribuir para que ela aconteça. Dialogamos ainda sobre os estigmas e a forma como ações construídas coletivamente podem auxiliar na desconstrução de jargões, os provocamos no sentido de que se era possível que se reunissem para produzir um biscoito, era possível que se reunissem para transformar suas realidades.

A execução do projeto propiciou o fortalecimento dos vínculos entre equipe e comunidade. Graças a essa abertura, observou-se nos encontros finais que os jovens atendidos apresentavam algum reposicionamento frente à temática, demonstravam cuidado com a comunicação, sinalizando a compreensão sobre a importância de cuidar dos relacionamentos e da organização da comunidade, assim como ressignificavam suas trajetórias, exemplificando padrões de comportamentos que deveriam ser abandonados e se reconhecendo, agora sem os estigmas e sem o etiquetamento social ao qual foram expostos. Ademais, a experiência evidencia que intervenções com a proposta na lógica do projeto executado, são capazes de produzir impactos profundos, se conseguirmos fazer com que os atendidos se envolvam nesse processo reflexivo. Nesse sentido, reforçamos aquilo que propõe a logicidade do conceito de segurança cidadã. Participação social é imprescindível para que debates como esses ecoem pelas comunidades e tenham poder de transformação social.

A Mediação Comunitária como Alternativa para Administração Pacífica de Conflitos: Uma Experiência Entre Moradores da Ocupação Paulo Freire, GEPAR e Setor Privado

Bárbara Diniz Caldeira Souto³²

Contextualização

O presente relato refere-se à experiência de mediação comunitária vivenciada pelo Programa Mediação de Conflitos (PMC) da Unidade de Prevenção à Criminalidade Vila Pinho, moradores da Ocupação Paulo Freire, militares do GEPAR e Empresa do setor privado. A Unidade de Prevenção à Criminalidade da Vila Pinho está localizado na Regional Barreiro, em Belo Horizonte/MG, desde 2013 quando foi implantado com o objetivo de atuar na região da Vila Pinhos e suas adjacências.

Para fins de apresentação, o Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR), foi criado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em 2002, com atuação pioneira no Morro das Pedras. O serviço propõe a atuação permanente nos territórios denominados “área de risco”, com ênfase na prevenção criminal, respeito aos direitos humanos e mobilização da comunidade. Conforme sua última Instrução:

O GEPAR tem como missão precípua, conseguir aplicar táticas de policiamento comunitário e repressão qualificada, em comunidades marcadas pela atuação das organizações criminosas. A inovação do GEPAR consiste, principalmente, em reunir atividades de prevenção e mobilização social, dentro da filosofia de Polícia Comunitária, com as atividades de repressão qualificada, pautadas sempre por uma atuação estratégica, pontual e direta, para garantir e, se necessário, restabelecer a ordem pública. (Minas Gerais, Polícia Militar, 2016, p.12)

A região da Vila Pinho e adjacências é denominada Distrito Industrial do Jatobá, devido ao elevado número de indústrias/empresas, que se

³² Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Vila Pinho na cidade de Belo Horizonte/MG.

instalaram ao longo das décadas, aproveitando a existência de água na região, o custo-benefício que as favoreciam, e as vias de acesso próximas. Tal região também possui diversas ocupações, entre elas a Paulo Freire, citada neste caso. Conforme UFMG (2016), a Ocupação Paulo Freire surgiu em maio de 2015, quando cerca de 300 famílias organizadas com o auxílio do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), deram continuidade ao processo de ocupações de terrenos abandonados da região circunscrita pela Av. Perimetral, no Barreiro, Belo Horizonte.

Nos últimos trinta anos, a região do Barreiro, conforme Lourenço (2014), vem sendo palco para diversas ocupações de moradia, muitas das quais originaram vilas e favelas, que foram transformadas em bairros (como a Vila Pinho) ou mesmo em áreas

que passam a fazer parte de bairros já existentes. Esse tipo de produção informal de moradia na região, apoiado ou liderado por movimentos sociais surge como resposta à crise habitacional na cidade, entre outros fatores.

“O que rolou...”

Em fevereiro de 2017 o muro de uma Empresa na Região da Vila Pinho desmoronou e atingiu as casas de 7 famílias da ocupação Paulo Freire. Não houve pessoas feridas, contudo, tais famílias ficaram desabrigadas, e algumas perderam bens materiais e utensílios domésticos. As famílias foram alocadas provisoriamente em casas providenciadas pela empresa dentro da própria Ocupação, até a reconstrução do muro da empresa e das casas no local original.

Desde então, um crescente conflito instaurou-se entre moradores da Ocupação Paulo Freire, coordenadores do MLB e responsáveis pela Empresa, pois havia dificuldade de diálogo para acordar sobre os prejuízos evidenciados. No final de março, após algumas tentativas frustradas de negociações, as relações entre os atores se tencionaram, com relatos de ameaças e injúrias, e do envolvimento de pessoas ligadas à criminalidade local na tentativa de intervir no conflito.

Com o objetivo de solicitar respostas, e dar visibilidade ao problema, o MLB organizou algumas reivindicações na porta da empresa, impedindo a entrada dos funcionários no local. Neste dia, a PMMG foi

acionada pelos responsáveis da empresa, o GEPAR atendeu a ocorrência e ao tomar conhecimento, sugeriu que a segurança pública atuasse de outra forma na administração deste conflito, e encaminhou o caso para o Programa Mediação de Conflitos, para a possibilidade da administração extrajudicial, dialógica e cooperativa da situação.

As analistas do PMC contataram as partes e, após sensibilização das mesmas, todos concordaram com o procedimento de mediação. Ocorreram diversos encontros na Ocupação e na Unidade de Prevenção a Criminalidade, entre reuniões/assembleias, encontros de mediação e atendimentos separados as partes, em que foi possível imergir na realidade, especificidades e complexidades dos envolvidos.

Os princípios da Mediação Comunitária na prática

Desde os primeiros contatos do PMC com os envolvidos foram ressaltados os objetivos e princípios da Mediação Comunitária, dentre eles a voluntariedade,

cooperação, diálogo, autonomia e responsabilização que seriam essenciais para o desenvolvimento do procedimento, assim como a adoção de um posicionamento não adversarial para a administração do conflito, o que foi trabalhado de forma individual com os atores envolvidos, antes dos encontros de mediação.

Contudo, o primeiro encontro contou com a presença da PMMG, que entendia que sua presença era necessária para garantia da segurança, pois com os ânimos agitados novas violências poderiam surgir; e os advogados do MLB e da Empresa, que ainda apresentavam a necessidade de “defesa” perante o outro. Porém nos encontros seguintes a polícia e os advogados, de forma espontânea, evadiram desse espaço e apenas moradores da ocupação, representantes da empresa e do MLB participaram dos encontros de mediação e atendimentos individuais, de forma voluntária e autônoma por compreenderem que eram os maiores interessados e envolvidos no caso, e que estavam dispostos a administrar o conflito de forma cooperativa.

Nesse momento do acompanhamento, através do diálogo os envolvidos começaram a dar voz e visibilidade às suas necessidades, sentimentos e demandas, algumas alternativas e acordos surgiram e foram

construídos. De forma geral os moradores apresentavam a precariedade das moradias provisórias, e pediam maior celeridade no processo. Os responsáveis pela empresa demonstraram compreender os pedidos, e também expuseram dificuldades mediante diversos prejuízos. De fato, como Marshall Rosenberg disse em seu livro *A linguagem da paz em um mundo de conflitos*

As pessoas se sentem estimuladas a desfrutar a alegria de contribuir quando enxergam as necessidades do outro – porque todos nos identificamos com necessidades. Todos os seres humanos têm as mesmas necessidades básicas. Quando nos conectamos no nível das necessidades, é incrível como conflitos que parecem insolúveis começam a se tornar solúveis. Enxergamos a humanidade mútua no nível das necessidades. (ROSENBERG, 2019, p.52)

A exemplo do trecho supracitado, em um dos encontros de mediação, uma moradora que havia perdido toda a sua casa, fez um pedido à representante da empresa: “eu gostaria que você fosse até a minha casa, para ver a situação em que eu estou morando”. A empresária aceitou o pedido e se dispôs a ir ao local, uma pequena moradia improvisada de madeirite e terra batida no chão. Nesse momento ficou exposta a necessidade de moradia, que também era comum a todos ali presentes, e que causou aproximação e empatia enquanto facilitadores para que as famílias atingidas fossem ressarcidas conforme seus direitos e necessidades. Sendo assim compreende-se que alguns envolvidos estabeleceram uma conexão empática, conforme a conceituação de Marshall:

A conexão empática é uma compreensão vinda do coração (...). O objetivo não é compreender intelectualmente, mas conectar-se de maneira empática. Não significa que devemos sentir o que a outra pessoa está sentindo. Isso seria misériação: ficar tristes porque a outra pessoa está chateada. Não significa ter os mesmos sentimentos, significa que estamos com a outra pessoa. Essa qualidade de compreensão requer um dos presentes mais preciosos que um ser humano pode oferecer a outro: nossa presença naquele momento. (ROSENBERG, 2016, p.91- 92)

Os representantes da empresa também expuseram suas necessidades de respeito em relação à distância entre as casas e o muro da empresa,

a fim de que a empresa possa efetuar fiscalizações temporárias. Nesse ponto foi possível trabalhar a responsabilização dos envolvidos, com o auxílio da Defesa Civil retomamos a lei para compreender como se dão algumas regras de construção, afastamento entre os imóveis e elucidar questões conflituosas.

As famílias atingidas pela queda do muro moraram por 10 meses em uma moradia provisória construída pela empresa dentro da ocupação e, posteriormente, tiveram suas casas restituídas no mesmo local. O muro da empresa foi reformado e, segundo avaliações da Defesa Civil, não apresenta mais riscos. Dentre as sete famílias atingidas, apenas três alegaram ter perdido bens materiais além da construção da casa, nesse caso a empresa restituiu alguns itens, sendo que duas famílias reclamaram a falta de alguns bens e continuaram dialogando com a empresa. A mediação tem como característica a flexibilidade, que permite às pessoas envolvidas usufruir de ganhos superiores as efetivas perdas; conforme observado as famílias negociaram itens diferentes daqueles que foram perdidos de acordo com seus interesses, sendo que foram restituídos bens com maior valor econômico do que a família possuía anteriormente.

Por fim, também mencionaram a importância do estabelecimento de relações de vizinhança saudáveis, pois todos continuariam convivendo juntos diariamente. Foi trabalhado ainda com os moradores e representantes sobre os direitos e deveres na convivência em vizinhança.

Conclusão

Diversos desafios apareceram durante o procedimento de mediação, tais como: prioridades diferentes sendo negociadas e a urgente necessidade da ampliação da visão sobre a realidade social de cada parte. Como dificultador apontamos o pensamento hegemônico que criminaliza e estigmatiza a Ocupação, advindo da empresa e das instituições públicas que acessamos. Por outro lado, como facilitador, foi possível identificar os envolvidos contribuindo com a administração do conflito de forma mais empática e compreensiva, o que tornou a mediação possível.

Sabemos que muitos desafios ainda permanecem, porém o espaço de mediação possibilitou uma experiência de encontro e conhecimento para além dos conflitos sociais e preconceitos entre os envolvidos. Para o

PMC constitui-se um avanço em direção a consolidação da parceria com o GEPAR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOURENÇO, T. C. B.. *Cidade ocupada*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

__. Minas Gerais, Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução n. 3.03.20/2016-CG. Regula o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR). 2.ed. rev. Belo Horizonte: Seção Estratégica de Emprego Operacional (EMPM/3), 2016.

ROSENBERG, Marshall. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2016.

“Vilas Solidárias”: Um Exemplo de Transformação Social Através da Mobilização Comunitária

*Daniele Trindade Mesquita*³³

*Dalila Aparecida Almeida Salgueiro*³⁴

*Késia Mayara Rodrigues Ignácio*³⁵

*Lucimar Cândido de Souza*³⁶

*Marina Darc Henriques Paiva*³⁷

*Marcelo Kleber Firmo Azalim*³⁸

O Grupo Vilas Solidárias é uma iniciativa de união dos moradores e trabalhadores dos bairros: Vila Olavo Costa, Vila Ideal, Vila Ozanan, Vila Furtado de Menezes e Solidariedade da cidade de Juiz de Fora e tem o objetivo de promover ações que fortaleçam este território, fomentando a participação e mobilização social dos moradores em torno de melhorias para a região. Ao longo do tempo instituições e moradores de outras regiões foram aproximando e se tornaram membros também. Este grupo surgiu em junho de 2018 durante uma atividade de diagnóstico do Programa Mediação de Conflitos (PMC) e desde então tem se reunido para discutir a comunidade na qual residem, abordando temas e atuando como uma estratégia de segurança pública cidadã.

³³ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

³⁴ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

³⁵ Estagiária no Programa na Unidade de Prevenção à Criminalidade Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

³⁶ Participante do Grupo Vilas Solidárias, Referência Comunitária e Moradora do Bairro Olavo Costa na cidade de Juiz de Fora/MG.

³⁷ Participante do Grupo Vilas Solidárias e Referência Comunitária do Bairro Olavo Costa e Furtado de Meneses na cidade de Juiz de Fora/MG.

³⁸ Participante do Grupo Vilas Solidárias.



Foto do grupo após uma reunião ordinária para planejamento de ações na sala do Programa Mediação de Conflitos, no bairro Olavo Costa. Data: 08/07/19.

No primeiro encontro, as analistas do PMC propuseram que os participantes relatassem quais os problemas e potencialidades do território a partir de suas experiências.

POTENCIALIDADES	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Instituições e entidades que fazem trabalhos sociais; ● Associações de bairro; ● Músicos, dançarinos e pessoas talentosas da região; ● As relações de solidariedade estabelecidas entre famílias e vizinhos; ● Os campeonatos de futebol que sempre fizeram parte da história do bairro Olavo Costa. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Violência; ● Uso de drogas; ● Prostituição; ● Evasão escolar; ● Preconceito e estigma que os moradores ● Baixa autoestima e baixo senso de pertencimento da comunidade.

A partir do primeiro encontro, o grupo decidiu realizar mais reuniões para discutir sobre os problemas elencados, dando maior foco para a

redução do estigma sofrido pelos moradores dos bairros. Dessa forma, foram desenvolvidas ações setoriais pelo território, a fim de evidenciar as potencialidades e fazer com que a região fosse conhecida de outras formas, além da violência.

O nome “Vilas Solidárias” foi escolhido para dar nome ao grupo, remetendo à necessidade de união entre as vilas, uma vez que devido aos conflitos de grupos rivais, os bairros se distanciaram e a circulação dos moradores se tornou fragilizada ao longo do tempo. Esses conflitos entre grupos surgiram por diversos fatores, como: brigas de família, conflitos entre vizinhos, vinganças e dinâmica criminal e afetam a forma como se dá a forma de sociabilidade da comunidade.

As reuniões ordinárias são mensais e itinerantes, percorrendo espaços públicos dos cinco bairros para que o grupo se faça conhecido e para que outras pessoas possam participar. Todas as decisões são tomadas de forma coletiva por meio de votação em reunião presencial, na qual todos têm voz e voto. Não há nenhum viés político-partidário ou religioso no grupo. No ano de 2018 foram realizadas dezessete reuniões/ações e até outubro de 2019 dezesseis. Ao longo de todo período, diversas foram as ações pensadas e executadas pelo grupo, em diálogo e com apoio do PMC, desenvolvendo estratégias de valorização dos moradores e iniciativas do território como ações de segurança cidadã.

Como relatado anteriormente, o PMC está presente desde o surgimento do grupo, sendo que as analistas são membros atuantes, participando de todas as reuniões e ações desenvolvidas. Participar de grupos comunitários como esse está em consonância com os objetivos e metodologia do Programa Mediação de Conflitos, pois fortalece o capital social da comunidade, que é um fator importante para a prevenção da violência. Esse fortalecimento se dá através da modalidade de atendimento “organização comunitária” dentro da metodologia do programa.

Festa “Criança Feliz da Vila”

As primeiras ações realizadas pelo grupo foram duas festas em comemoração ao Dia das Crianças nos bairros Solidariedade e Vila Ozanan, em outubro de 2018. As festas contaram com brinquedos infláveis, oficinas de brinquedos, apresentações de capoeira com jovens do território,

brincadeiras com palhaço, jogos, serviços de saúde e orientação jurídica. Na ocasião fizemos articulações com as igrejas e associação de moradores dos bairros para ajudar na disponibilização dos locais e autorização dos órgãos responsáveis para a realização do evento. Essa foi uma forma de aproximação de moradores e referências comunitárias para apresentar o grupo e convidá-los a participar das reuniões. A ocasião também serviu para dar destaque aos moradores dos bairros que possuíam algum projeto ou talento. As analistas do PMC apresentaram o programa às pessoas que participaram dos eventos e montaram espaços dentro de cada evento para fornecer orientações e marcar atendimentos com a população.

“Resistência e Luta”

O grupo apoiou e ajudou na organização de um evento do mês da consciência negra, que ocorreu no bairro Vila Ideal, e contou com uma roda de conversa sobre racismo e uma roda de capoeira, exaltando a cultura negra. Esta ação ocorreu em novembro de 2018, através de uma articulação do Vilas Solidárias e do grupo de capoeira “Quilombo de Minas”. Posteriormente, também foi realizada no final do ano uma festa de Natal no bairro Olavo Costa, com brinquedos e apresentação de talentos locais. Neste evento do mês da Consciência Negra foram trabalhados temas como o racismo e a importância de conhecer e disseminar a cultura afro-brasileira. O PMC contribuiu na divulgação do evento e nas discussões suscitadas na roda de conversa.

“A mulher que sou”

No ano de 2019, o grupo Vilas Solidárias planejou e realizou duas ações com foco na prevenção à violência contra a mulher e aumento da autoestima, nos bairros Vila Ideal e Vila Ozanan, uma em março e outra em junho. Nesses eventos foram oferecidos: serviços de beleza, palestra sobre a violência contra a mulher com a coordenadora da Casa da Mulher e com os policiais da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, oficina de defesa pessoal, serviços de saúde, palestra sobre orientação vocacional, apresentação de dança com adolescentes da região e jogo de futebol feminino. Além das parcerias já mencionadas, tivemos a presença de

integrantes do coletivo feminista “Ana Montenegro”, do “Coletivo Liberdade”, da faculdade Estácio de Sá e de oficinas do Fica Vivo!

O Programa Mediação de Conflitos atuou nessa ação com o objetivo de trabalhar a prevenção e o enfrentamento à violência contra mulher, como uma forma de divulgar e possibilitar o acesso aos serviços que são oferecidos no município de Juiz de Fora, além de divulgar o trabalho que é desenvolvido no território pelo programa. Essa ação foi um importante trabalho na divulgação dos serviços de enfrentamento à violência contra a mulher, de maneira que possibilitou o acesso às informações e direitos, no sentido de auxiliar e orientar essas mulheres a se fortalecerem e saírem da situação de violência.

“Algumas vozes do grupo”

A respeito das ações realizadas pelo grupo, a participante Marina Paiva afirma que “o voluntariado é o ato de doar seu tempo e seu conhecimento para fomentar a sociedade em que você vive, através de ações que não são remuneradas, mas que têm um valor importante para sua comunidade e para o próximo”. Lucimar Cândido que está presente desde o primeiro encontro relata o seguinte sobre o significado do grupo em sua vida: “os encontros, as ações e reuniões realizadas pelo grupo Vilas Solidárias, me fizeram despertar enquanto moradora do bairro Furtado de Menezes, o desejo de conhecimento, melhorias, trocas de experiências com os demais bairros que interligam a nossa comunidade. E assim, estreitando a relação de pertencimento e transformação, juntamente aos nossos pares servimos de instrumentos para uma sociedade mais justa e igualitária”. Marcelo Azalim, membro do grupo e morador de outra região de Juiz de Fora reforça que “além do protagonismo ser das lideranças dos cinco bairros, o Grupo Vilas Solidárias é composto também por parceiros e aliados de outros bairros, cidadãos que têm na veia o trabalho social e voluntário”.

Resultados do envolvimento da comunidade na prevenção às violências e criminalidade

Além dos eventos organizados pelo grupo, os membros estão sempre presentes em atividades desenvolvidas por outras entidades do bairro,

contribuindo para qualificar as discussões e propor ideias. Dessa forma, é possível constatar que o grupo comunitário Vilas Solidárias tem trabalhado diretamente no campo da prevenção às violências e criminalidade, através de uma atuação focada nos fatores de proteção e nas potencialidades dos bairros. A proposta de unir as vilas e diminuir as rivalidades também impacta positivamente na comunidade, visto que as ações contam com a participação de moradores, tanto na organização e construção quanto na divisão das tarefas no dia do evento. Incluí-los nessas atividades, estimula cada vez mais a organização e a mobilização comunitária, além de contribuir para a diminuição das rivalidades existentes e fortalecer as potencialidades de cada território. Dessa forma, O PMC dentro do grupo Vilas Solidárias fomenta a mobilização social, contribuindo para a criação de um espaço de integração e participação, favorecendo o diálogo entre os participantes e mediando possíveis conflitos comunitários.

Mulheres em Foco: Experiência de Conquista Popular no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em Santa Luzia/MG

Robert Morubixaba de Oliveira³⁹

Introdução

A *política* é algo que se constrói a todo momento. Segundo Aristóteles, nós, seres humanos, somos seres políticos. A construção política, bem como suas conquistas, acontece dentro de um vasto campo de forças, formado por atores sociais e econômicos que compõem uma determinada conjuntura. Toda sociedade movimenta sua conjuntura política, mesmo sem se dar conta desse protagonismo. Porém, no tabuleiro do jogo político, alguns serão mais fundamentais que outros em determinada pauta, pois estes são atores estratégicos. Para melhor compreender os pontos fortes e fracos de tais atores, é necessário fazer uma minuciosa análise de conjuntura.

Orientar os direitos ao público é uma possibilidade nas práticas de atendimento do Programa Mediação de Conflitos (PMC) e, até pouco tempo, era a principal demanda nos atendimentos de Santa Luzia. A participação na política é um dos direitos fundamentais que vez ou outra o programa busca trabalhar com o público, principalmente quando esta esbarra – ou fomenta – uma violação de direitos que seu resultado proporciona violência às pessoas.

Olho: “O *Mulheres em Foco* fomentou não só o direito ao acesso aos direitos, mas o direito de lutar para conquistar seus direitos...”

Nessa experiência do *Mulheres em Foco* que relataremos a seguir, o PMC de Santa Luzia pode ampliar o conceito de orientação e acesso a direitos, pois promoveu a orientação no seu âmbito mais sensível, alcançando além do acesso ao direito ou serviço no município. O *Mulheres em Foco* fomentou não só o direito ao acesso aos direitos, mas o direito de lutar para conquistar seus direitos, com a participação direta daquelas

³⁹ Gestor Social do Programa Mediação de Conflitos e atua nas Unidades de Prevenção à Criminalidade Palmital e Via Colégio ambos no município de Santa Luzia/MG.

mulheres que sofrem as consequências da ausência do acesso a políticas públicas de proteção à mulher.

Ler política

Em 2017, o Programa Mediação de Conflitos das Unidades de Prevenção à Criminalidade Palmital e Via Colégio, no município de Santa Luzia, foi consideravelmente demandado pelo público feminino sobre a pauta da violência doméstica. Demandas tais que esbarravam nas várias faces dessa violência: desde psicológica à física. As mulheres batiam à porta do programa, encontrando ali um lugar que as acolhiam para tal demanda, demonstrando também que elas não encontravam outras possibilidades no município para se fortalecerem no rompimento dessa violência. Ou seja, era um sintoma de ausência institucional para atender a essa demanda em Santa Luzia.

Naquele período de 2017, no cenário de políticas públicas de Santa Luzia, havia muito pouco para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Não estava presente no planejamento, por parte da prefeitura, cuidar desse problema. A justificativa, segundo representantes do executivo, era que o município não tinha verba. Porém, segundo outras fontes vinculadas à prefeitura, não havia na verdade interesse político para tratar esse problema.

Nesse sentido, tínhamos uma clara demanda para criação e fortalecimento de políticas públicas que acolhessem as mulheres vítimas de violência vinda do público atendido do PMC, mas em um cenário político municipal que não acolhia essa pauta em sua agenda.

Até aqui, poderíamos (ou não) fazer o movimento somente de esclarecer ao público sobre a ausência na agenda política do município, falar da falta de dinheiro, etc. Fortalecendo assim a queixa ou o conformismo comunitário, devido tais justificativas da prefeitura. Porém, seguindo um dos objetivos específicos do PMC, que é favorecer o acesso a direitos, decidimos trilhar para o direito à luta pelos direitos. Apostamos na participação social para conquistar políticas públicas que acolhessem e tratassem sobre a pauta da violência doméstica, que vinha se agravando nos vários fenômenos, inclusive no feminicídio.

O processo de sensibilização e coletivização

Nos atendimentos de 2016 e 2017, no Palmital e no Via Colégio, apareciam várias mulheres que se reconheciam vítimas de violência doméstica e demandavam, com certa angústia, que o município oferecesse mais atenção à pauta. A conjuntura nos mostrava que, se por um lado, a prefeitura dizia não ter um planejamento, nem dinheiro para debruçar a essa demanda, tínhamos, por outro lado, várias mulheres interessadas em se movimentarem para conquistar avanços dentro do enfrentamento à violência contra a mulher. **Score:** Cerca de 75% das ocorrências de violência doméstica se concentram na região do Palmital e parte do Via Colégio, segundo dados da Delegacia de Mulheres de Santa Luzia daquele ano de 2017 – e permanece em 2019.

Como era um problema do município e impactado nas duas Unidades de Prevenção – Palmital e Via Colégio –, decidiu-se colocar as duas equipes em diálogo para pensarem possibilidades frente a tal problema. O Programa Mediação de Conflitos, no trabalho junto à comunidade para uma vida mais digna e menos violenta, aposta no estímulo à organização comunitária como ponto crucial para a diminuição das violências no território e o acesso a direitos.

Nesse sentido, as equipes das duas UPC's convidaram as mulheres atendidas para realizarem rodas de conversa entre mulheres para tratarem diversas questões que esbarrassem no “ser mulher”. O intuito era de sensibilizar e, se possível, fomentar a coletivização da demanda sobre a violência doméstica em Santa Luzia e construir um planejamento de ações, junto com essas mulheres, para o enfrentamento a tal problema.

A realização desses grupos foi compartilhada junto a vários atores políticos estratégicos para a soma de forças a um possível processo de luta por direitos que poderia se estabelecer. Convidamos representantes da Subsecretaria de Mulheres de MG, ainda existente naquele período; uma vereadora militante na pauta dos direitos humanos de Santa Luzia; lideranças comunitárias mulheres; representantes de coletivos de luta por direitos do município; representantes de ONG's que tinham afinidade política à pauta, entre outros.

As reuniões com esses atores estratégicos aconteceram durante 4 meses, às vezes mensalmente, outras quinzenal. Junto a eles avaliávamos

a conjuntura municipal e potencializávamos outros grupos de mulheres que existiam fora das áreas de abrangência das UPC's, para fortalecer a demanda para além de um território, e sim como de todo o município.

Entre março e julho foram criados vários grupos de mulheres nos territórios, bem como realizadas intervenções em outros grupos de mulheres existentes no município. É importante ressaltar que a participação de referências comunitárias mulheres foi fundamental para o trabalho de organização e mobilização das demais.

As equipes realizaram rodas de conversa com as mulheres nas UPC's; associação comunitária; intervenções nos públicos dos postos de saúde; articulação e intervenções junto à grupo de mulheres ligadas à ONG, igreja, entre outros. Nessas intervenções foram levantadas, por parte das mulheres, as noções de proteção à violência doméstica, discutindo a Lei Maria da Penha de forma mais didática, trazendo a realidade, dita pelas próprias mulheres moradoras dos territórios, como exemplo à Lei.

Para sensibilização e formação política, as equipes e gestão promoveram pontes com outros atores externos, para ilustrarem experiências de coletivos femininos que potencializaram a luta para garantia de direitos às mulheres em outros municípios. Houve vários processos de aprendizagem sobre possíveis caminhos na construção de políticas públicas, fortalecimento de coletivos de mulheres, fortalecimento ou criação da rede de proteção de mulheres, mobilização popular, etc.

Após algumas semanas de trabalhos nos grupos com as mulheres, as moradoras apresentaram as várias demandas e sugestões de “passos” para alcançar o objetivo, agora em comum: de exigir que o município de Santa Luzia implantasse uma política pública que atendesse às demandas de combate à violência doméstica.

Um importante encaminhamento que ocorreu nos grupos foi o de juntar todas as mulheres que estavam participando dos encontros da área de abrangência das UPC's, e do município, para a discussão em conjunto (em um fórum comunitário), num evento intitulado por elas como *Mulheres em Foco*.

Box: Importante observar que o registro como *projeto temático* só ocorreu depois de uns dois ou três meses de desenvolvimento dos grupos, bem como após várias discussões junto aos demais atores institucionais estratégicos que abraçaram essa luta conosco.

O caso individual que materializou a demanda municipal

As equipes realizaram várias intervenções para sensibilização sobre a violência doméstica, desde rodas de conversa, como pequenas palestras nas salas de espera dos postos de saúde. Devido a essas ações junto à saúde, a equipe do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) encaminhou à equipe do Via Colégio uma mulher do território que apresentava fortes indícios de estar sofrendo violência doméstica.

A mulher é atendida e, inicialmente apresenta outra demanda. Durante o atendimento, a equipe, devido a qualificada maneira de acolher o público, consegue elaborar caminhos no diálogo que permitiu que a mulher dissesse sobre a violência que ela sofria pelo companheiro.

A atendida não tinha a mínima esperança de romper o ciclo de violência que ela vivia. Para ela era fato que seu destino era ser violentada até a morte. Porém, o envolvimento de seus dois filhos pequenos nesse cenário era o que mais a angustiava. Todavia, até então ela não enxergava possibilidades para além de matar ou morrer como caminhos de rompimento com a violência. Ela já tinha fugido algumas vezes, mas o companheiro ameaçava de morte seus parentes, o que conduzia ela de volta ao lar. Quando a equipe apresenta à atendida outras possibilidades de rompimento, como por exemplo o abrigo, uma visível chama de esperança se estampa no rosto daquela mulher, que se dispõe a tentar todos os caminhos para garantir uma nova trajetória de vida.

Todavia, Santa Luzia não tem abrigo para mulheres vítimas de violência, nem fazia parte do Consórcio Mulheres das Gerais que conta com um abrigo consorciado entre alguns municípios da região metropolitana de BH. Dessa maneira, como a atendida sofreu violência pelo companheiro também em Belo Horizonte, onde ela trabalhava, utilizamos dessa ocorrência para dar entrada ao abrigo por BH e não via Santa Luzia. Ela foi abrigada e no mesmo momento seu companheiro foi preso.

Durante os atendimentos, a gestão social mobilizou vários atores de Santa Luzia e do Estado para corresponsabilização ao grave problema de proteção à atendida, bem como para criar um fato político e provocar maior visibilidade à urgência de se debruçarem a uma demanda que é estrutural, muito além de um caso individual. O Judiciário, o Ministério Público, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Patrulha de Prevenção à

Violência Doméstica, o GEPAR, a Delegacia de Mulheres, o Centro Ri-soleta Neves de Atendimento à Mulher (CERNA) e a SUPEC, se envolveram bastante nesse caso até esgotarem as possibilidades em Santa Luzia para a proteção à mulher atendida pelo PMC. Dessa forma, o município não conseguiu uma solução. Mas o fato de se debruçar sobre o caso específico junto a vários atores institucionais, gerou certo incômodo institucional. Esse desconforto, todavia, possibilitaria melhor abertura para que o município acolhesse alguns encaminhamentos do *Mulheres em Foco*.

Programa Mediação de Conflitos Minas Caixa - Projeto Temático “Mulheres In Foco”

Maressa de Cássia Gonçalves Aguiar⁴⁰

Nedina Soares Pereira⁴¹

Esse texto aborda a mediação comunitária como forma de prevenção e enfrentamento aos fenômenos de violência e criminalidade a partir de uma experiência na execução do Projeto Temático “*Mulheres In Foco*”, direcionado para mulheres moradoras da área de abrangência da UPC Minas Caixa em Belo Horizonte/MG.

Nota-se que o número de conflitos em áreas de risco com grande vulnerabilidade vem crescendo a cada dia. Os moradores das grandes periferias do Estado de Minas Gerais sentem na pele como a violência e a criminalidade se manifestam.

Dentro dessa complexa realidade, o Programa Mediação de Conflitos proporciona em cada comunidade em que atua, oportunidades de somar com cada morador, formas alternativas de resolução de conflitos, atribuindo a cada ação princípios da mediação comunitária que resultem na intervenção e transformação de realidades construídas em conjunto com cada cidadão.

A equipe do Programa Mediação de Conflitos Minas Caixa, percebendo os dados gerados pelo Relatório Quantitativo no ano de 2018, averiguou que 75% do público atendido correspondia ao sexo feminino e a predominância das demandas se tratavam de pensão de alimentos, separação/divórcio, conflitos intrafamiliares, além dos muitos outros casos que envolviam criminalidade e violência.

Por meio do acompanhamento dessas demandas, a equipe do Programa observou que as mulheres atendidas, naturalmente, devido contexto histórico se colocam em segundo plano diante da preocupação e dedicação ao ambiente familiar, principalmente no que se refere aos cuidados com os filhos e companheiros, manifestando a carência de um espaço para dizer

⁴⁰ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Minas Caixa na cidade de Belo Horizonte/MG.

⁴¹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Minas Caixa na cidade de Belo Horizonte/MG.

sobre as suas vulnerabilidades e até mesmo sobre o “que é ser mulher” e o que tudo isso engloba, dentro de cada realidade.

Nos espaços de atendimento, sejam eles individuais ou coletivos, a equipe recebeu relatos de muitas mulheres que haviam passado ou que se encontravam dentro de algum ciclo violento. Em sua maioria, os relatos se referiam a violência doméstica praticada pelos seus próprios companheiros.

A análise das necessidades apresentadas pelas moradoras da área de abrangência do PMC Minas Caixa, despertou na equipe a iniciativa de lidar com essas demandas por meio da execução de um Projeto Temático, visando a contribuição para transformação de uma realidade tendo como foco o empoderamento, autonomia e responsabilidade dessas mulheres na resolução de conflitos, resultantes na prevenção de violências e criminalidades.

Para tal, a equipe discutiu a estruturação do projeto elencando prioridades, tendo sempre como pano de fundo a temática escolhida, embasada pela leitura do território, a ser trabalhada. Foi pensado na escolha de um espaço comunitário de fácil acesso as moradoras facilitando a participação e o fomento do vínculo com o território, o contato com referências comunitárias e religiosas na perspectiva de nos auxiliar na divulgação, mobilização presencial em espaços de encontro da comunidade como Academia da Cidade, divulgação via rede formal e informal, além do contato telefônico com atendidas que já tinham um vínculo com o PMC, a fim de garantir uma maior participação possível, principalmente para o primeiro encontro que representou um espaço de construção conjunta, formado a partir dos interesses das participantes, sem nos esquecer do tema do Projeto.

A atuação da equipe se deu de forma contínua, sendo o maior desafio envolver as moradoras das áreas de abrangência (Bairros Serra Verde e Minas Caixa) no desenvolvimento das ações. A Associação do Bairro Serra Verde foi uma das grandes apoiadoras da rede comunitária, proporcionando o espaço para que acontecessem os encontros do Projeto, que inicialmente se deram de forma tímida, mas que logo ganhou forma e se tornou o Projeto “Mulheres In Foco”.

O nome do projeto foi atribuído pelas próprias atendidas e participantes, representando a ideia de grupo que estava se constituindo, com a

premissa que fosse um espaço de reflexão, discussão, aprendizado e trocas acerca das questões relacionadas ao feminino, principalmente do lugar ocupado pela mulher atualmente. Além de aprofundar em temas relevantes que diziam sobre a realidade da violência contra a mulher, suas formas de ação e de prevenção.

Durante os encontros presenciamos participações marcantes em que atendidas expuseram no grupo relatos pessoais de relacionamentos já vividos e também atuais no qual experimentaram diversos cenários de violência, que até então não eram nomeados assim. Em um dos encontros contamos com a participação de atores estratégicos da rede de atendimento a mulheres vítimas de violência como: equipe da PPVD (Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica), NUDEM (Núcleo de Defesa da Mulher), e da Polícia Civil. Momento bastante simbólico, pois de forma clara, utilizando de uma linguagem acessível, e com a exposição de exemplos vivenciados pela rede nessa atuação, foi possível esclarecer sobre a Lei Maria da Penha, formas de acesso aos serviços e o papel de cada ator nesse trabalho.

Percebemos que os encontros foram um motivador para que algumas mulheres se sentissem mais à vontade para falar sobre o cenário de violência que vinham sofrendo, refletir sobre a questão tendo como consequência um reposicionamento do lugar ocupado por essa mulher em sua relação e até mesmo a buscar seus direitos. Presenciamos uma jovem que se emocionou ao perceber que sua mãe estava em um casamento em que aconteciam episódios de violência, e uma mãe que ao refletir sobre sua relação também disse da preocupação com filha, com a forma com que ela estava se relacionando com o então namorado. Além disso, recebemos para atendimento individual na UPC, mulheres que se sentiram mais seguras para então buscar seus direitos ao identificar que estavam em relacionamento abusivo. Tal cenário trouxe para equipe vários pontos de reflexão, ampliando nossa leitura sobre o território, entre eles, os possíveis casos que não chegavam para atendimento, uma vez que muitas mulheres não conseguem identificar que estão em uma relação violenta, o que reflete ainda mais o cenário de uma cultura machista, de opressão, de sensação de autoridade do homem em relação a mulher.

Sendo o Programa Mediação de Conflitos inserido em uma Política Pública de Prevenção à Criminalidade, identificamos que Projeto foi um

instrumento de intervenção no que se refere a prevenção da violência, à medida que oportunizou um espaço de diálogo, de trocas de experiências pessoais, de afeto, de novas amizades e fortalecimento de vínculos comunitários. Foi possível discutir acerca dos desafios relacionados à equidade de gênero, além de consolidar a discussão do grupo acerca do empoderamento e da representatividade do que é ser mulher, abordando os seus limites, desafios, potencialidades, sonhos, desejos e a construção de projetos pessoais. Promovendo assim, um espaço de reflexão e de possibilidade de um reposicionamento dessa mulher seja no âmbito pessoal e/ou na propagação das informações a qual teve acesso, formando assim uma rede de proteção.

A prioridade da equipe com a execução do Projeto Temático foi de levar a mediação comunitária como forma de prevenção a violência, trazendo o tema da prevenção em todos os encontros, mesmo que de forma indireta. Conversamos sobre saúde da mulher, momento em que tivemos a participação de uma profissional para conduzir o encontro, além do convite que recebemos através do Centro de Saúde para participação da Campanha do *outubro rosa* em oficinas que aconteceram no próprio equipamento. Houve também um momento de discussão sobre o percurso histórico da mulher, levando para discussão biografias de mulheres que se destacaram ao longo da história, fazendo um exercício de aproximação com pessoas de referências que também fazem um trabalho de grande relevância na comunidade. Como encerramento de um ciclo para abertura de novos, fizemos um momento de confraternização que teve a participação de um grupo mulheres atuantes em outro território, que trabalhou questões raciais, utilizando da oficina de produção de bonecas *Abayomi*, símbolo de resistência, tradição e poder feminino.

Finalizadas as ações, a equipe destaca a construção em conjunto que foi feita com cada atendida, cada moradora que acessou o Programa Mediação de Conflitos e com cada participante dos encontros, além do apoio que recebemos da rede desde início, facilitando a concretização da nossa proposta. Alguns registros dos encontros demonstram como o grupo “Mulheres In Foco” foi diversificado e comprometido com a necessidade uma das outras, reforçando a perspectiva cíclica da vivência coletiva, do compartilhar o espaço, para então refletir naquilo que é do pessoal. Identificamos que a autonomia e responsabilidade trabalhada contribuíram

para o empoderamento das participantes que se abriram para a experiência de reflexão, autocuidado e reposicionamento dentro de circunstâncias de manifestação de violência vivenciadas pelas participantes.



Encontro realizado do Centro de Saúde Serra Verde em 26/10/2018

Em outubro de 2019, foi realizado no Centro de Saúde Serra Verde junto com a equipe do PMC Minas Caixa, um encontro do projeto Temático “Mulheres In Foco”, em prol do *outubro Rosa*. As participantes contaram com uma oficina de dança conduzida por uma das referências comunitárias da região e trocaram experiências em uma roda de conversa.



Encontro realizado do Centro de Saúde Serra Verde em 26/10/2018

No dia 30/11/2018, o PMC Minas Caixa convida o grupo *Terreirada de Mulheres* para dar encerramento ao projeto temático “Mulheres In Foco” com a oficina de bonecas Abayomi.



Encontro com o Grupo Terreirada de Mulheres que ocorreu em Novembro de 2018.

No dia 23/11/18, no encontro do Projeto Temático “Mulheres In Foco”, o PMC Minas Caixa convida a Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica (PVD) da PM, Defensoria Pública e Polícia Civil para discutir a Lei Maria da Penha e o ciclo da violência doméstica, oportunidade em que puderam tirar dúvidas e contribuir com relatos pessoais condizentes ao tema.



Palestra com a presença da Patrulha de Violência Doméstica – PVDMG

No dia 14/09/2018, o PMC Minas Caixa dá início ao Projeto Temático “Mulheres In Foco” em parceria com as mulheres do território na Associação Comunitária Serra Verde.



Encontro do Grupo Mulheres In Foco em Setembro de 2018.

Enfrentamento às Violências: A Experiência do Grupo Mulheres do Ipê

Lorena Silva Anunciação Lazarino⁴²

Arthur Cândido Lima⁴³

Resumo

Este artigo pretende apresentar a experiência na modalidade de atendimento em organização comunitária do Programa Mediação de Conflitos (PMC) na Cidade de Contagem enquanto processo de construção da segurança pública cidadã na comunidade, pela comunidade e para a comunidade. Assim, construir com os atendidos uma Segurança Pública Cidadã promovida pelos meios pacíficos de resolução de conflitos, a partir dos fundamentos da Mediação Comunitária, impactando na redução de possíveis desdobramentos em homicídios, violências e violações. Neste contexto, a partir de diversas possibilidades de atuação, o PMC propõe através do diálogo, potencializar o capital social, viabilizar o acesso a direitos, contribuindo para o fortalecimento e a mobilização comunitária.

Palavras-chave: Prevenção. Mediação Comunitária. Segurança Pública. Criminalidade.

Introdução

O Programa Mediação de Conflitos (PMC) integra a Política de Prevenção à Criminalidade desenvolvida no Estado de Minas Gerais, coordenada pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). E está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade, localizados em trinta e três territórios de Minas Gerais, com alto índice de vulnerabilidade social e violência, baixo acesso a direitos, alto índice de violência e baixo capital social.

⁴² Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Nova Contagem no município de Contagem/MG.

⁴³ Estagiário do Programa na Unidade de Prevenção à Criminalidade Nova Contagem município de Contagem/MG.

A Unidade de Prevenção à Criminalidade foi implantada em Nova Contagem no ano de 2005, após o estudo realizado pelo CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), que apontou ser um local com alto índice de criminalidade. A região de Nova Contagem está localizada a aproximadamente 17 km do centro da cidade de Contagem e faz divisa com outras três cidades: Betim, Esmeraldas e Ribeirão das Neves.

Nesse sentido, conforme o manual de orientação metodológica e de gestão da informação do PMC, é por meio dos atendimentos que o Programa visa alcançar os objetivos traçados pela Política de Prevenção à Criminalidade. O atendimento é uma intervenção que promove o acolhimento, por meio da escuta ativa às pessoas envolvidas em situações de conflitos na área de abrangência. Visa contribuir na construção de estratégias para o enfrentamento às violências e/ou criminalidade, o fortalecimento do capital social, a resolução pacífica de conflitos e o acesso a direitos de acordo com os princípios da mediação comunitária.

Violência doméstica

Segundo a Convenção de Belém: “compreende-se violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública como na esfera privada.” Nesse sentido, a Lei n. 11.360/2006, conhecida por Lei Maria da Penha, é a legislação brasileira que visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar. Apesar desse amparo legal, o número de mulheres vitimadas ainda é elevado. Registros demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa, sendo o agressor o próprio marido ou companheiro, mais de 40% das violências resultam em lesões corporais em consequência de socos, tapas, chutes, queimaduras e espancamentos.⁴⁴

Certamente o problema é bem maior, pois o silêncio de muitas vítimas faz com que inúmeros casos não sejam denunciados ou encaminhados a rede de proteção. Neste cenário, dos atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos em Nova Contagem, em âmbito coletivo

⁴⁴ Narvaz MG, Koller SH. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. PSICO. 2006 Jan-Abr; 37(1):7-13.

ou individual no primeiro semestre de 2019, setenta e dois por cento são mulheres e, dos casos com presença de violência, oitenta por cento são de violência contra mulher ocorrida em ambiente doméstico.

Grupo Mulheres do Ipê

Segundo Fabiana de Lima Leite em seu artigo *Prevenção à Criminalidade e criminalização no Brasil*:

A política de prevenção, portanto, é necessariamente uma política de segurança pública que, partindo da percepção de fenômenos multicausais (fatores de risco) geradores de conflitos e violências, buscará, a partir de soluções plurais (fatores de proteção), a desconstrução dos processos de criminalização.

Portanto, se faz necessário o trabalho em parceria com a rede de saúde, instituições locais, lideranças e referências comunitárias para intervir nos fenômenos de violência e criminalidade. Nessa perspectiva, em reunião com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do bairro Ipê Amarelo e Vila Esperança, as ACS relataram muitos casos em que as mulheres confienciavam situações de violência doméstica e que não conseguiam sair de casa, dizer, denunciar ou fazer qualquer outro movimento que rompesse este ciclo de violência.

Além disso, apesar das Agentes ocuparem posição estratégica, tanto para detecção, quanto para a prestação de assistência e encaminhamento das vítimas aos serviços especializados, são poucos os casos que as Agentes fazem a notificação. A invisibilidade do problema aos profissionais da saúde é denominada de “conspiração do silêncio” em estudo internacional.⁴⁵

⁴⁵ Acosta DF, Gomes CLO, Fonseca AD, Gomes GC. Violence against women committed by intimate partners: (in)visibility of the problem. *Texto contexto enferm.* 2015; 24 (1): 121-7. ⁵Centro de Formação Profissional Zica Geo, do Sistema Divina Providência. Inaugurado no bairro Ipê Amarelo em outubro de 2005, o centro de formação profissional foi criado com o objetivo de promover, por meio da capacitação profissional e da geração de fontes de renda, melhorias na perspectiva de vida de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Diante desse contexto, construímos em conjunto uma estratégia para chegarmos até estas mulheres vítimas de violência doméstica. De modo que, as ACS seriam o convite e sensibilização para um dia nomeado como “Dia do Cuidado – você já cuidou de você hoje?”, com serviços de manicure, pedicure e tratamentos para o cabelo articulados com

o espaço do Sistema Divina Providência⁵ localizado também no bairro Ipê Amarelo. Neste “Dia do Cuidado”, primeiro encontro com estas mulheres, e entre elas, que inicialmente não se conheciam, com o intuito de empoderamento através do autocuidado, assim como conhecer, aproximar e estreitar os vínculos.

Cumpra salientar, ainda, o autocuidado como fator de proteção tendo em vista que esta mulher direciona seu olhar para ela e a possibilita visualizar outras possibilidades de lidar com este corpo marcado por violências. Assim, cuidar tem algo a ver com solidariedade, com suporte, com apoio, com produção de vida.

Em seguida, realizamos uma roda de conversa, a fim de possibilitar acesso à informação e serviços, conhecer a rede de proteção mais próxima, serviços localizados no território, entendendo como um fator importante de proteção e prevenção.

Apostou-se encontrar uma identificação no grupo, a mulher aumentar sua rede de relações e de confiança, pois de acordo com Lúcia Afonso em seu artigo chamado *Grupos: o que são e como se organizam*, “é no grupo que os sujeitos humos se reconhecem como participantes de uma sociedade, inseridos em uma teia de relações e papéis sociais, através das quais constroem suas vidas”.

No mês seguinte realizamos uma circulação com o grupo ao Inhotim⁶⁴⁶, entendendo a circulação como fator de proteção, a fim de proporcionar possibilidades para além do contexto de violência, favorecendo um fortalecimento e estreitamento de vínculos entre estas mulheres, entendendo também o grupo como fator de proteção.

Vale ressaltar que algumas atendidas idosas nunca tinham saído do bairro, assim como outras pela primeira vez visitaram um museu ou

⁴⁶ Instituto de Arte Contemporânea e Jardim Botânico - O Instituto Inhotim, localizado em Brumadinho, é a sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e considerado o maior museu a céu aberto do mundo.

fizeram um passeio. Em contrapartida, outras atendidas não compareceram em razão de situações de violência. O trabalho da mediação comunitária prossegue em outra etapa de construção de possibilidades através do fortalecimento de um espaço legítimo criado pelas próprias mulheres. Nota-se, nesse sentido, a importância do fortalecimento e acesso à informação e direitos para prevenção à violência, sobretudo construção com as atendidas respeitando suas singularidades, tempo de cada uma, comunidade e estratégias de atuação levando em conta as complexidades envolvidas em cada caso de violência.

Considerações finais

Constata-se a mediação comunitária como um aspecto importante na atuação do Programa Mediação de Conflitos (PMC), haja vista que constrói com a comunidade, através das técnicas de intervenção, formas de proteção e prevenção no cotidiano deste território, no âmbito coletivo e individual, isto é, segurança pública compartilhada com a comunidade.

Nesse sentido, o diálogo sempre será a ferramenta basilar para o alcance de uma Mediação Comunitária, tendo em vista que construção coletiva demanda da comunidade o protagonismo desta relação para resolução dos múltiplos conflitos manifestos no território, como também a construção de uma prevenção cada vez mais eficaz às multifacetadas situações de violência, corroborando para a participação social e um exercício de cidadania plural e equânime.

Diante do exposto, pode-se concluir que os pontos apresentados diante das intervenções realizadas, proporcionam reflexões sobre a eficácia do trabalho em grupo, inclusive em casos de violência doméstica, sendo possível compreender a importância dessa atividade no auxílio à prevenção à criminalidade, entendendo que o trabalho em conjunto e a articulação comunitária tem muita força e possibilidades de potencialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta DF, Gomes CLO, Fonseca AD, Gomes GC. Violence against women committed by intimate partners: (in)visibility of the problem. *Texto contexto enferm.* 2015; 24 (1): 121-7.

AFONSO, Lúcia. *Grupos: o que são e como se organizam* In: Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Ed. Campo Social, 2003. Texto 1, p. 9-23.

Brasil. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”*. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Belém (PA); 1994

Brasil. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília (DF): Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações; 2007.

Diretoria de Resolução Pacífica de Conflitos em parceria com Assessoria da Gestão da Informação. *Manual de orientação metodológica e de gestão da informação*. Belo Horizonte, Versão atualizada em Janeiro 2019.

INSTITUTO INHOTIM. Wikipedia.org. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Inhotim>. Acesso em: 22 de out. de 2019.

LEITE, Fabiana de Lima. *Entremeios – Publicação de artigos desenvolvidos no Programa Mediação de Conflitos*. 1. ed. Belo Horizonte: C.r.i.a UFMG, 2007.

Mediação de Conflitos. *Mediação e cidadania*, Arraes Editores LTDA, 2010.

Narvaz MG, Koller SH. *Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas*. PSICO. 2006 Jan-Abr; 37(1):7-13.

SISTEMA DIVINA PROVIDÊNCIA. Disponível em: <https://www.sistemadivinaprovidencia.org/centro-de-formacao-profissional/rafael-zica-geo>>. Acesso em: 22 de out. de 2019.

2

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E MASCULINIDADES

Juthay Nogueira⁴⁷

*Durante um tempo não quis falar nem escrever sobre isso...
 Isso tudo é um fantasma que vive me assombrando, não posso viver
 com todo esse medo, tenho que escrever, tenho que te contar
 Foi assim que conversei uma das minhas últimas
 conversas com a minha mãe
 Todos os dias ele me agride
 hora verbalmente hora me chuta
 Não tenho um dia sequer de tranquilidade
 Não sei se ele tem outra mulher na rua
 E eu ouvido aquilo com um misto de ódio e revolta
 Minha mãe já avó, está em um relacionamento
 abusivo com meu padrasto há mais de 30 anos
 Depois dessa conversa, 21 dias depois minha mãe faleceu, aos 54
 anos
 Minha mãe desistiu de viver...
 A partir daí eu comecei a conversar com outras mulheres
 Era necessário desmistificar e deixar todo o romantismo que aco-
 berta a violência contra principalmente a mulher periférica
 Iniciamos bem devagar com duas, três e as nossas rodas foram cres-
 cendo e hoje já somos 81 mulheres.
 Trocamos ideias e nos fortalecemos
 Hoje temos a Casa Acolher para a mulheres
 bem no Morro das Pedras periferia de BH
 Aqui é um oásis onde ninguém solta a mão de ninguém e
 aprendemos diariamente termos amor-próprio quantas vezes forem
 necessárias.*

⁴⁷ Referência Comunitária na comunidade do Morro das Pedras em Belo Horizonte/MG. Se diz mulher negra, favelada e que tem se levantado todos os dias impulsionada pela força dos seus ancestrais “eu não sou uma somos várias”.

Quem Disse Que A História Tem Que Se Repetir?!

*Deborah Ilana Silva Abrahão Pereira*⁴⁸
*Lilian Esteves Lucena*⁴⁹

A autora Julia Souza quem escreveu o poema “*Quem disse que a história tem que se repetir?!*” se inspirou a escrevê-lo a partir da experiência em sua participação no Projeto Temático “Mulheres em Evolução” do Programa Mediação de Conflitos Jardim Leblon.

O mencionado projeto, ocorrido entre janeiro e março de 2019, teve como escopo fomentar o empoderamento e autonomia das mulheres envolvidas, pautando as violências vivenciadas pelas mesmas no contexto da comunidade em que vivem. Foram realizados 4 (quatro) encontros abordando a naturalização da violência, a dependência financeira, o ciclo da violência e a rede de proteção às vítimas e enfrentamento das violências domésticas.

Júlia, jovem de 16 anos e moradora do território, relata, que a partir do segundo encontro se sentiu impulsionada a colocar no papel as emoções e sentimentos provenientes das reflexões provocadas nas rodas de conversa.

O presente poema foi escrito, especialmente, para o encerramento do Projeto Temático, como forma de expressar os sentimentos experienciados ao longo dos encontros, e que foram comuns a todas as participantes.

A equipe avaliou que, em consonância com o objetivo do projeto e fortalecendo o capital social local, algumas dessas mulheres passaram a reconhecer suas potencialidades, iniciando uma trajetória prática, até então adormecida.

Vislumbramos o desabrochar dessas mulheres!

⁴⁸ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Jardim Leblon na cidade de Belo Horizonte/MG.

⁴⁹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Jardim Leblon na cidade de Belo Horizonte/MG.

Júlia Souza de Castro⁵⁰

A cada passo me refaço, reconheço o meu valor;

A mulher que existe em mim.

*Digo, não é fácil, as inseguranças que levo no peito me deixam
pra baixo.*

*Persistir é difícil, mas me mantenho na fé, com coragem para
reconquistar todo tempo que perdi.*

Expandir minha consciência para nunca mais voltar a sucumbir.

Desde pequena em casa o exemplo foi esse:

Mãe? Lava, passa, cuida da casa.

E o pai? Sempre ausente!

E a única presença marcada por ele foi o desrespeito.

*Machismo em peso, agressão física e verbal me ensinando
que aquilo era normal.*

*Cresci, e a história se repetia, até porque aquele foi meu único
exemplo de família.*

Conheci ele numa quinta, na esquina do bar em que eu ralava.

Me lembro como se fosse ontem;

Tramando em meio a tanto macho escroto, assédio a toda hora.

E tão reprimida eu ficava, não tinha consciência dos abusos que pegava.

Até que um dia eu o conheci, e com várias falsas promessas amorosas...

Confiei e acreditei.

Eu, mulher de pouco conhecimento, ingênuo...

Me apaixonei.

Na realidade, aquele “afeto” me surgiu como um abrigo, sabe?!

*“Vem morar comigo, não vai mais se preocupar com aluguel, nem em
trabalhar”*

“Formar uma família”

“Vou te fazer a mulher mais feliz desse mundo”

Assim ele dizia.

E eu, tão sozinha...

Vai vendo! Tudo começa muito lindo!

O opressor vem bem de mansinho.

⁵⁰ Jovem moradora na comunidade do Jardim Leblon em Belo Horizonte/MG.

Te oferece lar, sustento.

*Mas mal sabia eu, que pouco tempo depois, o inferno começaria.
Começou a regular o tamanho das minhas roupas, os lugares e o horário
em que eu saía. No começo veio com a desculpa de que era preocupação.*

Mas na real, era ele me moldando pra ser sua submissa.

E ele já não ficava tão em casa quanto antes.

Só chegava à noite, bêbado.

E o afeto que ele me dava, era só no sexo.

Literalmente me usava como objeto.

E o peso de levar tudo nas costas me deixava exausta, frustrada...

Virei dona de casa, empregada do meu marido, mãe;

E esqueci que sou mulher, ser humano.

Auto estima? Nem existia!

Perdi o meu valor.

*Na real, acho que nunca tinha me dado conta da minha força,
minha força interior!*

E o convite do opressor, só me atrasou;

Me estagnou no meu processo de reconhecimento.

Aguentei muita opressão calada, violência, abusos, estupro (...)

Em prol da bela tradicional família;

E até porque também, na mesa era ele que colocava a comida!

Mas chega; chega de humilhação!

Não serei mais brinquedo na mão de acho!

Vou me reerguer, por mim, pelas minhas!!!

Mas ainda assim;

Ser mãe solteira nessa sociedade extremamente machista é difícil.

E para ter seu sustento;

Cê rala o triplo que qualquer outro macho em cria por aí!

Mas eu resisto, com fé e coragem que carrego no peito.

Mostrar para esse mundão inteiro, o quanto a mulher merece

RESPEITO!

Nossa Maldita Masculinidade

José Almerindo da Rocha⁵¹

A agonia do homem negro jamais se resumirá não somente a sua masculinidade, que é vista dentro de uma sociedade racista, excludente e segregadora, puramente como objeto de desejo, e que sempre haverá de denominar-lhe prontamente estereótipos perversos e extremamente cruéis, por pura vaidade e capricho humano.

Apesar de estarmos vivendo atualmente toda uma complexidade contemporânea, quanto irreal, a masculinidade de um homem afrodescendente sempre acabará sendo medida por sua capacidade de prover toda uma família, pela sua virilidade, por sua condição reprodutiva ou quão a sua capacidade de subserviência, cercando-lhe praticamente todos os direitos que cabe ao resto desta mesma sociedade covarde e cruel.

O homem negro sente frio, sente fome, é consumido pela a amargura, e pela tristeza, que muitas vezes será sua grande companheira, juntamente com a solidão, e assim, cabendo-lhe somente chorar silenciosamente para que os outros não vejam sua humanidade a muito violada e lhe tirada pela violência e pelo rancor com que ainda é tratado, apesar de ser um sujeito de direito.

O simples fato de ser homem e principalmente de ser negro, certamente o coloca como potencial alvo, fadado a tristeza eterna e sob o jugo da própria morte.

Então, que masculinidade é essa que tanto nos cobram??? Pois jamais teremos o direito de nos expressar ou demonstrar nossas dores, nossas inseguranças e até mesmo nossos sofrimentos mais íntimos e pessoais, sem que venhamos a ser julgados ou criticados.

Desta forma, a nossa masculinidade será uma benção ou uma maldição que nos acompanhará para o resto de nossas vidas, pois ela sempre nos será exigida em todos os âmbitos, seja social, moral ou até

⁵¹ Referência Comunitária conhecido como Allmerindoo. Diz ser um homem negro, morador de favela é Assistente Social (PUC-Minas) e Pós Graduado no Curso de Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. Já atuou com crianças e adolescentes infratores, população de rua e agora com pessoas que convivem com vírus HIV.

intelectualmente, mantendo-nos para sempre atrelado a ela, mesmo que não a tenhamos desejado.

A vida é dura demais para quem nunca houvera de ter a oportunidade de poder andar livremente dentro de uma sociedade, a qual ele ajudou a construir carregando-a tijolo por tijolo e a edificando, deixando para trás muito do seu suor, de suas lágrimas, e do sangue que saiu de suas calejadas mãos.

E assim a nossa masculinidade jamais nos deixará ser o ser social que tanto desejávamos e tanto planejamos ser.

E enfim, devemos dar um grande viva para toda a nossa maldita masculinidade que teimará em nos assombrar pelo resto de nossas vidas dia após dia.

Intervenções com Violentômetro no Fenômeno da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Caroline Ferreira Rosa⁵²

Mariana Luíza dos Santos Viegas⁵³

Sabrina Celeste Silva⁵⁴

Apesar do Programa Mediação de Conflitos (PMC) ter a atribuição de acolher casos de múltiplos tipos e temas de violências, percebemos que a violência doméstica e familiar contra a mulher estava incidindo com mais frequência nos atendimentos na Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC Rosaneves, em Ribeirão das Neves. No período de outubro de 2018 a Março de 2019 69% das violências trabalhadas foram desta temática. Considerando a necessidade de construir estratégias de intervenção, a equipe do PMC discutiu e construiu a possibilidade de trabalhar com o Violentômetro nos casos de atendimentos individuais, de organização comunitária e nas ações com a rede intersetorial da comunidade.

A equipe propôs a construção deste artigo com o escopo de compartilhar a pesquisa e reflexões acerca do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como apresentar o uso da ferramenta do Violentômetro. A partir disso, esperamos contribuir para o repertório das demais equipes do PMC ou profissionais de outras políticas públicas que trabalhem com esta temática.

Considerações acerca da Violência Doméstica e familiar contra a mulher

O esforço do movimento feminista para tornar pública a violência que assolava a vida de muitas mulheres, principalmente no ambiente doméstico, fez com que alguns Estados (incluindo o Estado Brasileiro) se organizassem por meio de Convenções nacionais e internacionais, buscando a igualdade entre os gêneros e a elaboração de políticas públicas

⁵² Supervisora Metodológica do Programa Mediação de Conflitos.

⁵³ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Rosaneves na cidade de Ribeirão das Neves/MG.

⁵⁴ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção a Criminalidade Rosaneves na cidade de Ribeirão das Neves/MG.

com vistas a proteger os direitos humanos das mulheres e, assim, dar uma resposta à sociedade que via muitas de suas integrantes serem assassinadas pelo fato de serem mulheres.

Dessa forma, a violência contra a mulher, compreendida através de uma perspectiva de gênero, busca discutir e questionar a demarcação de espaços de poder dos homens sobre as mulheres, a partir do seu componente relacional. Karin Ellen Von Smigay expõe em sua tese de doutorado *Relações Violentas no Espaço da Intimidade: drama privado ou tragédia pública* que “a violência, enquanto uma relação, numa visão estrutural, é masculina e feminina – o que marca, recorta e lhe oferece originalidade é a imposição de desigualdades hierárquicas” (2000, p.43). Ou seja, as lógicas desiguais de poder propiciam que um sujeito busque controlar o outro de diferentes maneiras, anulando, sujeitando e agredindo-o. Portanto, a violência de gênero pode ser entendida como fruto de uma construção social que privilegia os homens à posição do masculino e oprime as mulheres/subjuga o que é feminino.

É importante ressaltar que este tipo de violência atinge milhares de mulheres, independentemente de idade, raça, religião, classe social, enfim, das diferentes posições sociais das mulheres. Nesta linha, compreende-se que as questões de gênero são, portanto, insuficientes para compreender as opressões das mulheres. E, diante disso, é necessário depreender como as diferentes categorias (social e culturalmente construídas) se articulam e entrecruzam manifestando-se em desigualdade social, opressões e subalternidades vivenciadas pelas mulheres em variados contextos.

De acordo com a teoria da interseccionalidade, diferentes fenômenos e maneiras de discriminação interagem na produção das opressões e atuam de forma interdependente na configuração das violências. No que tange a violência de gênero, percebe-se que, apesar de sua presença em diferentes estratos sociais, são as mulheres negras as mais vitimadas. Nesse sentido, é possível observar a diferença na taxa de feminicídio no período entre 2007 e 2017, que aponta que a taxa de feminicídios de mulheres negras cresceu 29,9%, enquanto, neste mesmo período, a taxa de feminicídio de mulheres não negras aumentou 1,6%. Assim, constata-se que a desigualdade racial é nítida quando observamos que as mulheres negras correspondem a 66% de todas as mulheres assassinadas no Brasil em 2017.

Um olhar que contemple a interseccionalidade na compreensão da violência contra as mulheres aponta, portanto, para como marcadores de classe e raça atravessam as relações de desigualdade de gênero na composição de contextos específicos de vitimização das mulheres. Este olhar contribui, ademais, para a apreensão de como tais intersecções se interconectam potencializando ou desafiando estratégias de enfrentamento às violências.

Neste sentido, ao fazer uma leitura dos dados das mulheres atendidas pelo PMC Rosaneves, destacamos que a maioria relata já ter vivenciado algum tipo de violência, se autodeclara negra ou parda, é de baixa renda, desempregada ou empregada informal, tem filho e tem baixa escolaridade. A associação destes marcadores conforma contextos desafiadores para o enfrentamento à violência de gênero, como situações em que a dependência econômica do companheiro e/ou a fragilidade de redes alternativas de apoio despotencializam movimentos de proteção. Deste modo, não estranha que, na maioria dos casos atendidos pela equipe, as situações de violência não cheguem como ponto principal para o atendimento, mas apareçam de maneira entrelaçada à demandas por orientação sobre pensão alimentícia, divórcio/separação e divisão de bens.

Apresentando-se, assim, como um fenômeno de uma complexidade ímpar ao avaliarmos o contexto histórico, social, familiar e econômico, trabalhar a violência doméstica e familiar contra a mulher em um programa pautado de mediação comunitária, em um território marcado por diversas violências, demanda um aprimoramento das práticas de intervenção desenvolvidas pelas equipes. Neste contexto, apresentamos a experiência de utilização do Violentômetro em diferentes contextos de atendimento individual e de organização comunitária.

Intervindo com o Violentômetro

Observando a dinâmica social das violências e da criminalidade na área de abrangência da UPC Rosaneves, a equipe percebeu um cenário de sociabilidade violenta em que, diante de certas imposições feitas pelo tráfico, as atendidas tinham dificuldades de acessar alguns serviços da rede, como por exemplo a polícia. Além disso, algumas atendidas, na tentativa de sanar sua situação de violência, buscavam legitimar formas não

pacíficas de resolução de conflitos, como ameaças e retaliações promovidas pelo controle moral e social exercido por pessoas ligadas ao crime organizado de tráfico de drogas.

Assim, ao trabalharmos a violência doméstica e familiar, observamos dois principais desafios: a dificuldade de identificação dos tipos de violências por parte das atendidas quando dos atendimentos individuais, bem como a necessidade de fortalecer o trabalho do PMC no que tange a prevenção ao enfrentamento das violências e criminalidade nos bairros da área de abrangência da UPC Rosaneves: Rosaneves e Sevilha B.

Sabemos que a ruptura com o ciclo de violência é um processo que depende de diversos fatores. E o reconhecimento da situação de violência pela própria atendida é um dos principais pontos a serem trabalhados, visando o seu empoderamento frente à circunstância vivenciada. Todavia, ao orientarmos sobre o ciclo da violência doméstica contra a mulher nos atendimentos individuais, notávamos que as atendidas reconheciam inicialmente apenas a agressão física como uma manifestação violenta, enquanto outras formas de violência, como a psicológica ou moral, eram pouco identificadas ou eram retratadas de maneira naturalizada.

Desse modo, inseridas na metodologia do Programa Mediação de Conflitos e suas diferentes formas de atuação, construímos uma ferramenta visando potencializar as intervenções no plano dos atendimentos individuais, atendimentos de organização comunitária e articulações com a rede intersetorial – formal e informal.

Com o escopo de sensibilizar e ilustrar o ciclo de violência, a equipe passou a utilizar o Violentômetro. Trata-se de um modelo de termômetro feito de papel onde são descritos os tipos de violências e o nível de gravidade que podem atingir em ordem crescente. O primeiro nível seria as violências psicológicas disfarçadas (como piadas ofensivas, mentiras, chantagens, ciúmes), que correm o risco de serem naturalizadas nas dinâmicas de relacionamento amoroso e/ou familiar. Um nível intermediário aponta algumas formas de violência patrimonial (como destruição de bens) e de agressão física aparentemente inofensivas (como beliscos e pancadinhas), mas também formas de violência psicológica que explicitam uma tentativa de controle da mulher (como proibições). Por fim, apresentam-se formas de violência que geram dano mais evidente (como

confinamento, ameaças, abuso sexual, mutilação) e cujo último grau seria o feminicídio.

É fundamental ressaltar que o violentômetro não impõe uma hierarquia às violências, mas aponta para o ciclo da violência, bem como para o risco da gradativa onerosidade e intensificação da violência. Ao pautar diferentes intensidades, a ferramenta convida ao reconhecimento do ciclo da violência e sua expressão em uma diversidade de ações. Através deste método, foi possível trabalhar a identificação de violências que muitas vezes são invisibilizadas, e, portanto, naturalizadas e banalizadas, bem como a avaliação dos fatores de risco e proteção.

No âmbito dos atendimentos de organização comunitária e ações com a rede, a equipe construiu uma roda de conversa com a dinâmica do Violentômetro. Esta roda de conversa foi executada na ação "Mulheres em Rede", proposta pela UPC Rosaneves em conjunto com a rede intersetorial, com o escopo de marcar o Dia Internacional da Mulher. Sendo realizada simultaneamente nos dois territórios atendidos pelo PMC – Rosaneves e Sevilha B – a equipe construiu o Violentômetro em formato de cartaz para condução da dinâmica da roda de conversa. À medida que apresentávamos, os participantes determinavam em qual nível estaria cada ação, o que possibilitou o compartilhamento de impressões e reflexões, o que pontuamos como positivo.

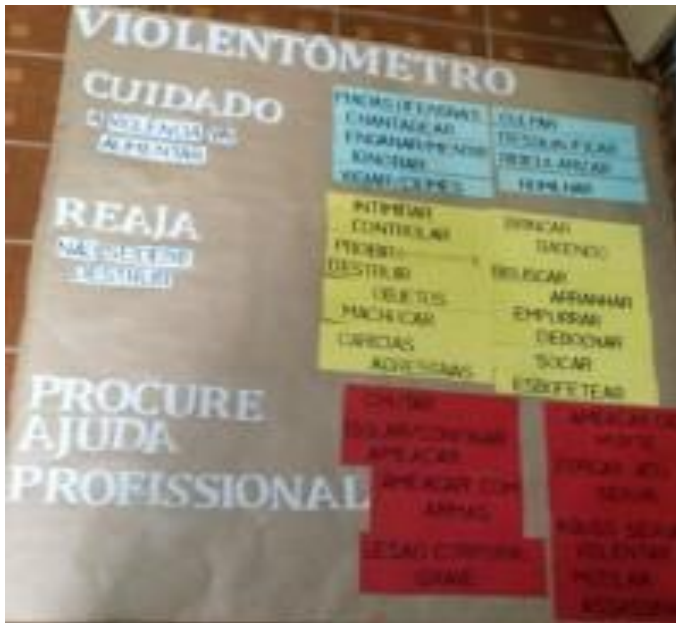
Salientamos que na atividade proposta, tanto no Sevilha B quanto no Rosaneves, houve também a participação de homens, o que chamou a atenção da equipe e proporcionou uma reflexão em ambos os sexos a respeito da violência doméstica contra a mulher, o ciclo da violência, os diferentes tipos de violência e até mesmo a importância da discussão dessas questões para enfrentarmos esse tipo de violência.

O ciclo da violência faz com que haja uma oscilação entre violência e momentos de "lua de mel", que se faz bastante naturalizada para as pessoas que vivem uma relação abusiva e reforçada em função da cultura patriarcal e subordinadora das mulheres. Assim, percebemos que a apresentação de forma visual através do violentômetro contribui para compreensão das atendidas a respeito deste ciclo, os tipos e a intensificação das violências. Além disso, esse instrumento possibilita que a mulher identifique certas ações enquanto violências que ela antes desconsiderava. O que nos aponta para a importância da criatividade na criação de instrumentos

de trabalho, de modo a favorecer a compreensão das pessoas atendidas pelo programa.

As políticas públicas são diretrizes que buscam solucionar uma questão problema, no caso aqui discutido, a violência contra as mulheres. Assim, políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência são fundamentais para auxiliarem na ruptura de uma relação violenta, tendo em vista a dificuldade de fazê-lo sem o auxílio de um profissional psicossocial, socioassistencial e jurídico qualificado.

Destarte, é fundamental que os profissionais atuantes em políticas de enfrentamento às violências estejam munidos de ferramentas acolhedoras e criativas que potencializem as intervenções e que sejam de fácil compreensão para a população, contribuindo assim com a tarefa de desnaturalização das dinâmicas e opressões de gênero, visando fortalecer a construção de proteção das mulheres.



Cartaz usado para ilustrar discussão sobre violência contra a mulher

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

SMIGAV, Karin Ellen Von. **Relações Violentas no Espaço da Intimidade: Drama privado ou tragédia pública?** Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

Tarde Com Elas: Estratégias De Intervenção Em Grupos Para O Enfrentamento A Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher

*Bárbara Diniz Caldeira Souto*⁵⁵

*Roberta Esteves Ferreira*⁵⁶

No período de janeiro a outubro de 2019, o Programa Mediação de Conflitos (PMC) da Vila Pinho acompanhou mais de 50 pessoas com demandas relacionadas aos fenômenos de violência e criminalidade, sendo cerca de metade delas referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher, e o restante distribuiu-se entre as outras temáticas de violência atendidas pelo PMC.

Em relação às pessoas atendidas nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, 80% são mulheres e 20% são homens. O aumento do atendimento aos homens agressores tem se dado principalmente a partir da demanda espontânea dos mesmos, como primeira parte atendida, e configura-se enquanto avanço a possibilidade de refletir e identificar as violências de forma mais ampla e com todos os atores envolvidos.

De forma geral, foram trabalhados 47 tipos de violência com as pessoas atendidas, sendo que as violências mais recorrentes são: violência psicológica, violência física e ameaça, respectivamente. Dentro da perspectiva de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, o PMC Vila Pinho atendeu, de janeiro a outubro de 2019, de forma individual, 20 mulheres com variadas narrativas de relacionamentos abusivos por parte dos companheiros. Entretanto, grande parte dessas mulheres não conseguiam identificar que estavam envolvidas em relacionamentos de dependência e violência.

As intervenções almejam a construção de estratégias para o enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher, com o objetivo de romper com as situações de violência e prevenir sua repetição. As

⁵⁵ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos da Unidade de Prevenção Vila Pinho na cidade de Belo Horizonte/MG.

⁵⁶ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos da Unidade de Prevenção Vila Pinho na cidade de Belo Horizonte/MG.

mulheres atendidas nesse contexto possuem o seguinte perfil: em sua maioria tem de 30 a 39 anos de idade; em relação a auto identificação da cor/raça, 55% se consideram pardas e 20% pretas; no tocante a religião, 60% se declaram evangélicas e 30% católicas. Em relação ao que motivou o acesso ao PMC, 40% delas trouxeram a violência como principal demanda, seguido de 32% de separação e divórcio e dissolução de união estável.

Diante disso, a partir de uma leitura qualificada dos casos individuais, a equipe percebeu que muitas mulheres demandavam um espaço onde elas pudessem dialogar sobre as situações vivenciadas, trocar experiências e receber orientações sobre seus direitos. Nesse ínterim, surge a proposta do Programa Mediação de Conflitos desenvolver uma ação coletiva com a temática de violência doméstica, em conjunto com o grupo da Polícia de Prevenção a Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais (PPVD), que atua no território. Foram realizadas várias reuniões entre a equipe do PMC e policiais da PPVD, a fim de construir a ação que seria desenvolvida, o que proporcionou a aproximação entre as equipes do PMC e PPVD, além do conhecimento prático adquirido sobre o trabalho desenvolvido por ambos os serviços no enfrentamento a violência doméstica. Ficou acordado que a intervenção ocorreria em dois momentos: o primeiro em formato de grupo, no qual, através de instrumentos adequados, seria proposta a reflexão sobre a temática da violência contra a mulher, proporcionando espaço de fala para todas as participantes. E, no segundo momento, um “espaço de beleza”, com o objetivo de fomentar o autocuidado e a autoestima.

A equipe do PMC realizou a mobilização das mulheres, através de um levantamento de todos os casos de mulheres em situação de violência atendidas desde 2018. Após a sistematização, realizamos quatro grupos preparatórios, que aqui serão chamados de “Grupos Mobilizadores”: o primeiro na Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC), e os demais no Residencial Serra de Minas I e II. A proposta dos grupos mobilizadores era de retomar o vínculo com as mulheres atendidas, bem como iniciar a reflexão sobre a temática de violência doméstica e, ao final, divulgar a proposta do grupo de encerramento, com a parceria e participação da PPVD.

É importante ressaltar que o desenvolvimento dos grupos mobilizadores contou com a participação ativa das mulheres que participaram do primeiro encontro na UPC, em que foi construído horizontalmente a proposta dos três grupos posteriores, estimulando o protagonismo e o empoderamento das participantes. Para tanto, foi utilizada uma técnica de Círculo Restaurativo, através da qual as mulheres puderam expressar seus sentimentos e necessidades, e se sentiram confortáveis para falar sobre as situações de violência que vivenciaram, bem como, sobre as formas de enfrentamento.

O trabalho com grupos é uma intervenção eficaz e demandada por mulheres que viveram experiências de abuso. Esse trabalho permite a criação e o fortalecimento das redes de solidariedade e apoio entre mulheres, o descobrimento de formas alternativas para resolução de conflitos, o compartilhamento e a validação de experiências, entre outros. A atuação na prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher também toma força a partir de redes de solidariedade que se complementam na tarefa de enfrentamento a situações complexas. Redes sociais ativas e sensíveis interagem com situações difíceis, envolvendo fenômenos de violência e criminalidade, com mais frequência e facilidade do que indivíduos isolados socialmente. Coletivizar a discussão também é um meio de dar visibilidade a temática, como instrumento de sensibilização, multiplicação de informações importantes e envolvimento de mais atores.

A equipe percebeu que foi assertiva a estratégia de aproximação das mulheres através dos grupos mobilizadores, uma vez que, dessa forma, foi possível conversar e refletir sobre os fenômenos de violência e criminalidade que perpassam as relações de gênero. Além disso, as mulheres também demandaram conhecer sobre os serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Assim, no dia 08 de outubro, na UPC Vila Pinho, ocorreu o grupo de finalização do Projeto Tarde com Elas, contando com a participação de cerca de 40 mulheres. Inicialmente, a equipe realizou uma dinâmica de apresentação para que todas as mulheres pudessem se conhecer e se sentirem mais à vontade no espaço coletivo. A dinâmica consistia em dizer o nome, bem como uma qualidade que a mulher acreditava ter que iniciasse com a letra do seu nome; apesar de singela, através dessa apresentação lúdica foi possível provocar as atendidas a perceberem qualidades e

valores positivos, tantas vezes esquecidos. Após esse momento, a equipe propôs uma atividade que tinha como objetivo ajudar as mulheres a identificar e diferenciar os tipos de violência: física, psicológica, moral, patrimonial, sexual; dos comportamentos saudáveis.

Muitas mulheres não conseguiam identificar algumas ações como situações de violência, e acreditavam ser comportamentos saudáveis, ou, dito “normais”. Outras mulheres já apresentaram conhecimento elucidado dos tipos de violência, e facilmente percebiam quais deles haviam vivenciado conforme suas trajetórias de vida. O positivo dessa atividade foi que as próprias mulheres auxiliavam as outras no momento do reconhecimento das ações e seu enquadramento como violência ou não, contribuindo para a desnaturalização da violência tão enraizada em uma cultura patriarcal.

Logo após, a PPVD explicou o trabalho desenvolvido na Vila Pinho e adjacências, bem como explanou sobre o ciclo da violência doméstica e apresentou os serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e como acessá-los. A complementação dos serviços durante a preparação e execução das intervenções foi de grande relevância para o êxito das mesmas.



Encontro sobre a Violência Contra a Mulher nas Relações que ocorreu em Outubro de 2019

A equipe do PMC percebe que através dessas ações foi possível proporcionar um espaço para identificação e desnaturalização das

violências; orientação sobre direitos e apresentação dos serviços da Rede de Atendimento à Mulher. As mulheres ofereceram encorajamento e suporte mútuo; contribuindo para a redução do isolamento social em que muitas mulheres se encontram, uma vez que foi possível aprender com outras participantes e partilhar estratégias de resolução de problemas. As comunidades como a área de abrangência da UPC Vila Pinho são marcadas, em sua maioria, pelo distanciamento entre polícias e moradores. Sendo assim, entendemos que a participação da PPVD no formato proposto contribuiu para a aproximação entre as mulheres e o grupamento, e para o acionamento posterior do serviço.

Por fim, cerca de metade das mulheres demonstraram interesse em continuar participando em grupos nesse formato, com a intenção de diminuir os impactos da violência em suas vidas e facilitar a construção de novas competências pessoais, relacionais e sociais para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como auxiliar outras mulheres na mesma situação.

Vulnerabilidades como fator de risco para a perpetuação da violência doméstica

*Ana Maria Brandão de Jesus*⁵⁷

*Francislaine Oliveira Soares Sampaio*⁵⁸

*Lana Carolina Alves Santos Nascimento*⁵⁹

*Poliana Cristina dos Santos*⁶⁰

*Valquiria Gonçalves Pereira Lomeu*⁶¹

O lugar da mulher na sociedade

Ao longo dos 13 anos de atuação na cidade de Ipatinga o Programa Mediação de Conflitos (PMC), política pública de recorte territorial executado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP - MG) tem recebido o público majoritariamente feminino. Destaca-se que a atuação do PMC é baseada na concepção da mediação comunitária, enquanto método de resolução pacífica de conflitos, no intuito de minimizar os riscos sociais e favorecer o enfrentamento às violências, comunitária e contra a mulher.

A busca da mulher por igualdade, liberdade e fraternidade, ao longo dos séculos, trouxe diversas contribuições e redefinições quanto ao comportamento e papéis sociais. Apesar dos avanços, observa-se que os homens continuam tendo um lugar social privilegiado, de superioridade e de força, principalmente quando o assunto em pauta é violência doméstica e familiar.

Desta forma, compreender a relação estabelecida entre os pares se faz de suma relevância para identificar a ocorrência de dominação pelo uso de violência, que resulta rotineiramente em relação abusiva. Há de se considerar diversos fatores que exercem influência sobre a forma do

⁵⁷ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Bethânia na cidade de Ipatinga/MG.

⁵⁸ Gestora Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Bethânia na cidade de Ipatinga/MG.

⁵⁹ Estagiária do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Bethânia na cidade de Ipatinga/MG.

⁶⁰ Supervisora Metodológica do Programa Mediação de Conflitos.

⁶¹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Bethânia na cidade de Ipatinga/MG.

sujeito lidar com a violência, dentre eles: herança familiar, social, formação da personalidade, seus grupos e classes sociais. Outros elementos que tendem a dificultar o rompimento do ciclo de violência são: sensação de culpa, medo, visão preconceituosa dos familiares e sociedade, sentimento de vergonha, status, dependência afetiva, econômica, fragilidade da lei, proteção à vítima e isolamento social (definida como a impossibilidade de poder partilhar, assumindo caráter de exclusão social e não pessoal).

Avalia-se que, embora seja um fenômeno social, as mulheres atendidas pelo Programa, se sentem limitadas em dialogar sobre a temática da violência doméstica em espaços públicos. Pode-se dizer que existe um inconsciente coletivo que tende a influenciar o lugar que a mulher precisa ocupar nos espaços, ou seja, o âmbito privado e não público, sendo um desafio romper com tais paradigmas, sobretudo quando se trata de violência simbólica ⁶² muitas vezes não reconhecida pela vítima como ato concreto.



Projeto Ponto Final, 2019

⁶² Lira & Veloso (2008) ao citar Bourdieu (1998), reforçam que a violência simbólica é praticada com a cumplicidade dos que sofrem e também pelos que exercem, na medida em que a vítima e agressor são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. Fato é que essa violência embora velada, tende a gerar tantos danos quanto as visíveis.

O Programa Mediação de Conflitos tem em sua concepção a perspectiva da utilização do método da mediação como ferramenta que possibilite a resolução de conflitos através do diálogo. No entanto, sem perder de vista o risco à integridade física e moral dos envolvidos, disparidade de poder e voluntariedade, com ênfase no empoderamento e emancipação da mulher. Nesta perspectiva, as equipes do Programa devem acolher as situações de violência, favorecer o acesso à rede de proteção (formal e informal), refletir acerca do fenômeno da violência e seus impactos e fomentar a ampliação de repertório frente às situações de violência.

Nota-se que independentemente do tipo de violência, esta tem perpassado diversos âmbitos, não havendo distinção entre classe social, raça e escolaridade. Em contrapartida, sabe-se que existe um perfil que tende a ser mais vulnerável a dada situação, principalmente no que toca a dependência econômica e emocional, podendo este ser um fator de risco⁶³.

Dependência econômica enquanto fator de risco

A dependência econômica foi identificada como um dos fatores de risco para perpetuação da violência doméstica e familiar nos casos atendidos pelo PMC Ipatinga, nos anos de 2018 e 2019. Ao analisarmos os dados do Programa, observa-se que mais de 50% dos casos de violência são domésticas e familiares contra mulher, sendo que, destes, cerca de 80% das mulheres relatam que a dependência econômica é um obstáculo para o rompimento do ciclo da violência, por acreditar que não teriam como sobreviver sem o auxílio do companheiro.

Outros fatores dificultadores são: inserção no mercado de trabalho (em que mais de 90% não trabalham), baixa escolaridade (em que 80% não concluíram o ensino médio), ausência de qualificação profissional e atribuições com a família e o lar. Tais dados corroboram com a leitura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) em que as mulheres têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho devido a sua obrigação com a família, lar e baixa escolaridade. Estes indicativos nos

⁶³ Segundo Maia et. al, 2005 ao citar Reppold et. al 2002, os fatores de risco são condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis. Dentre tais fatores encontram-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo.

fazem refletir sobre o quanto a violência doméstica e familiar precisa ser confrontada e prevenida, passando pela autonomia financeira e rompimento de várias barreiras sociais.

Constata-se então que a dependência econômica é um fator de risco para a perpetuação da violência doméstica. Sendo assim, a criação de mecanismo para auxiliar na autonomia feminina, com consequente inserção no mercado de trabalho ou geração de renda são de suma importância no apoio e proteção às vítimas. Diante do exposto, conclui-se que é necessário fomentar na rede de atendimento do Município de Ipatinga estratégias que favoreçam a autonomia e empoderamento feminino.

O impacto da violência na vida das mulheres vai além da dependência econômica e de sequelas emocionais, perpetuando fatores de risco, que muitas vezes levam as mulheres ao ápice da violência: o feminicídio. De acordo com o Atlas da Violência 2019, do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência, sendo provavelmente casos que decorrem de violência doméstica. Além de destruir milhares de vidas, a violência doméstica provoca danos físicos e mentais, dentre eles depressão e comportamentos suicidas.

De acordo com Gomes ((2018, p.56), conforme citado por Pedrosa (2009), “*A construção de uma ferramenta social para promoção da saúde e dos direitos das mulheres*”, afirma que a violência causa danos à saúde da mulher, de modo que exigirá apoio adequado tanto da rede de proteção informal, quanto formal. Dito isto, se faz necessário colocar um “ponto final” na violência doméstica e familiar, através da criação de mecanismos que favoreçam a independência econômica da mulher, por exemplo. Outro ponto, que deve ser trabalhado pela rede de proteção é o fortalecimento dessas mulheres para que elas consigam romper com a dependência emocional.

Dependência emocional e suas sequelas

No texto *Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”*, o autor Cortês afirma que muitas mulheres permanecem na relação por depender emocionalmente e financeiramente do companheiro. A dependência emocional pode interferir na decisão das mulheres em romper com a violência, uma vez que elas se sentem inferiores,

incapazes, com autoestima baixa, entre outros fatores, o que pode fazer com que se submetam a diversos tipos de violações. As vítimas que apresentam essas características geralmente não conseguem vislumbrar outras opções a não ser se manter no relacionamento abusivo. Há de se considerar o medo da solidão e a necessidade de se sentir amada e cuidada, o que contribui para a manutenção do ciclo da violência doméstica.

Outro aspecto importante destas relações é que geralmente o agressor é supervalorizado pela vítima, que tem medo de desagradá-lo e, como consequência, ser abandonada. Desta forma o parceiro utiliza de chantagens emocionais para manter-se neste lugar de dominação. É comum ainda o discurso da mulher de culpa pelas agressões e a esperança de que o autor mude, como pôde ser observado em relato de casos atendidos pelo PMC.

Tello, no texto *Dependência Emocional em Mulheres Vítimas de Violência do Parceiro*, afirma que a vítima pode suportar comportamentos que variam de pequenos desentendimentos por parte de seu parceiro até insultos, ofensas e agressões físicas, temendo que este possa abandonar o relacionamento. Também menciona que a dependência emocional pode ser a explicação para o cancelamento de processos legais e descumprimento de medidas protetivas.

Em situações de violência, nas quais algum órgão de proteção é acionado, é importante que seja realizado acolhimento adequado, respeitado o momento de fala da mulher, para que fortalecida, possa romper com o ciclo da violência. Dito isto, são indispensáveis as articulações e construções com a rede, no intuito de ofertar acolhimento e escuta qualificada, favorecendo que a vítima reflita quanto ao fenômeno vivenciado e visualize outras opções de resolução e saída dos conflitos, podendo este ser um caminho significativo na prevenção da violência.

Diante da complexidade desse contexto, segue relato de caso de duas vítimas de violência doméstica atendidas pelo Programa para dar concretude ao panorama apresentado até então.

Relato de caso

As demandas de violência doméstica chegam ao programa pelas atendidas de forma explícita, tendo como autores os companheiros, sendo solicitada orientação em meio ao cenário de violência. Na oportunidade,

elas são acolhidas e orientadas acerca do plano de segurança e ampliação da rede de proteção informal e formal, tais como: amigos e familiares, Delegacia de Mulheres, Polícia Militar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Unidade Básica de Saúde (UBS).

As atendidas narram que sofrem violência doméstica e familiar, sendo a dependência econômica fator preponderante a permanecer com o companheiro. Em um dos casos, além da dependência econômica, sobressai a dependência emocional.

Elas relatam que se dedicaram aos filhos e à casa, se abstendo da inserção no mercado de trabalho, tendo que lidar com a reprovação dos companheiros (reforçando que o lugar de mulher é em ambiente privado cuidando dos afazeres domésticos), dentre outros. Em construção da equipe com as atendidas, avaliou-se não ser interessante o espaço da mediação, tendo em vista relatos de violência física, psicológica e ameaça de morte.

No caso de Vilma (nome fictício), observa-se que, ao tentar romper com a situação de violência, surgiram novos conflitos em relação à guarda dos filhos, alienação parental, pensão e visitas. Na busca em ressignificar a violência sofrida, ela retorna ao mercado de trabalho e amplia a rede de proteção, sendo possível o registro da ocorrência, a medida de proteção e o acompanhamento psicossocial para o grupo familiar.

Já no caso de Paula (nome fictício), foi realizado registro da ocorrência, mas sem andamento no mesmo, tendo em vista o desejo de manter o seu casamento. Diante do exposto, a equipe refletiu quanto às escolhas e impactos na retomada do relacionamento abusivo, construindo encaminhamento para acompanhamento psicológico, tendo em vista danos em relação à saúde física e emocional, por sua vez sem adesão. Paula enfatiza que não vê a possibilidade de viver sem o companheiro.

Consta dizer sobre entraves em meio a condução dos casos. Na perspectiva de ampliar a rede de proteção informal, observa-se que as famílias não se responsabilizaram em auxiliar as vítimas. Já em relação à rede formal, salienta-se a visão preconceituosa de alguns profissionais e dificuldades em realizar registro dos fatos, tanto na Delegacia de Mulheres quanto na Polícia Militar. Desta forma, foi necessária articulação do Programa a fim de favorecer o acolhimento, a escuta e o registro da ocorrência para auxiliar no enfrentamento e rompimento do ciclo de violência.

Conclusão

Diante do exposto, salienta-se os desafios na condução de tais casos, que são atravessados pela perspectiva do tempo, definidos pelo sujeito, assim como suas escolhas frente às possibilidades de enfrentamento das violências. Além disso, destaca-se a morosidade de atuação da rede de proteção à vítima, a ausência de equipamentos públicos, a precariedade de políticas públicas que atuem diretamente neste contexto, o olhar estigmatizado dos profissionais para com as mulheres e a escassez de oportunidades de emprego. Estes entraves contribuem para a manutenção da dependência econômica emocional e para a perpetuação da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BACK, Larissa Brand; LISBOA, Teresa Kleba; SEBASTIÃO, Angelica Carlos. **Oficina de gênero com grupo de adolescentes e mulheres**. Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2009 17. Disponível em: <file:///C:/Users/seds/Downloads/34056-124937-1-PB.pdf>. Acesso em 18 de setembro 2019.

GOMES, Ingrid Raphaelle Rolim; FERNANDES, Sheyla C. S. **A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada**. Bol. - Acad. Paul. Psicol. [online]. 2018, vol.38, n.94 [citado 2020-06-23], pp. 55-66 .

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1415-711X.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: dezembro 2019

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Ipea, 2019

LIRA, Manoela; VELOSO, Ana. **A violência simbólica da Mídia contra a Mulher**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, PE. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0536-1.pdf> . Acesso em 18 setembro de 2019.

LISBOA, Teresa Kleba; SEBASTIÃO, Angélica Carlos; BACK, Larissa Brand. **Oficinas de gênero com grupo de adolescentes e mulheres**. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 7, n. 9, p. 01-11, jul. 2010. ISSN 1807-0221. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2010v7n9p1>>.

Acesso em: 18 set. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/1807-0221.2010v7n9p1>.

PASSOS, Izabel C Friche. **Violência e relações de poder**. Rev Med Minas Gerais 2010; 20(2): 234-241. Disponível em: [file:///C:/Users/seds/Downloads/v20n2a13%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/seds/Downloads/v20n2a13%20(2).pdf). Acesso em 18 de setembro 2019.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al . **A mulher e sua posição na sociedade**: da antiguidade aos dias atuais. Rev. SBPH, Rio de Janeiro , v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005 .Disponível em http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 set. 2019.

SILVA, Sergio Gomes da. **Masculinidade na história**: a construção cultural da diferença entre os sexos. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 20, n. 3, p. 8-15, Sept. 2000 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>.

SOUZA et al. Concepções a Respeito da Violência Doméstica e Familiar Apartir das Oficinas Realizadas pelo Núcleo de Estudos de Violência Contra a Mulher. NEVICOM. 14º CONEX-Apresentação Oral – Resumo Expandido. SOUZA, Marina Haline et all. Disponível em: https://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2016/anais2016/1104-4716-1-PB-mod.pdf. Acesso 18 de setembro de 2019

Violência Contra a Mulher: Sensibilizações e Enfrentamentos

André Lemos de Souza⁶⁴

Maíra Michele Santana de Jesus⁶⁵

Renata Elisa Feitosa Brust⁶⁶

A construção do projeto:

Construído em parceria com a ONG Associação Integração Mulher no bairro Jardim Canaã de Uberlândia, o grupo reflexivo acontece quinzenalmente com a duração de duas horas. O trabalho iniciou-se a partir da leitura da equipe, desenvolvida com base em atendimentos e conversas com a rede. Observamos que havia uma demanda frequente de mulheres em conflitos intrafamiliares e sofrendo violências em diversos sentidos. Decidimos compartilhar com elas que essa era uma demanda que enxergávamos em comum a várias delas e, em parceria com a ONG, as convidamos a participarem da construção de um espaço para discutir sobre isso de maneira coletiva.

No encontro inicial com o grupo foram levantadas várias possibilidades de temas para serem trabalhados, a partir das necessidades e interesses das participantes e montamos um cronograma a ser desenvolvido ao longo do tempo, para que as temáticas discutidas em grupo evoluíssem no sentido de uma continuidade. Ao longo dos encontros, no entanto, percebendo a rotatividade das mulheres que participam, essas temáticas foram ganhando ajustes. Assim, motivados pelas discussões de cada um dos momentos de partilha, definimos que na medida em que elas anunciassem temas a serem trabalhados a gente se organizaria para atender essa demanda. Até o momento, já foram realizados oito encontros nos quais discutimos: 1) os papéis de gênero e violência conjugal; 2) o cuidado nas relações interpessoais e as violências do cotidiano que se manifestam a

⁶⁴ Analista Social no Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Jardim Canaã na cidade de Uberlândia/MG.

⁶⁵ Estagiária no Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Jardim Canaã na cidade de Uberlândia/MG.

⁶⁶ Analista Social no Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Jardim Canaã na cidade de Uberlândia/MG.

partir de estigmas e preconceitos; 3) confiança em si e no outro como uma forma de proteção; 4) os julgamentos e as cobranças sociais do ser mulher; 5) discussão sobre feminicídio; 6) depressão e violência auto infligida; 7) autocuidado, o que é e o que podemos fazer?; 8) os desafios da comunicação para lidar com os conflitos.

Dessa forma, na garagem improvisada da ONG, as cadeiras em roda expressam o formato de corresponsabilidade, informalidade, autonomia e diálogo transparente. Ambiente profícuo, horizontal e convidativo para que a Mediação Comunitária possa acontecer! No entanto, não podemos deixar de considerar que, em contrapartida, o grupo expressa as verticalidades de um mundo exterior, que sabemos ser bastante desigual, opressor e silenciador. E diante disso, nos perguntamos: como favorecer a criação de um espaço verdadeiramente comunitário e que trate de temas relacionados à segurança pública cidadã a partir dos princípios da mediação? Como produzir um coletivo que ao menos e a princípio, naquele lugar, se sinta encorajado a falar, com liberdade e autonomia? Muitos são os desafios, um deles é o de conseguir lidar com as diferenças (de idade, econômica, crenças, demandas) e construir caminhos possíveis!

Como é feito:

A forma como trabalhamos visa estimular diálogos, com o intuito de favorecer que todas se expressem e com respeito ao lugar de fala de cada uma. A proposta é contribuir para que as intervenções não fiquem centralizadas nos facilitadores e sim que todo o grupo seja corresponsável pelas trocas ali produzidas. Para auxiliar no direcionamento da conversa, o grupo inicia-se a partir da apresentação do tema que será tratado e um recurso estético que estimule o diálogo. As dinâmicas, poesias, vídeos, notícias, músicas, brincadeiras e provocações dão o tom do trabalho, mas as histórias contadas pelas participantes é que costuram e dão fluidez às ricas conversas que, muitas vezes, são extremamente desafiadoras. Depois disso, todas têm a oportunidade de falar e refletir juntas sobre as perdas e ganhos, potências e consequências das diversas formas de pensar. Assim, o grupo busca cuidar dos afetos e construir caminhos.

Por si só, esse coletivo configura-se como uma prática que fomenta o capital social desta comunidade, apresentando-se como um fator de

proteção, na medida em que é um espaço de acolhimento e cuidado mútuo ao qual as mulheres do bairro podem recorrer em momentos de necessidade. No entanto, por vezes, a discussão toma rumos que fogem à temática principal. Apesar disso, entendemos também que discutir e trabalhar temas “periféricos” às questões de violência propriamente ditas, permitem, em uma conversa descontraída, o aflorar de conflitos mais profundos. Trabalhando essas questões, desenvolvemos vínculos e potencialidades individuais e coletivas necessárias à prevenção e à segurança cidadã a partir da valorização do sujeito para além de suas demandas, mas inserido em um contexto social que é dinâmico e ao mesmo tempo específico. Aos poucos, uma e outra se soltam e assim contam suas dores, dissabores e traumas. Com a mesma força também aparecem os sorrisos, as potências, os desejos e as experiências de superação. Esse é o lugar para isso! Todas se respeitaram, escutam, falam, se apoiam, abraçam e encorajam. Assim caminhamos!

Para elas:

Acolhimento, aprendizado, diversidade, felicidade e gratidão são algumas palavras que apontam para os sentidos de participarem do grupo e também expressam importantes componentes da mediação comunitária.

Acolhimento: “Eu tenho me sentido cada vez mais acolhida” diz uma participante que também não esconde o quanto se sente importante naquele espaço, pois todas têm a igual oportunidade de falar e de serem escutadas, independente das diferenças e por causa delas, inclusive, construindo vínculos entre si e assim fortalecendo a rede de proteção que as cerca. Percebemos que essa é uma das maiores potências do grupo, que além de trazer um espaço de escuta e diálogo permeado por diversas reflexões, traz, através dos vínculos ali criados, novas possibilidades de estar no mundo, com mais recursos e ferramentas para lidar com as questões os problemas que a vida coloca.

Diversidade: “as histórias são diversas e isso tem nos motivado a continuar a caminhada”, porque no grupo, as diferenças não são vistas como uma ameaça, mas como potência e alternativas que se colocam como exemplos e referências para outras respostas, enquanto ações sobre o mundo. Olhar para outras histórias e formas de encarar as violências e

dificuldades enfrentadas é uma forma que elas vêm de se motivarem a seguir.

Aprendizado: “*os profissionais nos ouvem e nos dão uma outra visão também*”. O aprendizado se dá na relação e assim surgem novas visões, a criação de outros futuros possíveis, novas formas de lidar com os problemas, um olhar diferente para cada situação...

Felicidade: “*Lá eu tenho aprendido a ver como eu posso ser feliz comigo mesma e com o outro também*”. Porque ser feliz também é algo que se aprende, descobre-se, desperta!

Gratidão: “*se eu pudesse resumir aquele lugar e tudo que eu vivo lá seria, gratidão!*”. Agradecer é uma forma de retribuir o cuidado que recebem e dão umas às outras e de manifestar que o grupo é importante para elas.

Para nós:

Mais perguntas que respostas: como tratar de questões tão delicadas de um jeito que se traduza em potência? Quais reflexões são realmente úteis? O que depende de nós e o que depende das outras participantes? Como provocar movimentos de consciência que permitam outros lugares, relações e possibilidades de vida para essas mulheres? Como acolher e deslocar, de maneira produtiva e que faça sentido para elas, as diversas violências que trazem nos relatos de suas experiências? Como construir coletivamente caminhos de proteção e prevenção?

Diversos questionamentos nos atravessam e também nos movimentam antes, durante e depois dos encontros. As reflexões também cabe a nós, que crescemos e aprendemos continuamente buscando qualificar nosso trabalho com esses e outros grupos que o cotidiano da Prevenção coloca a nós como necessidade de intervenção.

Aprendemos, por exemplo, que abordar situações práticas que fazem parte do cotidiano, como notícias e dados reais das condições de vida dessas mulheres, somados a disparadores artísticos como músicas e outros recursos estéticos, afetam e aquecem o grupo para as conversações que virão em seguida. Aprendemos também que boas questões e problematizações, tais como “o que sentiram?” ou, “me explique melhor o que isso significa para vocês?”, “será que sempre foi ou tem que ser assim?”,

enfim... Perguntas que movimentam e deslocam sentidos e afetos arraigados, mobilizam mais do que longos e bem preparados discursos ou palestras. Aprendemos também, que o embate ou confronto nem sempre é o melhor caminho, que as verdades não estão prontas e acabadas, que as experiências constroem a diversidade e que a transformação não se dá de um dia para outro, mas nada como uma boa conversa para que o primeiro passo em direção a uma vida melhor seja dado.

Com o tempo, também percebemos que a frequência dos grupos e a consolidação do espaço permitiu que as mulheres referenciassem o grupo como um lugar seguro e ao mesmo tempo desafiador, que acolhe e faz crescer, no desenvolvimento pessoal de cada uma delas e também do vínculo que acabaram construindo entre si, de forma espontânea, pela própria atividade de estarem sempre ali e juntas vivenciando essa experiência, se tornarem amigas e parceiras. São algumas pistas que na prática pudemos encontrar para todas as questões que o fazer do grupo nos traz. Restam ainda, muitos incômodos e caminhos a serem trilhados. Afinal, sempre seremos os de fora, com outra linguagem e experiência, e pretendemos, nessa diferença e apesar dela, construir novos sentidos junto a elas, novos espaços de proteção e empoderamento. Por fim, a cada semana aprendemos um pouquinho mais sobre esta comunidade e as diversas formas de facilitar os diálogos, de acolher e criar vínculos com potencial de transformar vidas.

Potencialidades do Programa Mediação de Conflitos no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

*Edlaine Gonçalves da Silva*⁶⁷
*Joice de Oliveira Rios*⁶⁸

A atuação do Programa Mediação de Conflitos junto à rede local na perspectiva de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher

Pensar a prevenção às violências e à criminalidade num contexto social tão complexo, em que vivenciamos um agravamento da violência contra a mulher torna-se desafiador. O Programa Mediação de Conflitos (PMC), na busca por intervir na sociabilidade violenta promovendo o diálogo, tem pautado essa discussão e se orientado para uma efetividade no atendimento às mulheres vítimas, com vistas ao enfrentamento da violência sofrida.

A violência doméstica aparece nos atendimentos do Programa Mediação de Conflitos de forma recorrente, podendo ser explícita, mas principalmente implícita e naturalizada nas relações entre os indivíduos. O atendimento a esses casos ocorre normalmente com a mulher, de maneira bem cuidadosa, possibilitando a criação de vínculo com a equipe e possibilitando problematizar a violência nas suas mais diversas formas e os meios de enfrentamento como a rede de proteção. Trabalhamos com essa mulher o que ela dá conta de fazer naquele momento, o ponto de partida para o registro da ocorrência policial e pedido de medida protetiva. Demais encaminhamentos são feitos a partir dessa autonomia que vai sendo gerada e do fortalecimento dessa mulher diante das suas próprias questões e vulnerabilidades.

O que se percebe durante os atendimentos é que muitas mulheres conseguem ressignificar a violência que sofrem, a ponto de romper o ciclo, mas há também aquelas que não conseguem sequer registrar um boletim de ocorrência. E muitos fatores contribuem para que elas se mantenham na situação e perpetuem o silêncio.

⁶⁷Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Ribeiro de Abreu na cidade de Belo Horizonte/MG.

⁶⁸Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Justinópolis no município de Ribeirão das Neves/MG.

São diversos os impasses que se apresentam no atendimento a essas vítimas, ligados a questões culturais e também à condição socioeconômica no qual muitas vezes a mesma não tem renda ou pessoas próximas que possam auxiliar como uma rede afetiva de apoio. Dessa forma, é importante realizar uma cuidadosa escuta, de forma a perceber fatores de risco e proteção, bem como trabalhar com elas os tipos de violência e o ciclo da mesma, pois muitas mulheres conseguem identificar apenas as violências físicas. Recebemos diversos casos em que há explícita violência psicológica, ameaças, dentre outras, mas que as atendidas não identificam a violência pelo fato de não ter havido agressão física.

Para tanto, a atuação do Programa Mediação de Conflitos em rede tem sido fundamental para o recebimento e acompanhamento adequado dos casos, considerando suas especificidades territoriais e a própria dificuldade que muitas vítimas possuem em sair do ciclo de violência, necessitando de uma atuação conjunta para promover esses meios de enfrentamento. É de suma importância estar sempre em discussão com os equipamentos e comunidade sobre a prevenção da violência doméstica como forma de fortalecimento das mulheres. Além disso, a violência contra mulheres é um problema cultural, fruto de uma sociedade baseada em princípios do patriarcado que tende sempre a inferiorizar o feminino, tornando-se hoje um dos maiores problemas sociais no Brasil.

No PMC, ao atender uma mulher que traz relatos de violência, busca-se realizar um trabalho de orientação em relação à violência sofrida, mas também encaminhar as outras demandas trazidas. A equipe apresenta à mulher os equipamentos da rede especializados em lhe garantir proteção, como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, e mostra outras possibilidades, como de acompanhamento psicológico, acesso a benefícios socioassistenciais, acompanhamento pela saúde, inserção no mercado de trabalho, assistência jurídica gratuita, etc. Informamos sobre o trabalho realizado por cada instituição, endereço, horário de funcionamento e sempre que possível, principalmente quando os equipamentos são localizados no território (Centro de Referência da Assistência Social, Centro de Saúde, Organizações Não Governamentais), a equipe realiza contato direto para apresentar e discutir o caso, bem como realizar os encaminhamentos. A partir disso mantemos contato constante com essas instituições para trocarmos informações sobre o andamento do caso.

Discutir o tema com a comunidade e com a rede faz com que o assunto tenha visibilidade e cada vez mais mulheres tenham acesso às informações sobre formas de denunciar, políticas públicas voltadas para esse assunto e qual a rede de atendimento procurar caso sofra algum tipo de violência, visto que silenciar-se diante do fato é uma prática constante entre as vítimas. Os debates sobre a temática funcionam, ainda, como um fator aliado à prevenção, no intuito de conscientizar a população sobre o aumento do número de casos e formas de evitar novas ocorrências. No PMC buscamos realizar essas discussões em nossos Projetos Temáticos e Ações de Organização Comunitária. Ambas são formas de intervenção do programa com os moradores dos territórios pertencentes à área de abrangência de atendimento. São ações construídas em parceria com a comunidade, que também buscam identificar fatores de risco e proteção.

Promover a discussão no âmbito do Programa Mediação de Conflitos contribui para mostrar a relevância do trabalho desenvolvido pelo programa no atendimento às vítimas de violência doméstica que chegam ao serviço. Sabemos que hoje existe uma importante lei que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha. Isso possibilita o direito de registrar um boletim de ocorrência, solicitar medida protetiva, dentre outros direitos assegurados de forma imediata. No entanto, é necessário o acompanhamento sistemático a essas mulheres, posterior ao registro da ocorrência. De forma concreta, trata-se de pensar a intervenção do Programa de forma indissociável da rede local, municipal e estadual, entendendo que, essa mesma mulher vítima transita por outros locais, nos quais a violência sofrida pode tornar-se explícita antes mesmo de acessar o atendimento do Programa. Compreender o trabalho em rede torna os encaminhamentos assertivos e as intervenções interligadas promovendo de fato a prevenção e/ou enfrentamento às diversas violências que podem estar em curso.

As políticas públicas precisam estar interligadas e mostra-se de grande importância que haja diálogo entre elas para que a atendida tenha acesso integral aos seus direitos. O que se percebe hoje é uma fragmentação das mesmas, no qual o cidadão vive uma peregrinação pelos equipamentos em busca de atendimento e cada setor não consegue exercer a prática do diálogo com outros atores da rede de serviços.

Dessa forma, é importante que o trabalho com foco na autonomia da mulher vítima de violência seja priorizado, para que a mesma consiga superar a violação de direitos sofrida. Além disso, fortalecer o trabalho em rede, articulando o atendimento com as outras políticas sociais como educação, trabalho e habitação. Como visto anteriormente, muitas vezes o aspecto financeiro impede que mulheres saiam dos relacionamentos abusivos. O trabalho integrado entre os equipamentos da rede contribui para que a mulher possa sair do ambiente violador, visto que ações de proteção e superação não são de competências apenas do Programa Mediação de Conflitos.

As possibilidades de intervenção conjunta a partir das construções com a Rede

Exemplificando o que foi explanado, há o registro de um caso atendido pela equipe de analistas do PMC Ribeiro de Abreu, no qual a vítima procura o programa a partir de um encaminhamento de uma ONG atuante na comunidade, após a percepção da equipe de hematomas no rosto da mulher usuária do serviço. Num contexto de sociabilidade violenta dessa comunidade, da própria reverberação do machismo e do prévio conhecimento da relação familiar num contexto de constante ameaça a que essa mulher estava submetida, as profissionais da ONG em questão apresentam uma atuação um tanto quanto interessante. Em um certo momento é explicado verbalmente a essa mulher sobre o Programa Mediação de Conflitos como local de acolhimento e atendimento possível. No entanto, nenhum papel lhe é entregue, foi anotado em outro documento dela o telefone de contato da unidade, de forma a não levantar suspeitas desse companheiro que tinha o hábito de vasculhar seus pertences. No dia em que houve o acirramento da violência e inclusive ameaça de morte, a vítima lembrou-se do telefone e entrou em contato imediatamente com o PMC, possibilitando uma rápida intervenção da equipe, o que resultou no abrigo da vítima como meio de proteção. Tal fato reforça algo muito importante dentro do programa, que é a construção conjunta com a atendida. Ela é parte ativa em todo processo e todas as decisões e encaminhamentos são construídos com elas, levantando estratégias de proteção.

Vale ressaltar que anterior a esse momento descrito, há uma aproximação do Programa com a ONG, no qual foram realizadas reuniões para que o trabalho da instituição fosse apresentado à equipe técnica do Mediação de Conflitos. Posterior a isso, houve participação do PMC nos encontros de mulheres promovidos por esse ator da Rede, bem como a construção de fluxos para encaminhamentos. Atualmente existe uma parceria consolidada principalmente na condução de casos de violência contra mulher.

Esse exemplo nos permite perceber a importância da mediação comunitária nos processos de desconstrução do ciclo da violência. É preciso compreender a história de cada mulher, mas também o contexto em que está inserida, além de compreensão das violências sofridas, o que é muito relevante para que a família compreenda como se iniciaram as violências e porque utilizam essa forma para lidar com suas questões, tendo como apoio políticas públicas que contribuam para esse processo.

Diante de todas essas informações, percebemos como possibilidade um acompanhamento da equipe do Programa Mediação de Conflitos, no qual a atendida poderá dizer da violência que sofre, de forma que a equipe possa compreender seu contexto familiar e conduzir o caso juntamente com a mesma e com outros atores envolvidos, para superação da situação de vulnerabilidade na qual se encontra. Tais articulações, qualificam o atendimento ofertado e demonstram que cada serviço possui seu papel na condução de um caso.

Considerações finais

Foi possível perceber que o fenômeno da violência é algo complexo e exige um cuidadoso trabalho com as mulheres que vivenciam essa situação, construindo vínculos através dos atendimentos, do acolhimento e de um processo reflexivo com as mesmas. Por outro lado, os homens não podem ser excluídos desse processo, sendo necessário pensar como atendê-los, outro desafio que se coloca ao PMC. É imprescindível que os homens também possam entender esse fenômeno e construir saídas alternativas ao uso da violência.

Entendemos que há um tabu em se falar de violência e principalmente numa cultura em que há dificuldade em se abordar o objeto em questão, tornando-se ponto sempre presente nos atendimentos do PMC: a

desnaturalização da violência e a desconstrução do discurso machista e patriarcal, por se tratar de algo estrutural, portanto enraizado nas relações. Faz-se necessário um cuidado na condução dos casos, pois a mulher não pode ser ainda mais responsabilizada e culpabilizada devido às situações de violência a que está submetida. E isso também precisa ser dialogado constantemente com a rede de proteção social, sendo construído antes, durante a condução dos casos e depois, para alinhamento das ações futuras.

É fundamental como programa, desenvolver estratégias junto à rede presente nos territórios, a fim de potencializar as intervenções do programa tanto nos atendimentos individuais quanto nas ações comunitárias, com vistas ao enfrentamento conjunto e articulado da violência contra a mulher. Foi possível perceber a importância do trabalho intersetorial com outras políticas sociais, como saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, dentre outras, na busca de um atendimento integral e de qualidade, entendendo a família em suas especificidades, variedades, organização, bem como conhecer o território em que aquele atendido e serviço está inserido. Essa articulação fortalecerá a autonomia, protagonismo e emancipação das mulheres, contribuindo para a saída do ciclo de violência. Atuamos, enquanto Programa Mediação de Conflitos numa perspectiva de segurança pública cidadã, na complexidade do fenômeno que é a violência doméstica, compreendendo também a relevância de cada vez mais discutirmos o tema em comunidade e em rede, como meio de prevenção. Outra prática é a de fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para o atendimento e empoderamento da mulher no território, e ainda, ser parte integrante e ativa da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher nos municípios.

De fato, são diversos os desafios e muitas as potencialidades e possibilidades de atuação nos campos macro e micro. É fundamental, portanto, o trabalho informativo, preventivo e em rede, para que as pessoas adquiram novos repertórios possíveis, a fim de resolver seus conflitos que não seja através da violência.

“E Quem Irá Dizer que Não Existe Razão?”⁶⁹

*Lorena Silva Anuniação Lazarino*⁷⁰

O que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos. Sem que digam: "Se eu fosse você" A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito. A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina. Não aprendi isso nos livros.

Aprendi prestando atenção. (Rubem Alves – O amor que acende a lua)

Narrativa

Abro este trabalho com uma narrativa. Os nomes dos atendidos e das cidades foram modificados para preservar o sigilo.

Entra um casal na sala de atendimento ⁷¹com um filho. A mulher, Sra. Mônica⁴, não levanta a cabeça, não olhava em nossos olhos, apenas ouvia o que respondíamos sobre direitos e serviços, estava em silêncio, porém atenta. O homem, Sr. Eduardo, ansioso e agitado, relatou a demanda e fez diversos questionamentos. O filho, Eduardo Jr., 18 anos, possui retardo no desenvolvimento da fala e coordenação motora.

Eduardo conta com orgulho a sua história: “a gente morava em um bairro perigoso da cidade de Luzilândia, colocavam armas nos buracos da minha parede a noite. Mas com a graça de Deus, ganhei na loteria e com o dinheiro do prêmio mais uma quantia do acerto do trabalho, conseguimos comprar nossa casinha no centro de Atlanta, e durante estes últimos

⁶⁹ Trecho da canção "Eduardo e Mônica" composta por Renato Russo e lançada em 1986, no álbum Dois, do grupo Legião Urbana pela gravadora EMI.

⁷⁰ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Nova Contagem no município de Contagem/MG.

⁷¹ O Programa Mediação de Conflitos (PMC) integra a Política de Prevenção à Criminalidade desenvolvida no Estado de Minas Gerais, coordenada pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade. É por meio dos atendimentos, individuais ou coletivos, que o PMC visa alcançar os objetivos traçados pela Política de Prevenção à Criminalidade.

15 anos fizemos muitas melhorias na casa. Hoje é a casa mais bonita da rua.”

Em contrapartida, Eduardo demonstra tristeza e raiva ao contar que quando chamou a Polícia e relatou o conflito de vizinhança, o policial recomendou que vendesse sua casa. Ele incrédulo tendo em vista que considera aquele imóvel sua maior conquista, o lar da sua família e ali em cada cômodo estava seu suor e sua história. Assim, Eduardo conta alguns episódios de discussões com os vizinhos, apresenta-se extremamente chateado: "Chamaram minha mulher de macaca, que seu cabelo era duro! Jogaram água com a mangueira de madrugada dentro do meu lote no meu cachorro porque ele latia, jogaram água na minha mulher. Ficam rindo do problema do meu filho". Eduardo relata o sofrimento de Mônica, contudo ela permanece calada, inclusive quando perguntamos os dados pessoais, documentos e questionário socioeconômico.

Eduardo possui diversos problemas de saúde, diabetes, pressão alta, muito ansioso, tem a fala acelerada. É necessário tempo para ele se acalmar. Eduardo e seu filho estão sempre juntos, Eduardo é aposentado e o filho recebe benefício⁷², que juntos constituem a renda da família. Mônica não teve experiências externas de trabalho, cuidou sempre do lar e da família. Convidamos o vizinho, que comparece e após alguns atendimentos, consegue dizer de situações que incomodam sua família e, sobretudo, entender Eduardo e sua família. Realizamos a mediação entre os dois vizinhos que constroem juntos acordos com relação a festas, dias de jogos de futebol, animais e principalmente o respeito entre eles e suas famílias.

Cinco meses depois, Eduardo chega para um atendimento, sem horário marcado, na urgência dos seus sentimentos. Diz que queria falar. Escutamos. Eduardo fala: "vou passar o facão na Mônica". Conta que foi traído por ela, e depois de vinte e cinco anos de casamento não admitira ser o "cornô". Após nosso acolhimento, e ele conseguir dizer dos seus sentimentos, angústias, apresenta-se mais tranquilo e pede nossa ajuda. Conversamos sobre sentimentos e necessidades, bem como problematizamos

⁷² O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade.

brevemente a responsabilização e consequências dos seus atos. Nesse sentido, seguimos com atendimentos semanais.

Convidamos Mônica, conta que depois que veio ao Programa, naquela ocasião do conflito de vizinhança, pensou muito sobre o que falamos, sobre a vida, decidiu procurar emprego, conseguiu como faxineira no depósito duas vezes na semana, parou de fazer todos os afazeres domésticos, começou a pensar que Eduardo poderia também fazer às vezes o café, depois de 25 anos de casamento começou a pensar que ela não era a única responsável pelos afazeres domésticos, que poderia discordar do que Eduardo a mandava fazer silêncio. “Posso dizer?” Pergunta Mônica. Respondemos transmitindo confiança e sigilo. Mônica, então, relata episódios de violência doméstica que sofreu durante todos estes anos. “Essa marca? Foi o ferro que ele passou em mim ...” “Essa cicatriz? Ele me jogou no móvel ...”. Conta que nunca tinha contado para ninguém, que não queria incomodar sua família e não sabia o que e como podia fazer. Esta mulher esteve sempre calada, com a cabeça abaixada, dentro de casa.

Continuamos os atendimentos individuais separadamente durante algumas semanas. Eduardo nunca disse abertamente sobre as violências, mas construímos estratégias, principalmente relacionado à privacidade dele e do filho, como não viver em função do filho ou monitorar a esposa, de que trabalhar fora de casa não significaria traição, de que sair de casa não significaria traição, que ele poderia lavar uma roupa e fazer o café às sextas, relembrar situações que gostava:

- O senhor gosta de fazer o que?

- Meu filho...

- Não, o senhor...

- Ah, a Mônica usa celular.

- E o senhor? O que gosta?

Silêncio.

- Gostava de deitar na rede e ouvir meu radinho.

- Então talvez fosse uma possibilidade para quando ficar nervoso.

Fizemos vários combinados. Existia vínculo, escuta, respeito e confiança, e somente com estes elementos foram possíveis tais construções. Com Mônica também construímos estratégias de apoio e proteção, trabalhamos empoderamento e possibilitamos acesso à informação e direitos, entendendo Mônica como protagonista da sua narrativa, respeitando o

seu desejo, no seu tempo, dentro da comunidade e história que vivia. Ela não queria sair de casa, não queria fazer denúncia, possuía um sentimento autêntico e sincero de gratidão e de cuidado com Eduardo. É assim, em cada encontro, em cada atendimento, surge o novo, o inesperado, surge o amor. Não temos respostas prontas, não existe uma receita pronta para cada situação. Existe escuta. Acolhimento. Afeto. Cada caso de violência está repleto de suas singularidades, desafios e possibilidades.

Eduardo e Mônica continuaram morando juntos. Ela mudou de quarto e passou a dormir sozinha. Quando Eduardo ficou nervoso, ela foi para o seu quarto e ele para a rede. Depois de algumas semanas após encerrarmos os atendimentos, Mônica retorna ao programa, nos abraça, olha nos olhos, e agradece, já tem orgulho de ser uma mulher preta periférica. Continua trabalhando, tem um celular e entende que pode ir aonde quiser e escolher o que quiser.

Eduardo retorna ao programa fazendo planos de viagem com o filho, e de ir ao campo de futebol, conta que chamou Mônica para ir ao parque pela primeira vez e ela não quis, e ele entendeu que as marcas ainda não saíram e talvez nunca saiam, mas é preciso construir novas possibilidades de escrever a história.

Considerações

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”
 Provérbio africano (Mia Couto – A confissão da leoa)

A narrativa que abre este trabalho traz em seu bojo situações de violações e violências relatadas em atendimentos no Programa Mediação de Conflitos, ilustra uma mulher que não conseguia compreender e nomear estes atos, e, em cada vivência, como resposta do seu sofrimento, conseguia apenas o silêncio.

Nesse cenário, vale ressaltar a importância de escutar o atendido, com as suas especificidades, visto o Programa Mediação de Conflitos como um dispositivo que sustenta a singularidade, e que, portanto, não pretende normatizar sujeitos e comandar no saber do outro, mantendo vivo o compromisso com a segurança pública cidadã.

Nesse sentido, percebemos que o fato de estabelecer uma classificação da violência, rótulos como “agressor” e “vítima”, assim como encaminhamentos automáticos para respostas punitivistas, coloca o atendido a um sistema de leis e de regras que lhe escapam e inicia assim um processo que levará logicamente a outras espécies de violência.

Desse modo, a escuta baseada no comando de excluir a subjetividade desvia o atendido do seu próprio sofrimento. Em contrapartida a escuta que o Programa propôs no caso narrado, demonstra que possibilita o resgate da história e desejo do sujeito, produz subjetivação, e com isso, que o atendido esteja fortalecido e seja protagonista das suas escolhas. Cabe salientar, ainda, que as intervenções embora pareçam sutis ou simples, identificamos que trazem reposicionamentos significativos para os sujeitos e suas trajetórias. Assim, é imprescindível que nós, profissionais da segurança pública cidadã, estejamos atentos à nossa prática, na luta constante por um fazer que tenha em seu cerne a ruptura constante das violências.

O Trabalho do Programa Mediação de Conflitos com Homens Autores de Violência

*Bárbara Bonutti Moura*⁷³

*Edlaine Gonçalves da Silva*⁷⁴

*Mariana Gualberto da Silveira*⁷⁵

No Programa Mediação de Conflitos (PMC) trabalhar com a temática da violência contra a mulher se transformou em algo rotineiro. As experiências que as equipes enfrentam têm suas semelhanças: a identificação da violência durante os atendimentos como subtema e os recortes de raça, classe e gênero, que por vezes dificultam ainda mais a saída da mulher do ciclo da violência. A prática, em conjunto com as teorias e capacitações, trazem pontos que conduzem o atendimento: o acolhimento, a escuta ativa e empática, o fortalecimento da atendida, a utilização de uma linguagem acessível, o trabalho em rede, o ciclo da violência e seus tipos são exemplos disso. A compreensão do papel do homem nesse ciclo se destaca como algo importante a ser trabalhado especialmente durante os atendimentos.

No entanto, são muitos os desafios encontrados nos atendimentos individuais aos mesmos. Atualmente o público majoritário do Programa Mediação de Conflitos é feminino. Ainda são elas que procuram, em maior número, para relatar situações de conflitos, violências e solicitar orientações. No caso do PMC Ribeiro de Abreu, temos uma maior participação de homens nos atendimentos coletivos e de organização comunitária, dizendo de questões e trazendo demandas relacionadas à infraestrutura pública. Entendemos que está muito arraigada a questão do público como algo para os homens e o privado sendo para mulheres, uma lógica baseada em uma cultura machista e patriarcal.

Mostra-se importante identificar formas de trazer os homens para discutir outras temáticas e participar das ações do programa,

⁷³ Estagiária no Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Ribeiro de Abreu na cidade de Belo Horizonte/MG.

⁷⁴ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Ribeiro de Abreu na cidade de Belo Horizonte/MG.

⁷⁵ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Ribeiro de Abreu na cidade de Belo Horizonte/MG.

principalmente em debates que pautem a violência no território onde vivem e nas suas relações nesse contexto. Seria uma maneira de poder discutir a construção social da masculinidade, possibilitando a desconstrução de padrões culturais tóxicos, além de envolvê-los em temáticas como a violência contra mulher e formas alternativas de resolução de conflitos.

Durante os atendimentos no PMC percebe-se um posicionamento de subalternização das mulheres por parte dos homens e dificuldade em reconhecer determinados comportamentos sexistas (como quando delegam somente às mulheres a responsabilidade pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos). Quando são convidados como pessoa envolvida no conflito (2ª parte) demonstram bastante resistência em vir para o atendimento. Quando comparecem a equipe percebe grande dificuldade para discutir o machismo, que por ser introjetado na construção social dos homens em geral, acaba limitando o olhar para outras formas de se relacionar. Têm se mostrado de grande importância discussões e formações para proporcionar um conhecimento à equipe na condução dos casos, de modo a possibilitar um espaço de escuta e reflexão a esses homens, uma forma de se fazer prevenção.

Com os encontros de formação e as Supervisões Temáticas, as equipes do Programa Mediação de Conflitos podem se capacitar cada vez mais. Sabemos que muitos homens chegam ao PMC e muitas vezes nem sequer sabem o que é violência (reconhecem como violência apenas a agressão física) ou não conseguem entender que estão cometendo algum tipo. Acreditamos que o papel do programa seja identificar quem são esses homens, e a partir dessa identificação buscar formas de intervenção para fazê-los repensar e entender sobre violências e a partir daí não praticá-las.

Uma importante experiência foi a participação em uma Supervisão Temática conduzida por uma analista do Programa CEAPA (Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas). Tal supervisão permitiu conhecer o trabalho realizado pelo programa em relação aos homens envolvidos em situações de violência contra a mulher e suas dificuldades enfrentadas. Pôde-se perceber que o trabalho realizado pelo PMC é bem parecido com o realizado pela CEAPA: engajar o atendido em uma reflexão sobre violência, buscando identificar tipos, formas de expressão, estruturas desiguais entre homens e mulheres, entender o contexto em que ele está inserido, identificar de que forma a violência perpassa sua história,

falar sobre questões de gênero desconstruindo determinadas crenças (ex: homem não chora), oferecer espaço no qual possam falar de seus sentimentos e por fim, construção de possibilidades para resolução de seus conflitos que não seja pela via da violência, considerando o diálogo, a escuta, empatia.

No Ribeiro de Abreu tem sido possível pautar, mesmo com os desafios apresentados anteriormente, as masculinidades com nossos atendidos. Em um caso específico atendemos o homem autor de violência, no qual realizávamos problematizações durante os atendimentos sempre na perspectiva de construir alternativas ao uso da violência. Por diversas vezes a equipe precisou intervir no conflito no momento em que ele estava acontecendo e foi possível perceber um reposicionamento de ambos na situação. Atualmente a ficha está encerrada, mas não tivemos informações de novos conflitos violentos.

Conclui-se que esse tema é um desafio e que o programa ainda tem muito potencial de aprimorar seu trabalho com os homens autores de violência, mas que a entrada nessa discussão já tem reverberado sobre a equipe, sobre a forma como atua e até sobre a forma como os profissionais pensam. Gabriel Vitorino, um dos estagiários do PMC, motivado pelas discussões geradas a partir da exibição do documentário “O Silêncio dos Homens”, durante um espaço de capacitação, escreveu o poema abaixo, que reflete sobre a dificuldade dos homens de se abrirem e falarem de sentimento.

*Gabriel Vitorino Rocha*⁷⁶

Ser Homem

*Sou homem e escrevo poesia
também sou cheio de ousadia
ouso falar de sentimentos
em todos os momentos*

⁷⁶ Estagiário do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Ribeiro de Abreu na cidade de Belo Horizonte/MG.

*Ser homem não é só ser machão
ser homem é se abrir é chorar de emoção*

*Ser homem é gostar de abraçar
é estar sem disposto a amar*

*Ser homem é ser teimoso, é ser charmoso, vaidoso
mas quem disse que não pode ser amoroso?*

*Ser homem também é respeitar
é saber a hora certa de parar
respeite a sua mina
se ela não quiser, não fique em cima*

Ser homem é ouvir conselhos e aqui vão alguns:

*Aos casados,
converse sobre o que quiser mas acima de tudo
respeite sua mulher*

*Tenha um amigo para desabafar e se ele te zoar
acho que sua lista de amigos você deve atualizar*

*Seja sincero consigo mesmo não espere pelo pior
busque alternativas seja um homem melhor*

*Seja um homem moderno
converse sobre violência
tenha consciência*

*Na roda de amigos não é só futebol
existe um mundo a ser descoberto
mas para isso é preciso
que você esteja aberto!*

Perspectivas do Atendimento a Homens Autores de Violência Doméstica no Contexto do Programa Mediação de Conflitos

Mariléia de Fátima de Sá⁷⁷

Priscilla Dias da Silva⁷⁸

Sabrina Celeste Silva⁷⁹

O Programa Mediação de Conflitos como Política de Segurança Pública Cidadã atua nas múltiplas violências. A violência doméstica e familiar contra a mulher tem sido pautada e discutida visando a construção de estratégias quando do atendimento com as mulheres em situação de violência. Ao avaliar a complexidade deste fenômeno, viu-se a necessidade de ampliar a leitura a partir da 2ª parte envolvida— os homens como atendidos em potencial, que também apresentam suas questões e necessidades frente ao conflito.

Diante do contexto sociocultural do machismo estrutural e a necessidade de criar repertórios de atuação também com este público, o objetivo deste trabalho é colaborar e compartilhar com as demais equipes do PMC, da Política de Prevenção à Criminalidade e serviços da rede que atuam nas violências e criminalidades as experiências e os desafios vivenciados pela equipe na proposta de construir um novo olhar acerca dos homens autores de violências.

Perfil dos homens autores de violência de gênero atendidos pelo PMC Morro Alto

A equipe do PMC Morro Alto percebeu que o público masculino tem chegado na Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC seja espontaneamente ou por convite para atendimento individual com demandas de cunho familiar, como pensão alimentícia e separação/divórcio/união

⁷⁷ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Morro Alto no município de Vespasiano/MG.

⁷⁸ Estagiária no Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Morro Alto no município de Vespasiano/MG.

⁷⁹ Analista Social do Programa Mediação de Conflitos na Unidade de Prevenção à Criminalidade Morro Alto no município de Vespasiano/MG.

estável. A violência trabalhada na maioria dos casos é apresentada subsidiariamente à questão inicialmente narrada. Quando esta temática é a demanda principal, os atendidos buscam orientações sociojurídicas a respeito da Lei Maria da Penha.

Com relação ao perfil generalizado dos atendidos, analisamos que apesar da maioria das pessoas que chegam ao serviço serem mulheres, percebemos que, de janeiro a setembro de 2019, cerca de 29% foram homens na faixa etária adulta com histórico de uso e/ou envolvimento com tráfico de drogas, bem como uso abusivo de álcool. Ademais, a maioria dos atendidos declararam ter filhos.

Assim, ao fazermos um recorte dos casos de violência, percebemos que a ocorrência da violência doméstica e familiar contra a mulher a partir dos homens também é ocasionada por diversos fatores, quais sejam: o envolvimento com a criminalidade; a paternidade, muitas vezes apresentadas a partir da masculinidade hegemônica⁸⁰; o machismo estrutural no que tange a manutenção de relacionamentos abusivos e o uso de álcool e outras drogas.

Atendimentos com homens autores de violência de gênero

Para ilustrar este trabalho, compartilhamos dois casos de atendimento individual feitos pela equipe do PMC Morro Alto. No primeiro caso, o atendido identificado como “E” foi demanda espontânea, já o segundo identificado como “W”, do ponto de vista metodológico, foi convidado pelo Programa como parte do procedimento da Mediação.

“E” comparece a UPC buscando orientações acerca de uma Medida Protetiva que teria sido requerida pela sua esposa. O seu desejo era saber se poderia retornar para sua casa onde a esposa estava residindo. Ao realizarmos a escuta ativa percebemos que sua narrativa é marcada por falas misóginas como exemplo: coloquei ela de castigo dormindo no sofá,

⁸⁰ Segundo Robert W. Connell e Jamem W Messerschmidy (2013) “o conceito de masculinidade hegemônica formulado há duas décadas influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Esse conceito possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade e estudos críticos dos homens), ansiedades populares sobre homens e meninos, posição feminista sobre o patriarcado e modelos sociais de gênero.”

pois ela não queria cumprir com as “*suas obrigações de mulher*” (Sic). Ele não consegue identificar como abusivo e violento o seu comportamento perante sua esposa. A postura de vitimização também foi trabalhada pela equipe como forma de levá-lo a reflexão. Ademais, identificamos elementos do ciclo de violência, pois ele relatou com clareza as fases do aumento de tensão e “lua de mel”. Avaliamos que “E” se sentiu acolhido pela equipe e que foi possível fornecer as orientações necessárias no que tange a Lei Maria da Penha.

A equipe do PMC convidou “W” por carta para um atendimento e ele compareceu. Sua ex-companheira “A” havia aceitado a tentativa de Mediação para resolver demanda de pensão alimentícia. Informamos que no atendimento com “A” trabalhamos a violência doméstica cometida por “W”. Ao escutarmos o atendido e mapearmos o conflito percebemos que ele ainda nutre um sentimento pela mãe da filha. Ao contextualizarmos esta relação, ele alega aspectos de um relacionamento abusivo marcado por violências. Além disso, ao dialogarmos a respeito da conjuntura familiar do atendido e da paternidade, “W” ficou em prantos, muito emocionado. Deste modo, percebemos as diversas fragilidades e vulnerabilidades que perpassaram a sua história. Não pretendemos justificar as violências a partir do que foi relatado, mas sim compreender que por trás de um homem violento há um ser humano que pode ter sido violado por diversos aspectos.

Marshall B. Rosenberg em seu livro “*Comunicação não-violenta*” explica que “ao nos relacionarmos com os outros, a empatia ocorre somente quando conseguimos nos livrar de todas as ideias preconceituosas e julgamentos a respeito deles.” (2006, p. 134). Deste modo, manter a empatia diante das falas machistas e violentas de alguns atendidos é um dos desafios para a equipe que atualmente é composta por mulheres. Ao discutirmos os casos compartilhamos nossas percepções e angústias para trabalhar estas visões.

Buscando entender esse universo masculino e as nuances em torno das masculinidades que interferem diretamente nas respostas violentas dadas aos conflitos intrafamiliares, e formas de intervenção eficazes, a equipe do PMC Morro Alto inicia uma trajetória de pesquisas e questionamentos a respeito da temática. Estes estudos foram feitos a partir de pesquisas de artigos na internet, nos dados dos relatórios do PMC, discussões

com parceiros da política de prevenção e nos atendimentos aos homens autores de violência doméstica.

Essa temática tem sido discutida por um grupo seletivo de pessoas e a maior parte da população consegue perceber esse público apenas como “agressores”. Entre o recorte de pessoas que se interessam pela temática podemos citar: o PapodeHomem, um portal independente de cultura masculina no Brasil. Criado em 2006 por Guilherme Valadares e outros, mantido hoje por uma comunidade de mais de 700 autores voluntários. Procura desafiar preconceitos, clichês e estereótipos. Acredita que a luta por um masculino mais lúcido com certeza passa por mais igualdade entre os gêneros. Para o PdH, é tempo de homens possíveis. O PapodeHomem, em parceria com a ONU Mulheres, Natura e outros parceiros, realizaram uma pesquisa nacional sobre masculinidades. A pesquisa traz dados da visão das masculinidades de mais de 40 mil pessoas. O resultado desse trabalho foi um documentário chamado “Silêncio dos Homens”, que está disponível em seu canal no Youtube. Pontuamos que a equipe assistiu o referido documentário como objeto de discussão e reflexão sugerindo assim para os interessados nesta temática. Guilherme Valadares cita em uma de suas palestras sete gatilhos de mudança dos homens. Um desses gatilhos são os espaços qualificados de escuta. Defendemos que o espaço de escuta do Programa Mediação de Conflitos é um desses. Os homens que procuram o programa vêm em busca de alternativas pacíficas para não responderem com violência aos conflitos vivenciados, o que avaliamos este movimento como positivo. Um desafio para a equipe é sensibilizá-los, pois percebemos que os atendidos explicitamente narram outros meios considerados “mais fáceis” para resolverem tais questões. Diante do contexto da sociabilidade violenta da região do Morro Alto, percebemos que estes meios são pautados na criminalidade.

Outro gatilho de mudanças dos homens é a paternidade. No PMC Morro Alto, 71% do público atendido são mulheres e a maioria declara ter filhos. Do total de demandas atendidas pelo Programa, 22% são para orientação e/ou encaminhamento referente à pensão de alimentos. Esses dados dizem de um número considerável de homens que por vários motivos ainda não se percebem como pais. Quando ouvimos a história desses homens que têm deixado de dar assistência financeira e/ou moral aos seus

filhos, percebemos que por traz desses “Pais” existem homens feridos que foram abandonados, humilhados e/ou violentados pelos pais.

Marshall Rosenberg, idealizador da comunicação não-violenta, cita em seu trabalho os quatro componentes da CNV, quais sejam: observação, sentimento, necessidade e pedido. A equipe busca utilizar estas técnicas nos atendimentos a homens para que eles possam identificar seus sentimentos e necessidades expressando de forma não-violenta. Ademais, com o intuito de trabalhar outras formas de comunicação, já que a violência psicológica – principalmente a verbal – é muito recorrente.

Quando esses homens chegam em um espaço onde se sentem acolhidos e ouvidos, alguns resistem e assumem o lugar de vítima. Outros iniciam um processo de autodescoberta e reconstrução de suas crenças, mesmo que a princípio justifiquem suas ações pautadas na lógica machista patriarcal imposta pela sociedade. Ao longo do acompanhamento da equipe percebemos a ressignificação destas questões. Ou seja, intervenções a respeito da paternidade também dizem muito sobre a prevenção das violências, especialmente as do âmbito familiar.

Discutindo masculinidades com os parceiros da rede intersetorial

É possível nesse contexto citar os benefícios da parceria com a equipe da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD), da Polícia Militar, em especial com a figura masculina da equipe, que após os debates e conversas a respeito das formas de intervenção do PMC, e das discussões sobre as masculinidades, revela que a cada conversa feita junto ao programa tem conseguido ter um olhar diferenciado para os homens autores de violência doméstica no contexto de Medida Protetiva. Entendendo a especificidade do papel da Polícia, que é o de fazer cumprir a lei, e garantir que a violência cesse, quando esse parceiro entende que o PMC atua como agente da segurança pública buscando prevenir as violências, temos tido um grande êxito nessa parceria.

Em busca de um outro olhar no que tange o atendimento a homens, a equipe do PMC se reuniu com o CEAPA (Central de Alternativas Penais) objetivando a discussão e o compartilhamento de experiências. Além disso, tratamos sobre a busca por repertório em atendimento a homens autores de violência doméstica. Foi possível discutir os desafios e ampliação

de estratégias de atuação tanto no atendimento do PMC quanto nos grupos reflexivos realizados pela CEAPA.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo contribuir com perspectivas no atendimento a homens autores de violência doméstica no contexto do PMC. A partir disso ampliar as discussões e a compreensão da equipe sobre este fenômeno, bem como na busca por repertório e estratégias para o enfrentamento/prevenção desse tipo de violência. Abordamos sobre como a masculinidade hegemônica está enraizada culturalmente, os padrões estabelecidos desde a infância, em que os homens foram criados com estímulos em frases tradicionais como “homem não chora”, “você precisa ser forte” e “isso é coisa de menina”.

Diante disso, mostra a importância da perspectiva do atendimento a homens no PMC e o processo de desconstrução através dos atendimentos a estes na visão do que é ser homem, como significado de poder e domínio da relação conjugal. Nos atendimentos, a equipe do PMC promove um espaço de escuta e diálogo, para que os autores percebam e analisem os determinantes sociais, culturais e psicológicos de suas condutas e transformem seus modos de lidar com os outros e consigo mesmos de forma a serem capazes de promover diálogos pautados no reconhecimento e construção de formas não violentas de resolução de conflitos e assim constituírem novas possibilidades para esse campo.

Concluindo, assim, a equipe do PMC considera importantes as contribuições para os estudos de masculinidades e violência que visam ampliar discussões sobre o tema. Destacando a eficácia do PMC ao apresentar métodos alternativos de resolução de conflitos através do atendimento ao homem autor de violência doméstica, para além da punição judicial, reflexão, educação de gênero e familiar ajudando a construir novos paradigmas de masculinidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

PAPO DE HOMEM – É tempo de homens possíveis. <<https://papo-dehomem.com.br>> Acesso em Out. 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Apr. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Out. 2019

PARTE III

PROJETO *COMAGENTE*: PROTAGONISMO COMUNITÁRIO NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

*Daniel Carvalho Ferreira*⁸¹

*Daniele Trindade Mesquita*⁸²

*Poliana Cristina dos Santos*⁸³

Após anos de maturação de uma metodologia orientada ao estímulo da participação comunitária na execução de uma política pública de segurança cidadã, o PMC deu início à implementação do projeto-piloto *ComAgente*. Embora o programa sempre tenha contado em sua atuação com a parceria voluntária de referências comunitárias, o *ComAgente* busca ampliar o protagonismo comunitário na execução desta política pública, por meio da realização de projetos de oficinas de prevenção às violências, conduzidas por moradoras do território.

O desenho metodológico do projeto *ComAgente* se inspirou em políticas públicas desenvolvidas em outros países da América Latina, a partir da década de 2000, como a *Comuna Segura* (Chile) e as *Juntas Vecinais de Segurança Cidadã* (Argentina), que visavam incentivar a execução de ações de prevenção às violências pela própria população, bem como fortalecer espaços comunitários deliberativos voltados ao tema da segurança pública (BLANCO & VARGAS, 2006; DAMMERT, 2005, PAZ CIUDADANA, 1998). Experiências como a do grupo *Mulheres da Paz* (Rio de Janeiro), coincidente com a longa trajetória de parceria do PMC com referências comunitárias femininas, também influenciaram o enfoque de gênero na execução do projeto (SORJ & GOMES, 2011).

⁸¹ Supervisor Metodológico do Programa Mediação de Conflitos.

⁸² Supervisora Metodológica do Programa Mediação de Conflitos.

⁸³ Supervisora Metodológica do Programa Mediação de Conflitos.



Encontro com as Agentes Comunitárias de Cidadania em Setembro de 2021

A escolha do nome do projeto - *ComAgente* - também buscou transmitir dois significados metodologicamente importantes: o primeiro, trazendo a noção de “agente” enquanto um ator comunitário estratégico, que atua, opera e agencia ações de segurança cidadã no território, sendo denominado dentro do programa como Agente Comunitário de Cidadania (ACC); já o segundo significado se refere ao sentido de coletivização que o termo *ComAgente* cria, ao sublinhar que as atuações no projeto precisam ser realizadas de forma conjunta entre atores institucionais e comunitários, de maneira a propiciar uma política pública cidadã e participativa.

O projeto tem como objetivo principal propiciar intervenções e ações que fortaleçam a prevenção e o enfrentamento às diversas violências junto a moradores da área de abrangência do PMC. Além disso, visa aprofundar a participação de atores comunitários, principalmente mulheres, na atuação do programa, fortalecendo assim a mediação comunitária como estratégia de segurança cidadã. A ideia é que os espaços das oficinas sejam destinados ao aprendizado de um ofício associado à realização de discussões relacionadas à violência, segurança pública, direitos humanos e cidadania, contribuindo para aprimoramento de estratégias comunitárias de prevenção e enfrentamento às violências.



Oficina do Projeto ComAgente que ocorreu em novembro de 2021 no bairro Jardim Teresópolis em Betim/MG.



Oficina do Projeto ComAgente, 2021.

O projeto-piloto conta com 20 projetos de prevenção às violências, distribuídos entre 6 equipes do PMC, escolhidas de acordo com critérios prévios, a saber: 1) distribuição regional; 2) faixas de metas e 3) referência de supervisão. Dessa forma, de modo a entender como seria a realização do projeto em diferentes territórios, foram escolhidas duas equipes de Belo Horizonte (Taquaril e Serra), duas equipes da região metropolitana de BH (Jardim Teresópolis/Betim e Palmital/Santa Luzia) e duas equipes do interior (Olavo Costa/Juiz de Fora e Turmalina/ Governador Valadares). O

objetivo dessa distribuição regional variada é justamente verificar como os projetos seriam recebidos e desenvolvidos em cenários heterogêneos, com diferentes níveis de organização e mobilização comunitária, e dinâmicas sociais das violências também diversas. O critério relacionado às faixas de metas foi utilizado levando em consideração as equipes que, dentro das faixas de atendimento do PMC, estavam ocupando as posições mais altas, 4 ou 5, possuindo assim, maior potencial de atendimento e taxas de crimes mais altas, o que justifica a implantação dos projetos nesses territórios. As faixas variam de 1 a 5 e são definidas a partir do cruzamento de dados relacionados à densidade populacional, número de crimes violentos e indicadores de desempenho do PMC. Por fim, como último critério foi utilizada a divisão equânime de equipes por supervisor metodológico, que é o ator responsável por acompanhar a execução da metodologia do PMC nos territórios.

O público-alvo do projeto é composto preferencialmente por mulheres acima dos 18 anos, moradoras dos territórios de abrangência das UPCs. A duração do projeto-piloto proposta inicialmente é de 5 meses, com a perspectiva de posterior implantação e ampliação para outras unidades, com caráter mais duradouro. Para desenvolver as ações nas comunidades, as ACCs deveriam ter preferencialmente alguma experiência em mobilização comunitária e manejo para a condução e fomento em grupos, visto que mais importante que o aprendizado de um ofício em si é a capacidade de vinculação com as moradoras e formação de uma rede comunitária. O objetivo, com a definição desse perfil é contribuir com a ampliação do protagonismo das mulheres na pauta da segurança pública cidadã e com a construção/consolidação de espaços de potencialização de novas referências locais, visando o aprimoramento de estratégias comunitárias de prevenção e enfrentamento às violências.

As ACCs têm papel fundamental na execução do projeto, dentre eles: a mobilização do público-alvo para participação nas atividades propostas; a realização de atendimentos em encontros coletivos sobre as temáticas previstas no projeto apresentado; a articulação com a rede social mista; a participação em espaços de formação do PMC e com os analistas (espaço institucional); a identificação de situações de conflitos

interpessoais, coletivos e comunitários e, principalmente, situação de violência e o encaminhamento às equipes técnicas, que acompanharão o caso.



*Encontro em Oficina do Projeto ComAgente no bairro Jardim Teresópolis em Betim/MG
Novembro de 2021*

Os resultados quantitativos e qualitativos (qualificação das análises de dinâmicas criminais, construção de linhas de ação ajustadas às demandas comunitárias, aprimoramento dos fluxos de encaminhamento de casos com violência entre as agentes comunitárias e a equipe técnica etc.) já começam a aparecer. No mês de setembro, quando as oficinas começaram a ser executadas, o PMC atingiu o patamar de atendimento mais alto no ano de 2021. A equipe de Analistas Sociais e Agentes Comunitárias de Cidadania realizaram 3038 atendimentos, aproximadamente 20% acima do mês anterior. A quantidade expressiva de atendimentos na modalidade “Projetos de Prevenção” - categoria de enquadramento do *ComAgente* - sinaliza a amplitude potencial desta proposta de intervenção comunitária. Em setembro, foram realizados 786 atendimentos em “Projetos de Prevenção”, isto é, 26% do total realizado neste mês. A título comparativo, no mês de agosto - antes de iniciado o *ComAgente* - o percentual de atendimentos nessa modalidade atingiu apenas 4%.

A perspectiva é que o projeto continue e seja implantado em 2022, com ampliação para mais unidades, aumentando assim a capilaridade do PMC enquanto política pública de prevenção às violências, pautada nos princípios e técnicas da mediação comunitária. A supervisão metodológica do PMC participou ativamente do processo de construção, acompanhamento e avaliação do projeto-piloto *ComAgente*, e chega a este momento

do percurso com muita satisfação de colaborar com este importante marco do Programa Mediação de Conflitos, que por meio deste projeto circunscreve a importância de uma atuação que legitime e fortaleça o protagonismo de referências comunitárias que, além de contribuir com ações de prevenção às violências nestes territórios, figuram de modo inquestionável como agentes de uma segurança pública cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCO, Javiera; VARGAS, Gonzalo. **Participación en políticas de seguridad ciudadana**. En Foco, n. 85. May. 2006. Disponível em: <https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/2980/politicas-seguridadciudadana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

DAMMERT. Lucia. (2005). **Prevención comunitaria del delito en América Latina: desafíos y oportunidades**. Desafíos, Bogotá (Colombia), (13): 124-156, semestre II de 2005.

PAZ CIUDADANA. **“Eficacia colectiva” en el vecindario y reducción de la violencia**. Conceptos, n. 17, out. 1998.

SORJ, Bila e GOMES, Carla. O gênero da “Nova Cidadania”: O programa Mulheres da Paz. **Sociologia & Antropologia** [online]. 2011, v. 01, n. 02 [Acessado 7 Dezembro 2021] , pp. 147-164. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v127>



Ao longo dos seus 16 anos de existência, o Programa Mediação de Conflitos tem respondido ao desafio de modificar uma cultura que reforça a violência como resposta possível frente a conflitos, com posturas contínuas de inovação, refletindo sobre as nuances de seu próprio basilar, aprimorando suas práticas de intervenção, a partir dos saberes construídos junto ao público atendido.

Neste processo, o Programa desenvolveu arranjos institucionais que aperfeiçoaram sua prática, contribuindo para a construção de estratégias que pautam a atuação do Estado na construção de uma Segurança Pública Cidadã.

Além disso, o PMC tem buscado consolidar, cada vez mais, a mediação comunitária como estratégia no enfrentamento às diversas violências, destacando a importância da participação social e construção coletiva em suas práticas. Segue se aperfeiçoando, buscando acompanhar a dinamicidade das relações, vivências e contextos onde se insere.

Esta publicação não esgota as possibilidades de atuação do Programa, pelo contrário: abre espaço para novos desafios e construções.

Programa
Mediação de
Conflitos

JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.